

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 052/2023  
Data: 23/03/2023



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
TCU QUESTIONARÁ GOVERNO SOBRE INTERESSE NA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS .....	4
DINÂMICA DO DEBATE É ATRAÇÃO NO SUMMIT DIREITO MARÍTIMO 2023, EM SANTOS .....	4
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>6</b>
COMPLEXO DE ENERGIA RENOVÁVEL DE R\$ 3 BILHÕES É INAUGURADO NO SERTÃO .....	6
MINISTRO DE MINAS E ENERGIA PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 50 BILHÕES EM TRANSMISSÃO PARA ESCOAMENTO DE RENOVÁVEIS.....	8
COM FOCO NO MARCO DO SANEAMENTO UNIPAR FAZ INVESTIMENTOS EM SUAS FÁBRICAS, QUERENDO DAR EXEMPLO NO USO RACIONAL DA ÁGUA .....	9
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....</b>	<b>10</b>
DIRETORES DA ANTAQ REALIZAM PRIMEIRA REUNIÃO COM SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS.....	10
<b>PORTAL PORTO GENTE .....</b>	<b>10</b>
CLUSTER DAS CIDADES HIDROVIÁRIAS DO PORTO DE SANTOS .....	10
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>12</b>
EDITORIAL – OPORTUNIDADES E MOMENTOS .....	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Tarifa 1</i> .....	12
<i>Tarifa 2</i> .....	12
<i>Tarifa 3</i> .....	12
<i>Tarifa 4</i> .....	13
NACIONAL - CÂMARA APROVA PEDIDOS PARA DEBATER PRECATÓRIOS EM PAGAMENTO DE LEILÕES .....	13
NACIONAL - TCU VAI QUESTIONAR GOVERNO SOBRE DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS.....	14
REGIÃO NORDESTE - DEPUTADOS DA BAHIA DEFENDEM MAIOR RIGOR NA IMPORTAÇÃO DE CACAU AFRICANO .....	15
REGIÃO NORDESTE - EQUIPE DA ANTT SOBREVOA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA TRANSNORDESTINA .....	16
REGIÃO NORDESTE - PECÉM VAI RECEBER 1.500 CONTÊINERES DE PAINÉIS SOLARES PARA EMPREENDIMENTO NO RN....	17
REGIÃO NORDESTE - SUAPE CONQUISTA NÍVEL MÁXIMO DE GOVERNANÇA PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO .	18
REGIÃO SUL - NAVIO É DESENCALHADO EM SÃO FRANCISCO DO SUL E AGUARDA LIBERAÇÃO DA MARINHA .....	19
REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO LIBERA TRÁFEGO DA PONTE SOBRE O RIO PARANAPANEMA APÓS 4 MESES .....	19
NACIONAL - SANTOS BRASIL REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 430 MILHÕES EM 2022.....	20
INTERNACIONAL - NAVIO TOMBA EM PORTO DA ESCÓCIA. ACIDENTE DEIXA 33 FERIDOS.....	23
INTERNACIONAL – SINGAPURA EXPORT – 24 A 28 DE ABRIL 2023 – OPORTUNIDADE ÚNICA.....	24
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>24</b>
COM GUPY, COPERSUCAR USA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SELEÇÃO DE NOVOS TALENTOS .....	24
SECRETÁRIO NACIONAL FABRIZIO PIERDOMENICO VISITA AS INSTALAÇÕES DO PORTO DE PARANAGUÁ.....	25
CODEBA PARTICIPA DE REUNIÃO COM MINISTÉRIO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E PROTEÇÃO CLIMÁTICA DA ALEMANHA ...	26
EXPORTAÇÕES DE SOJA CRESCEM NO BRASIL EM MEIO À AUSÊNCIA DA ARGENTINA .....	26
MAPA DISCUTE COM EMBAIXADA DA AUSTRÁLIA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA E COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	27
MINISTRO FÁVARO ANUNCIA EM PEQUIM A SUSPENSÃO DO EMBARGO À CARNE BOVINA BRASILEIRA.....	28
GEORGE SANTORO ASSUME A SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.....	28
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>29</b>
'NENHUM SER HUMANO DA TERRA' CONSEGUE EXPLICAR A ALTA TAXA DE JUROS NO BRASIL, DIZ LULA.....	29
ELETOBRAS PROPÕE ACABAR COM VAGA PARA FUNCIONÁRIOS EM CONSELHO EM MEIO A TENSÃO COM LULA .....	30
JURO EM 13,75% PRESSIONA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM TAXAS BAIXAS, DIZ PRESIDENTE DA CAIXA .....	32
TEBET ESTIMA ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS DE R\$ 120 BI EM 2023, ACIMA DO PREVISTO .....	33
ALIADOS DE LULA AVALIAM QUE TENTAR TIRAR CAMPOS NETO PODE TER EFEITO REVERSO E FORTALECÊ-LO NO CARGO ....	34
SÃO NECESSÁRIOS 41 DE 81 VOTOS NO SENADO .....	34
APÓS VENDER GASODUTOS, PETROBRAS VAI VOLTAR A INVESTIR EM INFRAESTRUTURA DE GÁS.....	35
EM MEIO A QUEDA DE BRAÇO COM PACHECO, LIRA DECIDE VOTAR NA SEMANA QUE VEM MPs ENVIADAS DURANTE GOVERNO BOLSONARO .....	36
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP .....</b>	<b>37</b>
LULA DIZ QUE CAMPOS NETO PRECISA 'CUMPRIR A LEI'; MERCADO REAGE E BOLSA DESPENCA .....	37
LULA CONVOCA REUNIÃO COM ALA POLÍTICA PARA TRAÇAR ESTRATÉGIA SOBRE CRISE DE MPs NO CONGRESSO.....	38



PAC, ESTALEIROS, TREM-BALA: MEGAPROJETOS DO PT VOLTAM AO RADAR, MAS SÃO CERCADOS DE DESCONFIANÇA .....	39
PETROBRAS: COMO FICA VENDA DE ATIVOS COM A QUEDA DE BRAÇO ENTRE GOVERNO E EMPRESA .....	41
NOVA LEI DAS LICITAÇÕES COMEÇA EM 1º DE ABRIL, MAS MUNICÍPIOS QUEREM MAIS PRAZO; VEJA O QUE MUDA .....	44
PETROBRAS DÁ AUMENTO DE 43,88% PARA DIRETORIA E SALÁRIO DE PRATES PODE SUBIR PARA MAIS DE R\$ 165 MIL .....	47
RISCO DE 'APAGÃO' EM COMPRAS DO GOVERNO COM NOVA LEI SE DARIA POR 'INÉRCIA' DE GESTORES, DIZ TCU .....	48
MAIS 600 KM DE RODOVIAS DO PAÍS VÃO GANHAR INTERNET EM TODA EXTENSÃO; VEJA QUAIS TRECHOS .....	49
PRAIA DA BARRA DA TIJUCA, UMA ESTUPIDEZ A MENOS - 22 DE MARÇO DE 2023.....	50
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>53</b>
FT: "MESTRE DO TEMPO": SERÁ QUE MACRON CONSEGUIRÁ SOBREVIVER A UMA CRISE CRIADA POR ELE PRÓPRIO? .....	53
TERREMOTO NA TURQUIA DERRUBOU PRODUÇÃO DE AÇO DO PAÍS EM QUASE 30% EM FEVEREIRO, DIZ WORLDSTEEL .....	55
NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM É SOLUÇÃO PARA TRANSPORTE SEGURO E SUSTENTÁVEL.....	56
PREJUÍZO DA TRIUNFO CRESCE DE R\$ 2,4 MILHÕES PARA R\$ 13,1 MILHÕES NO 4º TRI .....	58
EMBRAER NEGOCIA VENDA DE 20 JATOS PARA CHINESES E VIAGEM DE LULA A PEQUIM PODE AJUDAR, DIZ JORNAL.....	58
PETROBRAS PODE REDUZIR PREÇO DA GASOLINA 'EM BREVE', DIZ PRATES.....	59
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>60</b>
PRESIDENTE DA PETROBRAS DIZ QUE PODE REDUZIR PREÇO DA GASOLINA .....	60
HADDAD CONSIDERA "MUITO PREOCUPANTE" COMUNICADO DO COPOM.....	60
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>62</b>
TCU ADIA JULGAMENTO POR 60 DIAS PARA OUVIR GOVERNO SOBRE DESESTATIZAÇÃO EM SANTOS.....	62
PORTOSRIO BUSCA INTERESSADOS EM DESENVOLVER PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA E COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE ITAGUAÍ .....	63
PARANAGUÁ RECEBE MAIOR NAVIO RO-RO EM CAPACIDADE .....	63
ÓLEO DE GIRASSOL ENTRA PARA O PORTFÓLIO DE CARGAS DO PORTO DE ÍMBITUBA .....	64
TCP BATE RECORDE MENSAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES REFRIGERADOS .....	64
INSEGURANÇA JURÍDICA PODE AFASTAR INVESTIDORES DE EÓLICAS OFFSHORE NO BRASIL, AVALIA ÖBERG .....	65
COMPLEXO NAVAL DE ITAGUAÍ É DE DAR INVEJA A 99% DOS PAÍSES, DECLARA LULA .....	66
BATIMENTO DE QUILHA DA FRAGATA TAMANDARÉ OCORRE NESTA SEXTA-FEIRA (24) .....	67
NAVALSHORE AM TRAZ VISIBILIDADE E CONTRIBUI COM DESENVOLVIMENTO DO MERCADO LOCAL, DESTACA REINTJES .....	69
KONGSBERG APOSTA EM SOLUÇÕES DIGITAIS PARA MELHORAR PERFORMANCE E EFICIÊNCIA DOS NAVIOS .....	70
SANTOS BRASIL REPORTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 430 MILHÕES EM 2022 .....	72
RUMO PUBLICA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, COM BONS RESULTADOS EM 2022.....	73
PORTO DE SÃO FRANCISCO RECEBE CARGA DE 55 CAMINHÕES ELÉTRICOS CHINESES .....	74
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>75</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	75



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## TCU QUESTIONARÁ GOVERNO SOBRE INTERESSE NA PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Com o questionamento, julgamento do processo foi adiado pelo prazo de 60 dias

Por: A Tribuna



**O Ministério de Portos e Aeroportos sinalizou não ter interesse em dar continuidade à privatização do Porto Foto: Alexsander Ferraz/AT**

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu nesta quarta-feira, 22, questionar o governo federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, sobre interesse em dar continuidade ao processo para privatização do Porto de Santos. Com isso, o julgamento do processo foi adiado pelo prazo de 60 dias.

A discussão do processo estava prevista na pauta da sessão desta quarta. No ano passado, o plenário da Corte começou a analisar o projeto do governo Jair Bolsonaro com o voto do ministro Bruno Dantas, hoje presidente do tribunal. Contudo, três ministros - Walton Rodrigues, Benjamin Zymler e Vital do Rêgo - pediram vista e interromperam o julgamento.

Ao retomar o tema hoje, Zymler sugeriu que o TCU questionasse a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a intenção de dar continuidade ao processo. "Para que a gente não faça uma discussão densa, sem que haja uma finalidade pragmática, proponho que o Tribunal realize oitiva do Ministério de Portos e Aeroportos para que o órgão confirme interesse na desestatização. Tal proposta deve-se ao fato de que, após a troca de governo, algumas autoridades terem reportado em entrevistas a perda de interesse do governo federal no projeto", disse.

A proposta foi defendida pelo ministro Vital do Rêgo e acatada por Bruno Dantas, que afirmou que encaminhará um ofício à pasta. "Como presidente do Tribunal, vou expedir um ofício ao ministro dos Portos e Aeroportos para que se manifeste, no prazo de 15 ou 30 dias, sobre interesse do governo em dar prosseguimento neste processo de desestatização", disse.

Em paralelo, Dantas solicitará manifestação expressa do ministério sobre dispositivos do seu voto, apresentado em dezembro do ano passado, que tratam da regulação do setor portuário.

O Ministério de Portos e Aeroportos de Lula já sinalizou não ter interesse em dar continuidade ao projeto para o porto em Santos.

Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a pasta estuda alternativas à política de privatização, como a possibilidade de conceder o serviço de zeladoria do ativo, o que inclui o canal de acesso, ou organizar uma autogestão dessas atividades pelos próprios operadores do porto.

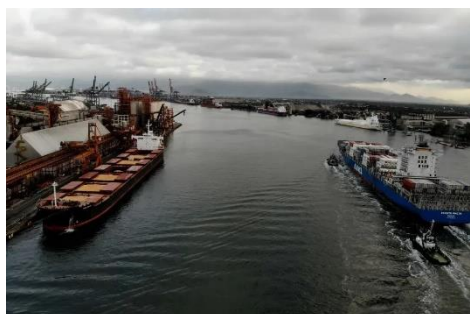
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/03/2023

## DINÂMICA DO DEBATE É ATRAÇÃO NO SUMMIT DIREITO MARÍTIMO 2023, EM SANTOS

Público irá acompanhar como funciona, na prática, uma câmara de arbitragem

Por: Paulo Rogério - Especial para A Tribuna



**Summit Direito Marítimo 2023 acontece no dia 28, no auditório do Grupo Tribuna Foto: Carlos Nogueira/AT/Arquivo**

Embora seja mais comum do que muita gente possa imaginar, o procedimento arbitral é uma dinâmica pouco conhecida pelo grande público. Mas quem comparecer ao Summit Direito Marítimo 2023 verá ao vivo uma amostra de como funciona esta modalidade. Uma câmara de arbitragem está instituída para decidir o caso “A cobrança adicional da sobrestadia na armazenagem de contêineres”.

O evento acontece nesta terça-feira (28), a partir das 14 horas, no auditório do Grupo Tribuna (Rua João Pessoa, 350 Paquetá, Santos). O encontro é uma realização do Grupo Tribuna e Maritime Law Academy – MLAW. Devido ao sucesso do evento, as inscrições estão esgotadas.

O tema central do debate, que vem sendo o pilar de uma grande polêmica no setor, será apresentado por Daniella Revoredo, uma das maiores autoridades em Direito Marítimo e Portuário. Os debatedores serão Thiago Miller, sócio-fundador da Ruy de Mello Miller Advocacia e Pedro Neiva de Santana Neto, que já compôs a Comissão de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Caberá à Câmara de Arbitragem, formada por três profissionais especializados, a decisão. Os árbitros serão Flávia Takafashi, diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Eliane Octaviano, diretora da MLAW; e Bernardo Mendes Vianna, sócio da Vieira Rezende Advogados.

Responsável pela apresentação do tema no Summit, Daniella está com as melhores perspectivas em relação ao evento. A especialista acredita que a simulação de arbitragem será a possibilidade de quem estiver presente vivenciar como esse método de solução de conflito acontece. “A dinâmica de um Summit, modalidade de evento que reúne os melhores convidados para tratar de um conteúdo proposto de forma clara e objetiva, vem de encontro com as nossas necessidades atuais: combinar agilidade com exatidão no conhecimento”.

Ela lembra ser comum as partes decidirem pelo sigilo no procedimento arbitral, o que impede o conhecimento de como acontece a solução nessa dinâmica. “Na prática, um procedimento arbitral pode levar semanas para ser concluído. No Summit, vamos fazer um recorte desse procedimento com a narrativa do caso e a audiência final”.

Diretora da MLAW e integrante da Câmara de Arbitragem, Eliane Octaviano está otimista com o evento, que já recebeu a adesão de profissionais de destaque que diversas partes do Brasil. “Temos recebido um feedback muito positivo”. Ela crê que a dinâmica do encontro será um chamariz.

“A ideia é fazermos um evento diferente, trazendo não só a teoria sobre como se dá um procedimento arbitral, mas também que fizéssemos uma simulação de uma parte pequena, um pequeno recorte daquilo que aconteceria na prática. Não há como retratar um procedimento arbitral, que é extremamente complexo. Por isso, a ideia foi escolher um momento importante para que as pessoas conheçam mais sobre o funcionamento. A ideia é destacar a segurança jurídica e que as pessoas assistam e compreendam como atuam os advogados nesse tipo de processo”.

Uma das intenções, de acordo com Eliane, é organizar uma palestra, levando o assunto que será tratado e, na sequência, uma explicação sobre como funciona um procedimento arbitral completo. “O público deve compreender que estamos reproduzindo apenas uma fase e, ainda assim, um recorte sucinto do que aconteceria na realidade, apenas para contextualizar e entender, além de conhecer na prática como funciona. A ideia é mostrar os bastidores de um procedimento arbitral”.

Assim, o Summit Direito Marítimo 2023 será uma oportunidade para profissionais do setor serem vistos defendendo seus pontos de vista em um fórum voltado a este fim, sobretudo diante de um tema amplo e que tem provocado uma série de discussões a respeito da legalidade e da viabilidade da cobrança.



“Estamos saindo do conceito das palestras, em que uma pessoa fala e poucas prestam atenção, para irmos a um debate de ideias e defesa de pensamentos. Temos buscado algo diferente dentro dos eventos. Teremos dois escritórios representados em um debate e uma banca para avaliar o que for discutido. Será uma oportunidade não somente para os atores do setor, mas para todos os presentes”, diz Maxwell Rodrigues, apresentador e executivo da plataforma Porto 360.

Para Maxwell, o tema do evento e a dinâmica como a apresentação irá acontecer são alguns atrativos para o encontro do dia 28. “Vemos muitos advogados dando palestras, mas jamais defendendo uma tese em um debate. E é isso que estamos provocando de uma maneira inovadora. Vamos construir um fórum onde esse debate poderá ser realizado em torno de um assunto fortíssimo. O setor de carga tem intenção de executar a cobrança e ninguém quer pagar”.

### O que é

Arbitragem é o julgamento de um litígio feito por um terceiro imparcial e escolhido pelas partes: o árbitro. Ela é acionada para solucionar conflitos que não foram resolvidos amigavelmente. Trata-se de um meio privado, uma alternativa à Justiça Estatal. Ainda assim, as decisões tomadas em câmara de arbitragem têm a mesma validade do Poder Judiciário.

### A cobrança adicional

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) está propondo regulamentar a cobrança adicional na armazenagem de contêineres. Como sugestão, a instituição pretende criar uma matriz de risco para apontar o responsável por essa despesa diante de situações específicas, por exemplo, quando o exportador atrasa a entrega do contêiner no terminal de embarque ou quando o transportador marítimo atrasa a atracação do navio por um problema operacional. Em outras partes do mundo o mercado se autorregula, evitando a intervenção do Estado e valorizando a livre negociação entre empresas privadas. No Brasil há previsão na legislação para que a intervenção do Estado seja excepcional (Artigo 2º, item III da Lei 13.874/2019).

### Programação do Summit Direito Marítimo 2023

14h – Welcome

14h15 – A abordagem regulatória do Direito Marítimo – Flávia Takafashi

14h45 – Modelos de arbitragem – soluções e avanços – Bernardo Mendes Vianna

15h15 – Coffee Break

15h30 – Formação da mesa arbitral, com Eliana Octaviano (juíza arbitral), Flávia Takafashi e Bernardo Mendes Vianna

15h45 – Apresentação do caso “A cobrança adicional da sobrestadia na armazenagem de contêineres”, por Daniella Revoredo

16h10 – A visão da Carga – Thiago Miller

16h40 – A visão do Armador – Pedro Neiva 17h – Mesa Arbitral

17h30 – Conclusões finais – Daniella Revoredo

18h - Encerramento

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/03/2023



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### COMPLEXO DE ENERGIA RENOVÁVEL DE R\$ 3 BILHÕES É INAUGURADO NO SERTÃO

O Complexo Renovável Neoenergia, segundo a Neoenergia, pode evitar a emissão de mais de 100 mil toneladas de CO2 por ano, apoiando o combate às mudanças climáticas.

Da Redação ME



**Lula inaugura complexo de energia na Paraíba/Foto: Secom-PE**

Foi inaugurado na Paraíba o primeiro complexo associado de geração de energia eólica e solar renovável no Brasil. As instalações ficam no município de Santa Luzia, no Sertão paraibano. O lançamento do empreendimento contou com as presenças do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do governador da Paraíba, João Azevêdo, do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e dos diretores da Neoenergia.

Esse é o primeiro complexo associado de geração de energia renovável no Brasil que, de forma inédita, integra a geração de energia eólica e solar. O complexo se estende por uma área de 8,7 mil hectares nos municípios paraibanos de Santa Luzia, Areia de Baraúnas, São José de Sabugi e São Mamede.

O complexo é composto por 15 parques com 136 aerogeradores e com capacidade instalada de 471 MW e de atender mais de 1,3 milhões de famílias por ano. O investimento para a implantação do complexo foi de R\$ 3 bilhões e contribuirá significativamente para a segurança do setor elétrico e do sistema energético de transmissão nacional.

“O sol e o vento serão os maiores indutores do desenvolvimento do Nordeste brasileiro, por meio da geração de energia limpa e renovável”, Disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que reforçou a intenção do governo em aumentar a participação de energia limpa no parque de geração do país. Para ele, os empreendimentos nesse setor podem ser indutores da industrialização na Região Nordeste.

### **R\$ 3 bi para gerar energia**

Com um investimento de cerca de R\$ 3 bilhões, o projeto da Neoenergia destaca-se pela ação simultânea entre os parques eólico e solar, com o uso da mesma subestação e das linhas de transmissão. O modelo objetiva otimizar o uso da rede de transmissão em função da complementaridade das fontes de energia.

Na oportunidade, o governador João Azevêdo reforçou o trabalho do Governo do Estado para atrair novos investimentos com o ICMS zero para empreendimentos de energia solar e eólica em contratos que são honrados pelo Estado. “O estado da Paraíba tem priorizado com isenção de impostos, agilização dos processos de licenciamento ambiental e infraestrutura dos parques, que são importantes na geração de empregos e na distribuição de renda nos municípios na região”, ressaltou.

A Paraíba conta com 160 parques instalados e em processo de implantação em vários municípios. “Queremos, com a ampliação das redes de distribuição, participar de mais leilões e recebermos novos empreendimentos, até porque são empreendimentos de energias renováveis causam bem menos impactos ambientais que as hidroelétricas. Além da garantia da segurança energética em caso de períodos de estiagem de chuvas, evitando um futuro colapso energético”, explicou Azevêdo.



**Complexo de Energia Renovável da Neoenergia na Paraíba/Foto: Neoenergia**

O CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui, descerrou a placa de inauguração do complexo renovável junto com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Alexandre Silveira e o governador João Azevêdo e demais autoridades. “O projeto representa a visão integrada que temos dos nossos negócios. Acreditamos que o caminho promissor para um futuro mais econômico e sustentável

aponta para a geração de energia por fontes renováveis integradas através de redes inteligentes”, comentou.

O Complexo Renovável Neoenergia, segundo a Neoenergia, pode evitar a emissão de mais de 100 mil toneladas de CO2 por ano, apoiando o combate às mudanças climáticas. O volume evitado equivale aproximadamente às emissões de uma cidade como Campina Grande, que tem cerca de 95 mil automóveis, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ele acrescentou ainda que, com o Complexo Renovável Neoenergia, são alcançados 90% da capacidade instalada em energia limpa. “Estamos preparados para atender os brasileiros com confiabilidade e segurança, tendo em vista a crescente demanda do mercado livre”, afirmou Eduardo Capelastegui.

### Leilões

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, na ocasião, anunciou um programa de investimentos em energias renováveis no valor de mais de R\$ 50 bilhões em leilões para instalação de linhas de transmissão para escoar toda essa produção e aumentar o potencial de energia renovável em todo o Brasil. “Este é o momento importante em que estamos integrando as políticas para fazermos a verdadeira transição energética, tendo em vista a potencialidade do Nordeste em energia eólica e solar, caminhando sempre na segurança energética e a modicidade tarifária.

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel), Sandoval Feitosa, destacou que o Nordeste é um oásis de investimentos em energia renovável e a última fronteira de renováveis no Brasil. “Não há nenhum lugar no mundo que tenha a capacidade de gerar energia a partir do vento e do sol e ao mesmo tempo temos necessidades sociais e econômicas urgentes e unir esses dois aspectos é um grande compromisso desse novo governo e dessa geração. O futuro é sustentável, é limpo e o Nordeste tem um papel fundamental”, completou.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 23/03/2023*

## MINISTRO DE MINAS E ENERGIA PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 50 BILHÕES EM TRANSMISSÃO PARA ESCOAMENTO DE RENOVÁVEIS

*Informações: PetroNotícias*



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse hoje (22) que o Brasil deverá receber investimentos de R\$ 50 bilhões na construção de novas linhas de transmissão. Os empreendimentos serão usados para escoar a geração de energia renovável dos estados da região Nordeste. O anúncio foi feito durante a inauguração de um novo complexo de geração renovável da Neoenergia, na cidade de Santa Luzia (PB). O evento de inauguração teve ainda a presença do presidente Lula.

“Teremos o maior programa de transmissão de energia elétrica no Nordeste brasileiro, com investimentos de aproximadamente R\$ 50 bilhões, que permitirão a construção de mais parques que consigam associar e escoar a geração de energia solar e eólica no Brasil”, disse Silveira.

O secretário de Energia Elétrica do MME, Gentil Nogueira, detalhou que serão realizados pelo menos três grandes leilões de transmissão em 2023 para garantir o crescimento das fontes eólica e solar no Norte de Minas Gerais e em todo o Nordeste brasileiro. “Leilões que serão fundamentais para o processo de transição energética, para o escoamento de energia eólica e solar do Nordeste e Norte do país, além do Norte de Minas Gerais, pautas consideradas prioritárias para o governo”, explicou Nogueira.

Segundo dados do Boletim Mensal de Energia de janeiro de 2023 do MME, atualmente, a capacidade instalada do sistema elétrico brasileiro é de 209 mil megawatts. Desse total, 85% vem de matriz



renovável. A maior fonte é a hidrelétrica, com 53% da capacidade instalada e geração de 109 mil megawatts. Depois, vem a solar, com 12% da capacidade instalada e geração de 25.918 megawatts. Em terceiro lugar, vem a eólica, responsável por 12% da capacidade instalada do país, com cerca de 24,8 mil megawatts.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 23/03/2023**

## COM FOCO NO MARCO DO SANEAMENTO UNIPAR FAZ INVESTIMENTOS EM SUAS FÁBRICAS, QUERENDO DAR EXEMPLO NO USO RACIONAL DA ÁGUA

**Informações: PetroNotícias**



O dia da água tem chamado a atenção de várias empresas que querem aproveitar esta comemoração para exemplos de uso racional desse insumo. Líder na produção de cloro e soda e a segunda maior produtora de PVC na América do Sul, a Unipar é uma das principais fornecedoras de matéria-prima para o setor de saneamento e contribui com o tratamento da água que abastece mais de 30 milhões de pessoas somente no estado de São Paulo. A companhia acredita ser uma das referências na implementação de processos sustentáveis para assegurar o reuso da água no ciclo de produção, retornando-a ao meio ambiente em

condições melhores. E com este foco e o potencial aumento de demanda por conta de projetos relacionados ao Marco do Saneamento, a Unipar está ampliando sua capacidade produtiva. Foram aportados R\$ 100 milhões para a instalação de um eletrolisador e um novo forno de ácido clorídrico, na unidade de Santo André, que irá expandir a capacidade de produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano na companhia. O projeto já em andamento, deve entrar em operação no 2º semestre de 2023.

Além disso, uma nova fábrica está sendo construída na Bahia e tem, como um dos principais objetivos, por meio de seus produtos, gerar um impacto positivo na vida da população. Localizada no Polo Petroquímico de Camaçari, a unidade atenderá à demanda crescente da região por ácido clorídrico, hipoclorito de sódio e soda cáustica. unipar 1 Esse é o primeiro projeto greenfield da estratégia de expansão da companhia no Brasil. Com investimentos na ordem de R\$ 234 milhões, a nova unidade que está em fase de construção e deve ser inaugurada em até 24 meses, terá capacidade instalada inicial de produção de 20 mil toneladas de cloro e 22 mil toneladas de soda ao ano. A companhia divulgou suas metas e compromissos em médio e longo prazos, como a redução em 15% na intensidade do uso de água e 15% de reuso do recurso até 2030. A fábrica de Santo André está sendo abastecida por duas fontes: do Rio Grande (que alimenta a Represa Billings) e de poços (5%). Os efluentes gerados são encaminhados para uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da Sabesp, após passarem por tratamento. A fábrica de Cubatão a água é proveniente do Rio Perequê e, em menor proporção (1%), de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) da Sabesp. Após o processo produtivo, os efluentes são tratados e lançados no Rio Cubatão que, posteriormente, deságua no mar.



A Unipar é líder na produção de cloro e soda e a segunda maior produtora de PVC da América do Sul. Se destaca como uma das principais fornecedoras para os setores de saneamento e construção civil e produz matérias-primas para todas as indústrias, entre elas têxtil, de papel e celulose, de desinfetantes, alumínio, brinquedos, sapatos, alimentos, bebidas, farmacêutica. A companhia está presente hoje no Brasil e Argentina. A empresa tem ainda duas joint ventures para autoprodução de energia renovável, com dois parques eólicos na Bahia e Rio Grande do Norte e um parque solar em Minas Gerais.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 23/03/2023**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### DIRETORES DA ANTAQ REALIZAM PRIMEIRA REUNIÃO COM SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Roberto Gusmão esteve na sede da agência para conhecer mais sobre os atuais arrendamentos no país



Brasília 22/03/2023 - A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, na tarde desta quinta-feira (9), uma reunião com o secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Roberto Gusmão.

O encontro teve como objetivo tratar dos atuais arrendamentos existentes e apresentar áreas com potencial para serem concedidas. A diretoria também apresentou ao secretário-executivo os principais investimentos realizados em portos públicos e privados no país. Outro tópico foi a discussão sobre novas ações e diretrizes conjuntas entre ministério e autarquia

para os próximos meses.

Estiveram presentes na reunião o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, e os diretores Alber Vasconcelos e Caio Farias.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: asc@antaq.gov.br**

**Data: 23/03/2023**



Fazendo o mundo mais ágil.

## PORTAL PORTO GENTE

### CLUSTER DAS CIDADES HIDROVIÁRIAS DO PORTO DE SANTOS

Editor Portogente



Convém dar prosseguimento ao estudo elaborado pela antiga Secretaria Nacional de Portos – SEP, para implantação de hidrovias conectadas ao Porto de Santos, na Baixada Santista. São sete municípios banhados por cursos de água navegáveis que desaguam no canal do principal porto do hemisfério sul. À época, era diretor da SEP o atual secretário de Portos do governo Lula, Fabrizio Pierdomenico. Em 2009, Portogente promoveu debate dessa questão com os representantes desses municípios, na sede da Codesp. Todos apoiaram e mostraram interesse em levar adiante a proposta.

*Desenvolvimento regional com comércio marítimo internacional*

Foz hidroviária no canal do Porto de Santos



### **Veja mais \* Porto de Santos com ações inovadoras em busca do futuro**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115337-porto-de-santos-com-acoes-inovadoras-em-busca-do-futuro>

O estudo da SEP, com título Estudos Hidroviários da Baixada Santista, demonstrou que “o aproveitamento físico dos rios e canais dessa região, para o transporte de cargas e passageiros, pode perfeitamente contribuir como uma solução logística viável, tecnicamente, contribuindo, também, como fator de redução de emissão de gases poluentes e de diminuição de acidentes”. Portanto, uma solução logística, socioeconômica e aprimorada da relação porto-cidade. Convém destacar: vias fluviais navegáveis para comboios com carga em contêineres e parcialmente com cargas a granel.

### **Veja mais \* Hidrovias do Porto de Santos sem planejamento, liderança forte e conhecimento técnico**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115011-hidrovias-do-porto-de-santos-sem-planejamento-lideranca-forte-e-conhecimento-tecnico>

A Autoridade Portuária em parceria com a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos – AEAS promoveu seminário com resultados favoráveis à implantação dessa logística, tão antiga e clássica nas cidades europeias. Talvez por conta dos muros que por noventa anos separaram o porto da cidade, os prefeitos das cidades vicinais carecem da percepção do valor extraordinário de poder usufruir de conexões com o comércio marítimo internacional. A Agência Metropolitana da Baixada Santista- AGEM também participou desses encontros.

### **Veja mais \* Municípios com indústrias verdes em rede com o porto de Santos e autoconscientes**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115283-municipios-com-industrias-verdes-em-rede-com-o-porto-de-santos-e-autoconscientes>

Em Praia Grande, segue em avançado estado de implantação a plataforma logística Andaraguá, para produção e comércio marítimo, como um relevante polo do Porto de Santos, incluindo um aeroporto. Indústria verde é o paradigma da produção moderna. Determinar a sua localização implica na análise do escoamento da sua produção. Ao falar do comércio marítimo, tem relevância o potencial de novos e pujantes mercados além-mar. Na ótica conjuntural, estamos falando de desenvolvimento regional.

### **Veja mais \* A caminho do Porto de Santos 2050 mais ágil**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115045-a-caminho-do-porto-de-santos-2050-mais-agil>

Cabe à Autoridade Portuária o papel de despertar e aglutinar esses propósitos. O ministro de Portos, Márcio França e o secretário de Portos, Fabrizio Pierdomenico, anunciam esse horizonte. Uma nova mentalidade portuária comprometida, efetivamente, com a sua região. O Porto de Santos não suporta mais desaforos, sem perder posicionamento, num momento em que o mundo faz uma transição forte de paradigmas. Os prefeitos das cidades vicinais ao porto têm pouca ou nenhuma percepção do potencial portuário da sua cidade.

### **Veja mais \* ESG na construção da rede hidroviária do Porto de Santos**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114863-esg-na-construcao-da-rede-hidroviaria-do-porto-de-santos>

O processo tecnológico, especialmente na comunicação e produção, alterou a economia mundial no sentido de quebrar fronteiras e tornar os mercados mais próximos. O projeto do Porto de Santos é participar plenamente, com sua história centenária e exitosa, desse novo momento. Hidrovias da Baixada Santista é um projeto avançado, com meta na formação de aglomerado (cluster), para movimentar mais, atrair investimentos intensivos e crescer.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 23/03/2023

## BE NEWS

### BE NEWS – BRASIL EXPORT

#### EDITORIAL – OPORTUNIDADES E MOMENTOS

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu inquirir o Ministério de Portos e Aeroportos sobre o interesse do Governo Federal na continuidade do processo de desestatização do Porto de Santos. Os ministros querem saber se a União ainda quer dar continuidade ao processo, antes de votar o caso em plenário. A resposta já é de domínio público. Em repetidas vezes, o ministro Márcio França afirmou que a Autoridade Portuária não será privatizada. Agora, caberá ao titular da pasta oficializar essa decisão para a Corte de Contas.

Tal fato deve marcar, em definitivo, o encerramento dos debates sobre a desestatização de autoridades portuárias no Governo Federal – mesmo que o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, mantenha a esperança de implantar esse projeto. De qualquer forma, o Ministério pode aproveitar a oportunidade criada pelo TCU e enviar um sinal definitivo ao mercado, anunciando qual a sua proposta de privatização para o setor. Várias autoridades ligadas à pasta de Portos e Aeroportos já comentam que o caminho que deve ser trilhado será o já estudado pela Portos do Paraná, a Autoridade Portuária de Paranaguá e Antonina, controlada pelo governo estadual – a concessão da gestão do canal de navegação. Esse é um bom momento para anunciar essa estratégia.

O Governo Federal já ultrapassou a marca dos 80 dias de gestão e, no setor de Portos, as políticas públicas a serem implantadas ainda são vagas e incertas. Há rumores, comentários e informações extra-oficiais. Mas não há um plano de ação definitivo. Aliás, nem se definiu ao certo os dirigentes das autoridades portuárias controladas diretamente pela União. Já passou da hora de o mercado conhecer os programas a serem implantados e o que a equipe do ministro Márcio França fará, em definitivo e com clareza, pelo segmento.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 23/03/2023*

#### NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

##### TARIFA 1

A nova tabela tarifária dos portos de Vitória e Barra do Riacho, no Espírito Santo, teve sua entrada em vigor adiada. Originalmente, ela começaria a ser aplicada nessa quarta-feira, dia 22. Mas decisão do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, tomada nesse mesmo dia, postergou a medida para 17 de maio. Até lá, permanece valendo a tabela aprovada pela Antaq com a Deliberação da Direção-Geral n. 289, de 2021.

##### TARIFA 2

O anúncio dessa nova tabela tarifária causou polêmica no setor, principalmente com o reajuste aplicado na tarifa para o monitoramento das embarcações que fazem uso de áreas de fundeio do Porto de Vitória supervisionadas pelo VTMIS (Vessel Traffic Management Information System ou, em tradução livre do inglês, Sistema de Informação de Gestão do Tráfego de Embarcações). Na tabela anterior, eram cobrados R\$ 1.103,50 por navio. Na nova versão, o valor passou para R\$ 18.729,65 por embarcação, um aumento de 1.597,29%.

##### TARIFA 3

Esse seria o primeiro reajuste tarifário a ser implantado nos portos de Vitória e Barra do Riacho desde a desestatização de sua autoridade portuária, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), no ano passado. Com essa privatização, a empresa passou a controlada pela consultoria de investimentos Quadra Capital, mudando seu nome para VPorts.

### TARIFA 4

Em sua decisão, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, também determinou que a VPorts, “em até 10 dias da presente decisão, fundamente as variações de preço para maior em cada item de sua nova tabela tarifária, sob pena de prorrogação da medida cautelar estipulada no inciso I”, que adiou a entrada em vigor dos novos preços para maio. Além de explicar o aumento da tarifa do VTMSIS, a VPorts terá de apresentar suas justificativas para questões como “o critério para o aumento de preços das modalidades, inclusive nas modalidades CIF de armazenagem” e, ainda, “a criação de modalidades fora do padrão normativo e sem fato gerador aparente (com potencial duplicidade), sem justificativa da empresa, especialmente na Tabela Complementares”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/03/2023

### NACIONAL - CÂMARA APROVA PEDIDOS PARA DEBATER PRECATÓRIOS EM PAGAMENTO DE LEILÕES

Comissão de Viação e Transportes terá subcomissão e audiência pública para discussão do tema

Por MARÍLIA SENA [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**Para Cezinha de Madureira, “a discussão está em atraso” devido à decisão do advogado-geral da União de suspender o uso dos precatórios para pagar concessões Crédito: Reprodução/Instagram/Cezinha de Madureira**

**A DATA PARA O INÍCIO DOS TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO AINDA NÃO FOI DEFINIDA E VAI DEPENDER DE UM ACORDO PARTIDÁRIO ENTRE OS PARLAMENTARES**

Os membros da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovaram ontem (22) dois requerimentos para retomar a discussão sobre o uso de precatórios como forma de pagamento em concessões ou alienação de participação

acionária em estatais.

Os pedidos foram dos deputados Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP) e do presidente da Comissão, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP). Esta foi a primeira reunião do colegiado após a abertura das atividades na Câmara.

Segundo o requerimento, a comissão terá uma subcomissão especial para debater o uso dos precatórios em concessões.

Antonio Carlos Rodrigues lembrou que o assunto vem sendo alvo de muitas análises e lembrou que a Advocacia Geral da União (AGU) determinou, no último dia 15, a suspensão do uso dos precatórios no pagamento de concessões e na compra de imóveis até que seja publicada uma portaria regulamentando o procedimento como um todo.

“Essa discussão é relevante, pois está intimamente ligada ao cerne do interesse público e, por isso, deve ser ampla e profunda”, justificou o parlamentar.

O deputado Carlos Rodrigues também lembrou que é papel do parlamento oferecer uma solução rápida e afirmou que diante do cenário econômico atual, é preciso “enfrentamento objetivo e pragmático, com aplicação de políticas públicas necessárias ao governo para retomar o crescimento econômico e social”.

A data para o início dos trabalhos da subcomissão ainda não foi definida pelos parlamentares. É necessário que haja um acordo partidário entre os deputados que está sendo negociado pelo deputado Cezinha de Madureira.

O presidente da Comissão aprovou um pedido de audiência pública sobre o assunto e solicitou a presença de representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério dos Portos e Aeroportos, Ministério dos Transportes e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

A reunião ainda não tem data para acontecer, mas, segundo os membros da comissão, a expectativa é que a audiência pública seja agendada para as próximas semanas.

“Se por um lado há entendimento no sentido de que a suspensão é necessária para melhor composição de um arcabouço jurídico-normativo que discipline a questão, por outro há a compreensão de que a ação seria inconstitucional e poderia levar ao atraso ou prejudicar as licitantes”, justificou o deputado.

O parlamentar lembrou que há cerca de dois meses o Grupo Aena, que arrematou Congonhas e outros dez aeroportos, discute com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) o pagamento de R\$ 2,45 bilhões da contribuição inicial da outorga por meio de precatórios.

Para ele, “a discussão está em atraso” devido à decisão do advogado-geral da União de suspender o uso dos precatórios para o pagamento de concessões.

“É notório que as concessões, principalmente as ligadas às atividades portuárias, aeroportuárias ou de transportes são uma locomotiva de desenvolvimento para o nosso país, razão pela qual cumpre a esta comissão ouvir os esclarecimentos dos envolvidos e apresentar as ações que lhe cabem”, ressaltou Cezinha de Madureira.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/03/2023**

## NACIONAL - TCU VAI QUESTIONAR GOVERNO SOBRE DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Ministros querem saber se Executivo mantém interesse no projeto antes de votá-lo

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Corte de Contas começou a analisar a proposta de desestatização da Autoridade Portuária de Santos no ano passado (crédito: Miguel Ribeiro/TCU/Divulgação)**

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu questionar o Ministério de Portos e Aeroportos se há interesse na continuidade do processo de desestatização do Porto de Santos. A resposta já é conhecida. O ministro Márcio França já afirmou repetidas vezes, nesses quase três meses de governo, que a gestão do complexo marítimo não será privatizada. Mas a Corte quer uma manifestação oficial

antes de retomar a análise do caso e, eventualmente, aprová-lo.

A estratégia foi definida na sessão do TCU dessa quarta-feira, dia 22. Ministros consideraram que o processo da desestatização não deveria ser votado sem que eles saibam se o Executivo irá dar continuidade a essa concessão. Eles também decidiram adiar a questão por 60 dias.

A proposta de desestatização do Porto de Santos começou a ser analisada pela Corte de Contas no ano passado. Em dezembro, o ministro Bruno Dantas, que atualmente preside o tribunal, apresentou seu voto. Mas os ministros Walton Rodrigues, Benjamin Zymler e Vital do Rêgo pediram vista, interrompendo a apreciação do caso. O processo só foi retomado nessa quarta-feira, mas logo foi paralisado quando Zymler sugeriu que o Governo Federal fosse inquirido sobre a intenção de avançar no projeto.

“Para que a gente não faça uma discussão densa, sem que haja uma finalidade pragmática, proponho que o Tribunal realize oitiva do Ministério de Portos e Aeroportos para que o órgão confirme interesse na desestatização. Tal proposta deve-se ao fato de que, após a troca de governo, algumas autoridades terem reportado em entrevistas a perda de interesse do Governo Federal no projeto”, afirmou Benjamin Zymler, referindo-se ao próprio ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França.

A sugestão teve o apoio de Vital do Rêgo e Bruno Dantas, que se comprometeu a enviar um ofício ao Ministério, “para que se manifeste, no prazo de 15 a 30 dias, sobre o interesse do governo em dar prosseguimento neste processo de desestatização”. O presidente do TCU ainda questionará a pasta sobre as sugestões apresentadas em seu voto, como a proposta do Executivo de analisar desestatizações de autoridades portuárias ocorridas em outros países.

Desde sua posse como ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França tem afirmado que as administrações portuárias, como a Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos), vão continuar estatais. Mas não descarta a concessão de serviços de apoio à atividade portuária, como a gestão das obras de dragagem e do canal de navegação. Vale lembrar que as operações portuárias já são realizadas pela iniciativa privada desde o final dos anos 90.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 23/03/2023

## REGIÃO NORDESTE - DEPUTADOS DA BAHIA DEFENDEM MAIOR RIGOR NA IMPORTAÇÃO DE CACAU AFRICANO

Audiência pública na Assembleia Legislativa discutiu o impacto da operação que está sendo realizada via Porto de Ilhéus

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**A audiência lotou a casa e reuniu representantes de produtores, da indústria do cacau, da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia e do Ministério da Agricultura Crédito: Divulgação**

**A ATIVIDADE ESTÁ PREOCUPANDO OS PRODUTORES BRASILEIROS DE CACAU, QUE ALEGAM RISCOS DA INTRODUÇÃO DE PRAGAS NO BRASIL**

A Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), defendeu mais rigor na realização das operações de importação de cacau africano para o Brasil, que estão sendo feitas via Porto de Ilhéus.

A atividade está preocupando os produtores brasileiros de cacau, que alegam riscos de trazer para o país pragas e doenças quarentenárias (não existentes por aqui). Isso porque, desde 2021, a Instrução Normativa nº 125 (IN125), publicada pelo Ministério da Agricultura, passou a permitir a entrada da carga africana sem receber tratamento com Brometo de Metila, eficaz no combate a doenças.

O deputado estadual e presidente da Comissão, Manuel Rocha, afirmou que vai acompanhar de perto a chegada das amêndoas vindas da África para adotar medidas que protejam a cultura cacauzeira da Bahia, maior produtor do fruto no Brasil. Já a categoria reivindica a anulação da IN125.

A situação foi discutida em audiência pública realizada na terça-feira (21), na Assembleia Legislativa da Bahia. O encontro lotou a Casa e reuniu representantes de produtores, da indústria do cacau, da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Além dos riscos fitossanitários, a categoria alega que a produção nacional é suficiente para suprir a demanda interna e que a importação desvaloriza o segmento.

“A indústria, trazendo o cacau da forma como está, acende o risco fitossanitário, que é grave. E o segundo ponto é que essa importação excessiva de cacau manipula os nossos preços internos e esse é um grande gargalo para o produtor de cacau, afinal tem que valer a pena produzir riqueza no nosso país”, disse Vanuza Barroso, presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC).

Já Anna Paula Losi, presidente da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), afirmou que “boa parte do cacau importado está na classificação de tipo 1 ou 2, que são os melhores tipos de cacau. Além disso, esse cacau só segue para a indústria depois da análise de risco de pragas, que é realizada por um laboratório credenciado pelo Mapa”.

Ainda segundo Anna, desde que esse procedimento foi adotado, nenhuma praga foi identificada. “A indústria é a primeira a não querer que a gente tenha a introdução de praga aqui no Brasil, porque se isso acontece vamos depender ainda mais da importação”, pontuou.

Para o deputado estadual Hassan de Zé Cocá, parlamentar que solicitou a audiência, é preciso chegar a um consenso. “Nós acreditamos que discutir o assunto é o caminho. E buscar uma saída que seja também de apoio e de subsídio aos pequenos produtores, que realmente estão sendo prejudicados com a importação da amêndoa da Costa do Marfim”, ressaltou.

Antes de encerrar a reunião, o deputado Rocha disse que a lavoura cacauzeira precisa ser fortalecida para que possa gerar emprego e renda.

“A gente vai fortalecer essa produção dando incentivos para que eles possam investir na lavoura. Esperamos que saiam resultados práticos daqui para que a gente possa fortalecer a produção de cacau na Bahia”, concluiu o presidente da Comissão de Agricultura da Alba.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/03/2023**

## REGIÃO NORDESTE - EQUIPE DA ANTT SOBREVOA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA TRANSNORDESTINA

Visita foi realizada no trecho entre Ceará e Pernambuco

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**O aditivo de dezembro do ano passado, referendado pelo TCU, pactuou um novo cronograma de obras para a ferrovia, com conclusão total até 2029 Crédito: Divulgação**

**AS OBRAS SÃO VISTAS PELO SETOR COMO UM IMPORTANTE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE**

Uma comitiva da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobrevoou na última sexta-feira (17) o trecho das obras da Ferrovia Transnordestina (TLSA), entre Ceará e Pernambuco.

O projeto visa interligar os centros produtores do Nordeste aos principais polos de exportação do país, além de aproximar o escoamento do Centro-Oeste a mercados internacionais como Europa e Ásia.

A visita foi acompanhada pelo diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, pelo diretor Luciano Lourenço, pelo superintendente de Transporte Ferroviário (Sufer), Ismael Trinks, e por representantes da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes (MTrans), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para garantir a retomada dos investimentos, o andamento das obras e o alcance do interesse público pela ferrovia Transnordestina Logística SA – TLSA (PI, CE, PE), foi celebrado um Termo Aditivo, em



dezembro do ano passado, que estabeleceu que a concessionária deve concluir os seguintes trechos: Eliseu Martins (PI) / Trindade (PE), com avanço de 77%; e Missão Velha (CE) / Pecém (CE), com cerca de 24% concluído.

Os trechos Salgueiro (PE) / Missão Velha (CE) e Trindade (PE) / Salgueiro (PE) já estão concluídos. As obras são vistas pelo setor como um importante desenvolvimento para o Nordeste.

O aditivo, referendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pactuou um novo cronograma de obras para a ferrovia, com conclusão total até 2029, sendo os trabalhos da primeira fase concluídos até 2027.

Por inviabilidade econômica, o trecho previsto entre Salgueiro e Porto de Suape (PE) foi excluído e devolvido à União. Porém, segundo a ANTT, independentemente do processo de devolução, novos estudos serão realizados para definir a melhor destinação para o trecho.

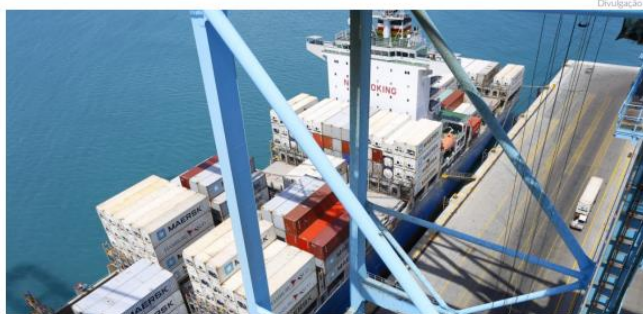
**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/03/2023**

## REGIÃO NORDESTE - PECÉM VAI RECEBER 1.500 CONTÊINERES DE PAINÉIS SOLARES PARA EMPREENDIMENTO NO RN

Carga começa a chegar em abril e operação se estende ao longo do ano

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Em abril, o Porto de Pecém começa a receber contêineres carregados com painéis solares e inversores que serão usados na construção da maior usina solar do RN Crédito: Divulgação**

**A OPERAÇÃO IRÁ SE ESTENDER AO LONGO DO ANO E A CARGA SERÁ DIRECIONADA PARA O PARQUE SOLAR DE MENDUBIM, NO RIO GRANDE DO NORTE**

O Porto de Pecém (CE) fechou um novo negócio e vai receber, a partir de abril, 1.500 contêineres carregados com painéis solares e inversores. A operação irá se estender ao longo do ano e a carga será direcionada para o Parque Solar de Mendubim, que será construído no Rio Grande do Norte.

No mês passado, o governo do RN anunciou que fechou parceria com a empresa norueguesa Scatec para a construção da maior usina solar do estado e uma das maiores do Brasil.

O projeto Mendubim, que será o maior empreendimento global da companhia na área de energia solar, terá investimentos de R\$ 1,7 bilhão.

As obras devem começar no mês que vem, com cronograma de conclusão até o fim de 2024. Durante o período, cerca de 1,2 mil empregos diretos e indiretos serão gerados e a companhia afirmou que dará prioridade à mão de obra local.

Com capacidade para gerar 532 megawatts, a unidade ocupará uma área de 1,2 mil hectares no município de Assu.

O Menbubim se une a uma cartela de outros 40 projetos de energia solar com contratos já assinados com o RN e previsão de início das atividades até 2026.

A Scatec está presente em 23 países e desenvolve, constrói, mantém e opera usinas solares, eólicas, hidrelétricas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/03/2023**

## REGIÃO NORDESTE - SUAPE CONQUISTA NÍVEL MÁXIMO DE GOVERNANÇA PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Empresa alcançou o nível mais elevado do Índice de Adequação das Unidades das Estatais e do Índice de Adequação das Unidades do Controle Interno

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**A conquista do complexo portuário pernambucano acontece pelo terceiro ano consecutivo Crédito: Divulgação**

**ESPAÇO** 

### Pílulas de AFC – Selo de qualidade na cadeia logística de comércio exterior

Aumentar as exportações mundiais em até US\$ 1 trilhão/ano e reduzir os custos do comércio global em 14%. Bem difícil imaginar como atingir essas metas, não é? A não ser por meio de um grande pacto, em escala global, firmado por centenas de nações comprometidas a seguir basicamente as mesmas premissas e recomendações, no sentido de simplificar e agilizar seus procedimentos de comércio exterior. Esse pacto é o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC), que a gente vem tratando aqui há algumas semanas. E como dissemos na edição anterior, o Programa "Operador Econômico Autorizado" é uma de suas mais importantes recomendações.

O OEA é tipo um "selo de qualidade" que, no Brasil, pode ser obtido por importadores, exportadores, transportadores, agentes de carga, operadores portuários e aeroportuários, recintos alfandegados e edex. Esses agentes da cadeia logística podem requerer a certificação ao garantir que cumprem os critérios exigidos pelo programa no que se refere à segurança física das cargas que movimentam ou com relação às obrigações tributárias e aduaneiras. Assim, terminam reconhecidos por representar baixo grau de risco em suas operações e, dessa forma, são beneficiados com maior agilidade e previsibilidade de suas cargas nos fluxos do comércio internacional.

Na próxima semana, mais informações sobre esse programa sensacional!

Coluna sob responsabilidade da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), jornalista responsável: Milena de Castro

O Porto de Suape (PE) conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o nível máximo (5) do Índice de Adequação das Estatais (IAE) e do Índice de Adequação das Unidades de Controle Interno (IAS). A informação foi divulgada pela Secretaria-Controladoria-Geral do Estado (SCGE), que contemplou mais nove empresas estatais pernambucanas com a pontuação máxima do IAE e outras 30 com o IAS.

Para a Autoridade Portuária, a consolidação da governança corporativa e de toda a estrutura de controle interno, alinhadas ao Sistema de Gestão Integrada (SGI), à Política de Diversidade e Inclusão e às ações socioambientais, em sintonia com as boas práticas ESG, levaram a empresa Suape a conquistar o reconhecimento.

O diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, comemorou o nível de governança da estatal, que conta ainda com três certificações (ISO 9.001, ISO 14.001 e NBR 16.000) de alcance nacional e internacional.

“É muito importante para a imagem da empresa e dos colaboradores esse reconhecimento. Isso demonstra que estamos no caminho certo ao incentivar a estruturação da cultura ESG no ambiente de trabalho”, declarou.

A coordenadora de Compliance de Suape, Fabiana Maranhão, acredita que os resultados são frutos da estrutura moderna e funcional das atividades administrativas e do engajamento dos colaboradores do complexo industrial

portuário.

“Estamos evoluindo ano a ano. É uma transformação bastante positiva para nossa empresa. É a criação de uma cultura que envolve corpo diretivo, colaboradores, líderes de equipes e terceirizados, na contribuição para geração de valor e perenidade ao negócio de Suape”, disse.

Já a diretora de Governança e Riscos da SCGE, Cristiana Borges, com base nos indicadores avaliados, a controladoria produziu documentos de orientação e capacitação que atendessem a necessidade das UCIs, além de fomentar a implementação de boas práticas importantes para a melhoria da governança das estatais.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/03/2023

## REGIÃO SUL - NAVIO É DESENCALHADO EM SÃO FRANCISCO DO SUL E AGUARDA LIBERAÇÃO DA MARINHA

Graneleiro London 2012 ficou quase dez dias parado em uma área de fundeio, próximo à saída do canal

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**O London 2012 aguarda a vistoria final do armador para continuar sua viagem até a China, após liberação da Marinha** Crédito: Divulgação/Marinha do Brasil

O navio graneleiro London 2012 foi desencalhado com sucesso no início da semana na Baía de Babitonga, próximo ao Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A embarcação ficou quase dez dias parada em uma área de fundeio, próximo à saída do canal. De acordo com a SCPAR São Francisco do Sul, o navio aguarda liberação da Marinha para poder seguir viagem.

A Autoridade Portuária gestora do porto afirmou que o navio, após o desencalhe, foi deslocado para outra área de fundeio.

A embarcação aguarda a vistoria final do armador para continuar sua viagem até a China, após liberação da Marinha do Brasil. Segundo a SCPAR, a previsão é de que os trâmites legais sejam concluídos até o final da semana.

O navio graneleiro encalhou no dia 11 de março entre São Francisco do Sul e Itapoá.

A Administração do Porto de São Francisco do Sul informou que o incidente registrado com a embarcação não provocou prejuízos às atividades portuárias do terminal, nem ao fluxo de entrada e saída do complexo. Não ocorreu, também, poluição hídrica.

O London 2012, de bandeira liberiana, está carregado com 69 mil toneladas de soja e, nos últimos dias, visando a salvaguarda humana, bem como questões ambientais, passou por inspeções subaquáticas realizadas por mergulhadores profissionais, onde não foi identificado nenhum tipo de avaria.

“Nesses momentos de apreensão priorizamos o que é mais importante, que é a proteção da integridade física dos tripulantes do navio e a preservação do meio ambiente na Baía da Babitonga, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade da movimentação de cargas pelo Porto”, comentou Cleverton Vieira, presidente do Porto de São Francisco do Sul.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/03/2023

## REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO LIBERA TRÁFEGO DA PONTE SOBRE O RIO PARANAPANEMA APÓS 4 MESES

Estrutura na Rodovia Rodolfo Ribeiro de Castro liga os estados de São Paulo e Paraná

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**De acordo com o Governo do Estado, foram investidos R\$ 4,6 milhões nos serviços de recuperação completa da ponte Crédito: Divulgação/DER-SP**

O Governo de São Paulo, através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), liberou na segunda-feira (20) o tráfego de veículos leves e pesados na ponte sobre o Rio Paranapanema, localizada no Km 150 da Rodovia Rodolfo Ribeiro de Castro (SP-421). A ponte é uma

ligação entre as cidades de Taciba (SP) e Porecatu (PR), na divisa entre os dois estados.

Com extensão de 634 metros, a ponte ficou interditada durante o período de quatro meses por conta das obras de reforma executadas pelo DER, órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) de São Paulo.

De acordo com o Governo do Estado, foram investidos R\$ 4,6 milhões nos serviços de recuperação completa da ponte. Os trabalhos contaram com uma equipe de 40 trabalhadores para a recomposição dos passeios, proteção dos taludes e substituição do pavimento rígido, entre outros itens.

Segundo o DER, neste momento, a obra encontra-se na etapa de finalização, para secagem do concreto aplicado nas lajes, conclusão da sinalização viária e instalação de defensas metálicas.

Durante os meses de interdição do trecho, usuários que passavam pelo local tiveram de utilizar rotas alternativas, sendo elas a Rodovia Miguel Jubran (SP 333), na altura do km 451, em Florínea (SP), ou a Rodovia Assis Chateaubriand (SP 425), no km 523, em Pirapozinho (SP), próximo ao distrito de Itororó do Paranapanema.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 23/03/2023**

## **NACIONAL - SANTOS BRASIL REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 430 MILHÕES EM 2022**

Alta é de mais de 67% em relação ao mesmo período com o ano anterior

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**No ano passado, os investimentos da Santos Brasil somaram R\$ 406,4 milhões, 69,5% mais que no ano anterior Crédito: Divulgação/Santos Brasil**

A Santos Brasil, operadora portuária e logística, divulgou os resultados operacionais e financeiros que correspondem ao quarto e último trimestre de 2022 (4T22). A empresa registrou um lucro líquido de R\$ 135,5 milhões, uma alta de 23,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O ano de 2022 foi encerrado com um lucro líquido de R\$ 430 milhões, o que representa um aumento de mais de 67% na comparação com 2021.

No período do 4T22, a receita líquida da companhia cresceu 5,7%, atingindo R\$ 468,8 milhões, com destaque para o aumento do ticket médio em todas as unidades de negócio, reflexo de renegociações contratuais. Na Santos Brasil Logística o crescimento foi de 25,2% na receita líquida, reflexo do



aumento do ticket médio e melhor mix de carga armazenada; e no TEV o aumento foi de 17,0% na receita líquida devido ao maior volume de veículos armazenados e aumento do ticket médio.

O EBITDA (valor dos lucros antes de se contabilizar juros, impostos, depreciação e amortização) do 4T22 foi de R\$ 198,3 milhões. O valor é 24,2% a mais do que o obtido no período de outubro a dezembro do exercício anterior, com margem EBITDA de 42,3% (+6,6 p.p.). Já o Lucro Líquido alcançou R\$ 135,5 milhões no período (+23,2%).

O faturamento bruto da Santos Brasil superou o patamar de R\$ 2 bilhões no ano, atingindo R\$ 2,2 bilhões (+25,4% YoY). A receita líquida somou R\$ 1,9 bilhão em 2022, um crescimento de 25,9% em relação a 2021.

A distribuição de proventos aos acionistas da companhia referentes ao exercício social de 2022 ficou em R\$ 535 milhões. Trata-se do maior pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio dos últimos dez anos. A Santos Brasil encerrou o ano com R\$ 614,6 milhões em posição de caixa e aplicações financeiras.

Em 2022, os investimentos da companhia somaram R\$ 406,4 milhões, 69,5% mais que em 2021. Para 2023, a expectativa é de volumes relativamente estáveis, mas com espaço para crescer a partir da recomposição do ticket-médio praticado e de um maior controle de custos e despesas.

### Operacional

A movimentação nos três terminais de contêineres da companhia — Santos (SP), Imbituba (SC) e Vila do Conde (PA) — em 2022 foi de 1.298.597 (-0,2% YoY).

No 4º trimestre, os três terminais juntos movimentaram 296.115 unidades, registrando uma queda de 7,9% em relação ao 4T21. De acordo com a empresa, o desempenho foi impactado pela normalização da sazonalidade nas importações do Porto de Santos, principalmente, após dois anos de deslocamento do peak season para o 4º trimestre em função da pandemia da Covid-19. Também influenciaram o desaquecimento das importações de bens de consumo e a estiagem na foz do Rio Amazonas, que provocou cancelamentos de escalas nos serviços de cabotagem que operam no Tecon Santos.

Em razão dos eventos, o Tecon Santos registrou queda de 9,9% YoY na movimentação do 4T22, atingindo 259.538 contêineres, com menores volumes nas operações de longo curso (-9,5% YoY) e de cabotagem (-11,7% YoY). No trimestre, o market share do terminal no porto de Santos foi de 36,6% (vs. 39,8% no 4T21). Em 2022, os volumes operados no Tecon Santos se mantiveram praticamente estáveis, com ligeira queda de 0,4% YoY.

O Tecon Vila do Conde apresentou alta na movimentação de 3,9% YoY (23.379 contêineres), com crescimento de 26,1% YoY na cabotagem, que foi beneficiada pelo maior fluxo de bens manufaturados, devido às vendas de final de ano, e pela estiagem na foz do Rio Amazonas, que tornou o terminal a opção mais vantajosa para o escoamento de cargas da Região Norte.

No Tecon Imbituba, a movimentação cresceu 17,6% YoY no 4T22, somando 13.198 contêineres. Já o TCG Imbituba operou 23.079 toneladas de cargas gerais (-80,5% YoY).

O TEV movimentou 65.017 veículos no 4T22, o que representa um crescimento de 32,7% YoY. Foram 56.867 veículos exportados (+21,5% YoY) e 8.150 veículos importados (+268,3% YoY).

Os terminais de líquidos de Itaqui TGL 01 e TGL 03 iniciaram suas operações em novembro, com assinatura de contratos comerciais no mês seguinte.

Na Santos Brasil Logística, observou-se queda de 14,6% YoY no número de contêineres armazenados no 4T22, impactado pelo arrefecimento das importações no Porto de Santos. A redução também é explicada pela forte base de comparação do 4T21, quando o Porto de Santos teve um fluxo extraordinário de importação de contêineres devido ao deslocamento da sazonalidade para o último

trimestre do ano. Os centros de distribuição, entretanto, cresceram a movimentação de pallets em 11,0% YoY no período, reflexo do aumento das operações de logística integrada 3PL.

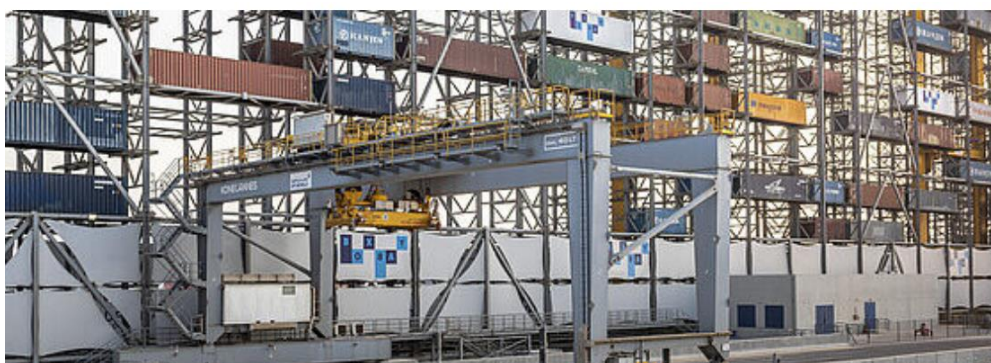
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/03/2023

**INTERNACIONAL** - Porto da Coreia do Sul receberá tecnologia inédita para contêineres

Sistema Boxbay permite que uma área portuária triplice sua produtividade na armazenagem de cargas

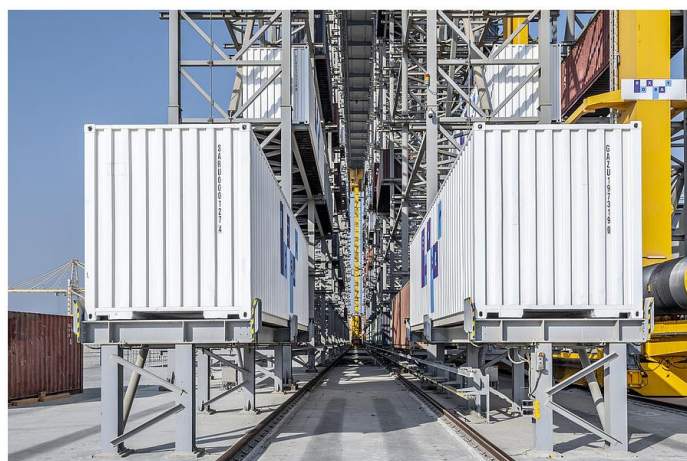
Por LEOPOLDO FIGUEIREDO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Sistema Boxbay foi testado no Porto de Jebel Ali pela DP World e o Grupo SMS (crédito: Divulgação/Boxbay)**

O Porto de Busan, o maior da Coreia do Sul e um dos principais do planeta, terá o primeiro terminal do mundo com um serviço automatizado de armazenagem de contêineres, tecnologia ainda inédita no mercado. O sistema, denominado Boxbay, permite até triplicar a capacidade de armazenagem da área onde será implantado. O projeto está sob a responsabilidade da empresa denominada justamente Boxbay, criada a partir de uma joint-venture entre a operadora portuária Dubai Ports (DP) World e o SMS Group, conglomerado alemão especialista em engenharia industrial.

O sistema prevê a implantação de um mega-armazém formado não por pilhas de contêineres, mas por estruturas semelhantes a estantes distribuídas em corredores. Essas estantes contam com onze prateleiras de altura. Enquanto na distribuição em pilhas, o acesso a um contêiner só é possível retirando as unidades localizadas em cima. com a nova configuração em estantes, é possível movimentar cada contêiner sem deslocar os demais. E por ser automatizado, o serviço poderá funcionar 24 horas por dia e 7 dias por semana – um terminal tradicional tende a operar de 70% a 80% do tempo.



**O projeto ainda apresenta características de sustentabilidade. A energia necessária para operar o mega-armazém será gerada por painéis fotovoltaicos que serão colocados no telhado.**

A tecnologia já foi testada no Porto de Jebel Ali, administrada pela DP World em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A estrutura Boxbay foi implantada em um dos terminais do complexo marítimo em janeiro de 2021. O projeto foi planejado com uma capacidade para armazenar 800 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) e, até junho do ano passado, já havia movimentado 190 mil unidades, comprovando sua eficiência, segundo a empresa.

Em Busan, esse serviço automatizado será implantado pela BoxBay em parceria com a Pusan Newport Corporation (PNC), operadora controlada pela DP World, que detém 66% de suas ações. As duas companhias firmaram esse acordo no último dia 8, em uma cerimônia na Zona Franca de Jebel Ali.



**Assista :** <https://youtu.be/6c-j86Piqh4>

Segundo o CEO da DP World, sultão Ahmed Bin Sulayem, essa nova tecnologia teve origem no setor industrial. “Nós adotamos uma tecnologia que provou sua eficiência na indústria metalúrgica da Alemanha e a transformamos, para criar a Boxbay, um sistema de armazenagem de contêineres inovador que irá ampliar o comércio global. Nosso projeto piloto em Jebel Ali já mostrou as vantagens desse sistema totalmente automatizado e energeticamente sustentável”, declarou.

**Fonte:** BE NEWS – BRASIL EXPORT

**Data:** 23/03/2023

## INTERNACIONAL - NAVIO TOMBA EM PORTO DA ESCÓCIA. ACIDENTE DEIXA 33 FERIDOS

Embarcação era utilizada na busca por navios naufragados

Por BE NEWS [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**O Petrel está atracado no Porto de Edimburgo, na Escócia (crédito: @Tomafc83)**

O navio RV Petrel tombou no Porto de Edimburgo, na Escócia, no início da manhã dessa quarta-feira. Atracado no complexo marítimo, ele chegou a adernar 45 graus. Com o incidente, 33 pessoas ficaram feridas – 21 delas foram hospitalizadas e as outras 12, atendidas no local e liberadas na sequência, segundo o serviço de emergência escocês.

As autoridades investigam as causas do acidente, mas há informações de que fortes ventos registrados na região nessa quarta-feira levaram o navio, de 76 metros de comprimento, a tombar.

O Petrel pertenceu ao co-fundador da Microsoft Paul Allen, que faleceu em 2018. Atualmente, integra seu espólio. A embarcação foi utilizada principalmente em pesquisas submarinas, explorando os locais de naufrágios históricos. Uma de suas missões de maior destaque foi a descoberta em 2017, no Mar



das Filipinas, do USS Indianapolis – cruzador norte-americano afundado pela Marinha do Japão em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o grupo de comunicação britânico BBC, o navio estava atracado no Porto de Edimburgo desde 2020, devido à pandemia da covid-19.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/03/2023

### INTERNACIONAL – SINGAPURA EXPORT – 24 A 28 DE ABRIL 2023 – OPORTUNIDADE ÚNICA

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

# OPORTUNIDADE ÚNICA!

24 a 28 Abril • Singapura 2023

## SINGAPORE EXPORT

FÓRUM INTERNACIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

## BRASIL EXPORT

**PROGRAMA**

- 24 | Singapore Maritime Week
- 25 | Pier 71 ♦ TCOMS ♦ BR Embassy 2DM Materials
- 26 | PSA/Unbox ♦ Singapore Maritime Institute Association of Singapore Maritime Industries
- 27 | Business Section (ESG) ♦ MPA/Drone Estate
- 28 | Singapore Maritime Week

**Viaje conosco e participe da delegação brasileira que visitará as mais modernas instalações portuárias de Singapura**

Solicite pacotes de viagem e maiores informações pelo email:  
[hevelyn@bossaturismoeeventos.com.br](mailto:hevelyn@bossaturismoeeventos.com.br)

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/03/2023



## O SOPEP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### COM GUPY, COPERSUCAR USA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SELEÇÃO DE NOVOS TALENTOS

Informações: Copersucar (23 de março de 2023 )





A partir de março, a Copersucar conta com a Gupy, startup brasileira que une Recursos Humanos e Tecnologia, para impulsionar os processos seletivos na companhia. Juntas, as duas empresas irão recrutar e selecionar os melhores talentos que farão parte do quadro profissional da maior plataforma integrada de açúcar, etanol e logística do mundo.

A Gupy é um software on-line operado por inteligência artificial, o robô Gaia, que atua na pré-seleção dos candidatos de acordo com as especificações da vaga e ainda aplica testes de perfil comportamental para todos os inscritos no processo. Os interessados passam por um processo seletivo especialmente desenvolvido para a posição pretendida, com avaliações, pesquisas, vídeos, entrevistas ou outras necessidades.

Ao disputar uma vaga, o candidato ainda pode solicitar indicação de algum profissional que já faça parte dos quadros da empresa. Apesar do endosso interno, o indicado seguirá por todas as etapas do processo seletivo, pois outros critérios serão avaliados para contratação.

### **Vem com a gente!**

A Gupy está presente em 11 países e, no Brasil, é usada por mais de 700 empresas.

***“É um recurso conhecido e disseminado nas empresas brasileiras, o que abre um amplo leque de candidaturas com profissionais qualificados”, conta a analista de Recursos Humanos da Copersucar, Larissa Carrião.***

O aprimoramento tecnológico do processo seletivo vai ao encontro do caráter inovador que marca todos os aspectos dos negócios da Copersucar.

Venha fazer parte do nosso time e faça parte dessa gigante brasileira!

A Gupy e a página oficial do LinkedIn da Copersucar (<https://www.linkedin.com/company/copersucar/>) são as únicas plataformas autorizadas a divulgar vagas disponíveis na companhia.

Consulte as vagas disponíveis : <https://copersucar.gupy.io/>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/03/2023

## **SECRETÁRIO NACIONAL FABRIZIO PIERDOMENICO VISITA AS INSTALAÇÕES DO PORTO DE PARANAGUÁ**

**Informações: Agência Porto (23 de março de 2023 )**

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos, Fabrizio Pierdomenico, visitou nesta quarta-feira (22) as instalações do Porto de Paranaguá e a sede administrativa da empresa pública. Essa foi a sua primeira visita no novo cargo ao Paraná.

Pela manhã, ele participou da inauguração do terminal da Klabin no Porto de Paranaguá, ao lado do governador Carlos Massa Ratinho Junior, e do diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, entre outras autoridades e convidados.

Para o secretário, a gestão da Portos do Paraná é referência no Brasil. Ele lembrou dos prêmios consecutivos do governo federal à empresa pública do Estado e a autonomia de gestão, o que permite arrendamentos próprios. “Paranaguá é um exemplo de que nós temos capacidade de ter portos públicos muito eficientes”, afirmou.

Ele também destacou outros projetos inovadores previstos pela autoridade portuária paranaense.

***“Os planos para o futuro são bem consistentes, nós temos um grande desafio, do porto e do governo federal, para fechar a modelagem da futura concessão do canal de acesso do porto”, afirmou.***



Pioneiro no País, o modelo paranaense de concessão marítima prevê que a iniciativa privada realize investimentos em serviços de dragagem, derrocagem, sinalização, batimetria, programas e monitoramentos ambientais. Assim, os processos que são fundamentais para a segurança da navegação e a chegada de grandes navios ganham agilidade.

Ao todo, os investimentos previstos somam R\$ 1,05 bilhão – R\$ 251 milhões até o segundo ano e R\$ 797 milhões até o quarto. A concessão estudada é parcial, com um modelo híbrido de julgamento: maior desconto sobre a tarifa e maior valor de oferta.

Luiz Fernando Garcia apresentou a Pierdomenico a modelagem desse edital e o planejamento da empresa pública para os próximos anos. “Temos diversas obras e projetos em andamento pensando, sempre a médio e longo prazo, como o Moegão, que vai reestruturar nossas conexões com o modal ferroviário. É assim que os portos do Paraná se mantêm atrativos para o mercado e novos investimentos”, ressaltou.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 23/03/2023**

## CODEBA PARTICIPA DE REUNIÃO COM MINISTÉRIO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E PROTEÇÃO CLIMÁTICA DA ALEMANHA

**Informações: CODEBA (23 de março de 2023)**

A Codeba participou de reunião com Ministério de Assuntos Econômicos e Proteção Climática (BMWK) da Alemanha, em 15/03/2023, para tratar do mercado de hidrogênio verde na Bahia. Participaram como representantes da Codeba a Diretora Presidente Ana Paula Calhau, Gerente do Porto de Aratu-Candeias Tatiana Noel, Chefe de Gabinete José Cassiano e Assessor da Presidência Jorge Silva. Além do representante do BMWK, o Sr. Christian Storost, estavam presentes representantes da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH), Quinto Energy, Sowitec, Basf, Bayer e a cônsul honorária da Alemanha.

Na ocasião a GIZ apresentou às empresas o programa H2UPPP (International Hydrogen Ramp-Up Programme), que busca acelerar a economia de hidrogênio verde no âmbito global.

Os representantes das empresas e instituições debateram sobre os gargalos e desafios existentes na expansão do mercado do hidrogênio verde. A Codeba compartilhou com os participantes o potencial do Porto de Aratu-Candeias para receber investimentos voltados a esse mercado, por dispor de abundância de áreas greenfield, boa navegabilidade e condições climáticas, além de estar posicionado estrategicamente para auxiliar no escoamento e abastecimento dos clientes. A Diretora Presidente, Ana Paula Calhau, informou que expectativa da Companhia é incentivar a atração de investimentos sustentáveis e sinalizou da importância da continuidade dos debates e incentivos ao mercado do hidrogênio verde na Bahia.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 23/03/2023**

## EXPORTAÇÕES DE SOJA CRESCEM NO BRASIL EM MEIO À AUSÊNCIA DA ARGENTINA

**Informações: Revista Cultivar (23 de março de 2023)**

As exportações brasileiras de soja alcançaram 5,2 milhões de toneladas em fevereiro de 2023, um aumento de 6,2 vezes em relação ao mês anterior, segundo dados da Conab. A ausência da Argentina, importante player global nas exportações de farelo e óleo de soja, contribuiu para essa alta, gerando maior demanda pelos derivados brasileiros e impulsionando as exportações nacionais.

Por outro lado, o volume das exportações de milho atingiu 2,28 milhões de toneladas em fevereiro, uma queda expressiva em relação às 6,17 milhões de toneladas registradas em janeiro. Esse declínio pode ser atribuído ao fortalecimento da demanda interna pelo cereal, especialmente na produção de

etanol de milho, confinamento e produção de proteína animal. A União Nacional do Etanol de Milho (Unem) estima que a produção de biocombustível atinja 6 bilhões de litros em 2023.

GRÁFICO 1/ Exportações brasileiras de milho e soja (em milhões de toneladas)



FONTE: COMEX STAT - ELABORAÇÃO: GELOG - SULOG - CONAB

As condições climáticas adversas nos principais estados produtores causaram uma forte redução na colheita do milho primeira safra. A segunda safra de milho, que caminha para um forte avanço nas estimativas, sofre com o atraso na colheita da soja, prejudicando o plantio em estados como Paraná, Mato Grosso do Sul e Tocantins. O plantio de milho no Maranhão e Piauí, no entanto, avança normalmente e com boas condições para o desenvolvimento das lavouras.

Os portos do Arco Norte aumentaram sua participação nas exportações brasileiras, atingindo 39,7% em fevereiro de 2023, enquanto o porto de Santos escoou 39,1% das exportações do país. Os estados do Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram os principais fornecedores das cargas para exportação.

A colheita da soja também enfrenta desafios climáticos, com chuvas excessivas no Paraná e estiagem no Rio Grande do Sul, afetando a produção. Porém, em outros estados, como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão e Piauí, as colheitas avançam em ritmo normal ou com boas condições.

A redução na oferta de soja na Argentina, devido às elevadas temperaturas e déficit hídrico, pode favorecer a participação brasileira no mercado internacional, especialmente considerando a expectativa de aumento na produção brasileira de soja em 20,6% nesta temporada, de acordo com a Conab.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/03/2023

## MAPA DISCUTE COM EMBAIXADA DA AUSTRÁLIA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (23 de março de 2023)



O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), por meio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI), se reuniu na segunda-feira (20) com representantes da Embaixada da Austrália em Brasília, para tratar de temas relacionados à produção agrícola sustentável e seus desdobramentos em matéria de comércio internacional.

A secretária da SDI, Renata Miranda, deu as boas-vindas ao novo conselheiro agrícola da Embaixada da Austrália em Brasília, Nektarios Tsirbas, e ressaltou a importância do diálogo franco sobre agricultura



sustentável, a exemplo do que a Secretaria tem mantido com outros interlocutores como o Reino Unido, a Alemanha e a União Europeia, em um cenário em que discussões legítimas sobre sustentabilidade podem afetar negativamente populações de países em desenvolvimento, ao inibir a produção regional e dificultar o livre comércio global.

Brasil e Austrália, para além das dimensões continentais, compartilham a relevância do setor agropecuário para as economias nacionais. Nesse sentido, como potências agropecuárias, defendem a ampliação das discussões sobre sustentabilidade focando não apenas no aspecto ambiental, de extrema relevância, mas também no aumento da produtividade agrícola, na agregação de valor, na valorização da produção local, no comércio internacional justo, na segurança climática e no fortalecimento da ciência tropical.

“Dada a sensibilidade do tema, as discussões sobre a legislação interna em curso em vários países sobre sustentabilidade e comércio internacional devem refletir também os aspectos social e econômico, fundamentais para a garantia de vida digna à população rural nas regiões produtoras de produtos agropecuários”, disse a secretária Renata.

Os países se comprometeram a intensificar a aproximação entre as áreas competentes a fim de favorecer o compartilhamento de pesquisas científicas e experiências práticas exitosas, identificar complementariedades de políticas públicas e coordenar interesses comuns em debates internacionais, não apenas entre si, mas com outros países com os quais Brasil e Austrália já vêm mantendo diálogos.

Participaram também da reunião, o diretor do Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas (Deflo), da SDI, Pedro Neto e, pela Embaixada da Austrália, a oficial de política e pesquisa sênior, Jéssica Gomes, e o oficial de pesquisa, Eduardo Sanches Ferreira.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 23/03/2023*

## **MINISTRO FÁVARO ANUNCIA EM PEQUIM A SUSPENSÃO DO EMBARGO À CARNE BOVINA BRASILEIRA**

*Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (23 de março de 2023)*

Após reunião com a delegação brasileira, nesta quinta-feira (23), em Pequim, o governo chinês decidiu levantar o embargo à carne bovina brasileira. As importações do Brasil estavam suspensas desde fevereiro após a confirmação de um caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina atípico (mal da “vaca louca”) em um animal macho de 9 anos em uma pequena propriedade no município de Marabá (PA).

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, se reuniu com o Ministro da Administração Geral da Aduana Chinesa (GACC), Yu Jianhua, para tratar do assunto. A liberação das exportações é para as carnes de animais abatidos a partir do dia 24 de março.

**“Tenho certeza que isso é um passo para que o Brasil avance cada vez mais com o credenciamento de plantas e oportunidades para a pecuária brasileira”, disse Fávaro, ao final do encontro.**

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 23/03/2023*

## **GEORGE SANTORO ASSUME A SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

*Informações: Ministério da Infraestrutura (23 de março de 2023)*

O advogado George André Palermo Santoro é o novo secretário-executivo do Ministério dos Transportes. A nomeação foi publicada na edição desta terça-feira (21) do Diário Oficial da União: assinam o termo o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro dos Transportes, Renan Filho. Com a nomeação, está completa a cadeia de comando da pasta federal dedicada às políticas nacionais de transportes terrestres – ferroviário e rodoviário – e de trânsito.

Santoro tem ampla experiência no setor público. Nos últimos oito anos, esteve à frente da Secretaria da Fazenda de Alagoas, com atuação reconhecida no saneamento das contas do estado. Também é auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e acumula passagem como subsecretário da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio.

“Estou absolutamente instigado e motivado em contribuir na busca de soluções para destravar projetos que melhorem a infraestrutura de transportes do país”, afirmou Santoro. “Vamos construir esse caminho com a equipe do Ministério dos Transportes, da Infra S.A., do DNIT [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes], da ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] e também ouvindo a academia, o TCU [Tribunal de Contas da União] e o setor produtivo”, garantiu.

O secretário-executivo também é professor, mestre em contabilidade e administração pela Fucape Business School, com especializações em economia empresarial pela Universidade Candido Mendes; em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas; e em direito, trabalho e previdência pela Universidade Candido Mendes.

### Desafio

Além de auxiliar no desafio do Governo Federal em recuperar a infraestrutura de transportes no país e promover o reequilíbrio da matriz logística nacional, Santoro terá atuação direta no aprimoramento da gestão do próprio ministério como secretário-executivo. Nesse escopo, assume papel fundamental na definição de medidas que resultem em economia de recursos públicos; avanços na transformação digital da pasta e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços prestados à população; bem como adoção de mecanismos voltados à valorização de servidores, entre outros.

É grande também a atuação do secretário-executivo na coordenação, formulação e aprimoramento das políticas públicas e parcerias com a iniciativa privada. Conforme definido no Decreto nº 11.360/2023, que cria e define a estrutura do Ministério dos Transportes, integram a Secretaria-Executiva as subsecretarias de Sustentabilidade; Parcerias; Fomento e Planejamento; Planejamento, Orçamento e Administração; e Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação; além da Consultoria Jurídica da pasta.

Antes da definição do titular da Secretaria-Executiva, já estavam nomeados os secretários nacionais de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro; Rodoviário, Viviane Esse, e de Trânsito, Aduardo Catão.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 23/03/2023*



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### 'NENHUM SER HUMANO DA TERRA' CONSEGUE EXPLICAR A ALTA TAXA DE JUROS NO BRASIL, DIZ LULA

Em evento no Rio, presidente disse ainda que 'quem tem que cuidar do Campos Neto é o Senado que o indicou', pois ele 'não foi eleito pelo povo'

*Por Jan Niklas — Rio*

O presidente Lula (PT) voltou a criticar o Banco Central nesta quarta-feira após o Copom manter a taxa básica de juros em 13,75%. Ele acusou o presidente do BC, Roberto Campos Neto, de estar descumprindo a legislação ao não baixar os juros. Além disso afirmou que “nenhum ser humano da Terra” consegue explicar a alta taxa do país.



**O presidente Lula — Foto: Cristiano Mariz/O Globo**

— Na época que era um indicado meu, eu conversava com o Meirelles. Mas, agora, se esse cidadão quiser ele nem conversa comigo. Ele só tem que cumprir a lei que estabeleceu a autonomia do Banco Central. Ele precisa cuidar da política monetária, mas também do emprego, da inflação e da renda do povo. É isso que está na lei, basta ler a lei.

Questionado se ele considerava que Campos Neto estaria cumprindo a lei ele respondeu.

— Todo mundo sabe que ele não está (cumprindo). Se não eu não estava reclamando.

Na terça-feira, Lula afirmou que Campos Neto não tem compromisso com a lei de autonomia da autoridade monetária e que ele não se importa com o emprego e o crescimento econômico. O presidente acrescentou que vai continuar 'batendo' no BC e criticando a elevada taxa de juros do país.

As declarações foram dadas pelo petista durante sua visita ao Complexo Naval de Itaguaí, na região metropolitana do Rio, onde está a linha de produção do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da Marinha do Brasil.

Lula afirmou ainda que não cabe à presidência julgar os relatórios do Copom.

— Quem tem que cuidar do Campos Neto é o Senado que o indicou. Ele não foi eleito pelo povo, não foi indicado pelo presidente da República. Eles paguem o preço pelo que estão fazendo. A história julgará cada um de nós.

O petista visitou as instalações do Prosub, programa que foi lançado por ele em 2008, em seu segundo mandato. Lula se reuniu por cerca de 15 minutos com o comando Marinha e almoçou na base naval.

Acompanharam a vista a primeira-dama Janja da Silva; a ministra do Turismo, Daniela Carneira; o senador Renan Calheiros; a Embaixadora da França no Brasil, Brigitte Collet; a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Barbosa de Oliveira Santos; e o Ministro Chefe do GSI, General de Divisão Gonçalves Dias.

O projeto do Prosub inclui a construção de quatro submarinos de propulsão convencional — com motores diesel-elétricos de fabricação francesa — e uma quinta embarcação de propulsão nuclear, com previsão de entrega somente em 2031.

O programa prevê um investimento total de R\$ 37,1 bilhões e é fruto de uma parceria estratégica de transferência de tecnologia com a França.

A agenda também reforça a promessa de campanha do petista de retomar o investimento na indústria naval do Rio de Janeiro.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 23/03/2023**

## **ELETOBRAS PROPÕE ACABAR COM VAGA PARA FUNCIONÁRIOS EM CONSELHO EM MEIO A TENSÃO COM LULA**

Cúpula da companhia discutirá mudança na composição de seu principal colegiado em assembleia marcada para abril

**Por Malu Gaspar e Johanns Eller**



***O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil***

A Eletrobras convocou para o mês que vem uma assembleia geral extraordinária que discutirá, entre outros tópicos, a extinção da vaga para um representante eleito pelos empregados no seu conselho de administração.

A medida, que exigirá uma alteração do estatuto social da companhia, ocorre em meio a uma ofensiva jurídica do governo Lula justamente para modificar o documento

e aumentar o controle da União sobre a Eletrobras.

Como publicamos na última terça-feira (21), a Casa Civil e a Advocacia-Geral da União (AGU) planejam forçar uma modificação do estatuto social através de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) a ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ideia é derrubar a previsão de poder de voto de 10% a todos os acionistas, incluindo a União, que detém 42,6% dos papéis.

A reunião foi marcada pelo presidente do Conselho de Administração, Ivan Monteiro, para o dia 17 de abril. A convocação também prevê que o atual representante, Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, passe por uma espécie de transição e deixe o cargo na assembleia geral ordinária de 2024.

Reeleito em 2021 para mais dois anos como representante dos empregados, Pereira foi mantido na configuração do novo conselho da Eletrobras, formado em setembro passado após a capitalização da empresa, por estar em meio ao mandato e ter sido eleito diretamente.

Mas como na nova composição os conselheiros exerceriam a função por três anos, decidiu-se que seu mandato seria equiparado aos demais, o que o manteria na cadeira até 2024. A lei da privatização não faz menção à composição do colegiado ou à representação de funcionários.

Na convocação para a assembleia, o presidente do conselho diz que as mudanças se devem à “incorporação de ajustes de governança interna” da Eletrobras, “em linha com adequações normativas supervenientes e orientações da B3 e da sua condição de ‘true corporation’”, jargão para definir empresas de capital pulverizado.

Para embasar sua decisão, o conselho contratou três pareceres de especialistas em direito societário e um parecer de advogado trabalhista, que endossaram a interpretação de que o mandato do atual representante dos empregados deve durar até 2024.

A representação de empregados no conselho de administração de empresas de capital aberto através de eleições diretas é uma possibilidade prevista em lei, mas não é obrigatória. A menos, é claro, que os empregados também sejam acionistas da companhia.

Essa é a razão pela qual os interlocutores dos acionistas da Eletrobras querem acabar com a vaga no conselho. Nos bastidores, eles afirmam que não faz sentido uma empresa de controle privado ter representantes de funcionários no conselho, já que os empregados não são acionistas relevantes da empresa.

Integrantes da cúpula da Eletrobras admitem que o timing da discussão é ruim e pode jogar ainda mais lenha na fogueira na campanha que Lula promove contra a privatização da empresa – a qual o presidente da República se referiu no início da semana como um crime de lesa-pátria.

Esses mesmos acionistas, porém, afirmam ter chegado à conclusão de que o ruído seria o mesmo independentemente do timing.

Afinal, a mudança acabará com a participação de funcionários nos rumos da empresa, tema caro ao PT, no momento em que o governo federal insiste em ampliar seu poder e influência sobre a empresa.

Mas como nem Lula e nem os acionistas privados vão mudar de posição, eles seguir em frente e assimilar o desgaste.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/03/2023*

### **JURO EM 13,75% PRESSIONA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM TAXAS BAIXAS, DIZ PRESIDENTE DA CAIXA**

Maria Rita Serrano afirmou que banco terá que recorrer a fontes mais caras de captação de recursos com poupança e FGTS apresentando saques

*Por João Sorima Neto — São Paulo*



**Presidente da Caixa, Maria Rita Serrano, diz que foco do banco continuará sendo a habitação — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo**

A presidente da Caixa, Maria Rita Serrano, afirmou nesta quinta-feira que os juros básicos da economia, em patamar elevado de 13,75%, pressionam os financiamentos para a compra da casa própria com taxas baixas. Serrano afirmou que a Caixa será obrigada a recorrer a fontes mais caras de funding (captação de recursos) para empréstimos imobiliários no atual patamar de juros.

Serrano lembrou que a Caixa tem duas fontes de financiamento com taxas mais baixas, caderneta de poupança e o saldo do FGTS, mas elas estão apresentando saques sucessivos, reduzindo esse fluxo.

—A alta de juros causa um problema de funding (captação de recursos) para emprestar recursos com taxas mais baixas no financiamento imobiliário. A poupança teve retiradas de R\$ 100 bilhões no ano passado, e o FGTS, que vem apresentando saques sucessivos e perdendo recursos por causa do trabalho informal. Haverá um problema de sustentabilidade e este é um problema que nós temos que resolver”— disse Maria Rita, durante apresentação dos números do banco relativos a 2022.

Na Caixa, R\$ 33 bilhões saíram da poupança e, segundo Serrano, parte desses recursos foram para outros investimentos mais rentáveis, impactando o banco.

Na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Selic em 13,75% e não deu indicações que a taxa será reduzida nas próximas reuniões do Banco Central. A preocupação com a expectativa de alta da inflação permanece no radar do BC.

A Caixa é a maior financiadora da compra da casa própria no país. O saldo da carteira de crédito imobiliário do banco, em dezembro de 2022, era de R\$ 637,9 bilhões, o que representa 66,2% desse segmento no país. Serrano afirmou que há muitas obras do Minha Casa Minha Vida que estão sendo retomadas.

A Caixa registrou lucro recorrente de R\$ 2 bilhões no quarto trimestre de 2022, 37,8% abaixo do resultado do quarto trimestre de 2021. Em 2022, o resultado totalizou R\$ 9,2 bilhões, queda de 43,4%. O balanço se refere aos últimos três meses de gestão da economista Daniella Marques no comando da instituição financeira, do governo passado.

A presidente da Caixa disse que lucros elevados, como o de 2019 e de 2021, quando a instituição lucrou R\$ 21 bilhões e R\$ 17 bilhões, respectivamente, não devem se repetir já que foram alcançados com a venda de ativos.



— Este cenário não teremos mais. Não é nossa pretensão vender ativos do banco ou abrir capital. O objetivo do governo é manter a Caixa como uma empresa pública — garantiu.

Segundo o vice-presidente de finanças e controladoria, Marcos Brasiliano, o aumento das provisões de crédito do banco cresceram quase 40% em 2022 em relação a 2021, pressionando a margem de lucro. O aumento do provisionamento o aumento foi causado pelo programa de microfinanças, que teve uma inadimplência inicial de 80%, e pelo consignado do Auxílio Brasil.

— Esse empréstimo é uma excrescência. Não se pode endividar famílias que usam o benefício para comer. A Caixa emprestou R\$ 7,6 bilhões nesse programa — disse Maria Rita.

A presidente da Caixa disse que 2022 foi um ano “polêmico”, marcado por uma crise reputacional da instituição com as denúncias de assédio sexual e moral contra o ex-presidente da companhia, Pedro Guimarães.

— Passamos pela pior crise reputacional dos últimos anos quando o dirigente foi acusado de assédio sexual e moral. Todo o processo investigativo interno foi encerrado e os relatórios encaminhados para os órgãos competentes. Aguardamos ansiosamente pela posição da Justiça — disse ela.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## TEBET ESTIMA ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS DE R\$ 120 BI EM 2023, ACIMA DO PREVISTO

Governo estimou que fechará este ano com um déficit de R\$ 107,6 bilhões - o equivalente a 1% do PIB

*Por Renan Monteiro e Fernanda Trisotto — Brasília*



**A ministra do Planejamento, Simone Tebet — Foto: Edu Andrade/Ascom/MF**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse nesta quinta-feira que o rombo nas contas públicas pode ficar em R\$ 120 bilhões em 2023, acima do previsto na última quarta-feira pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda. O governo estimou que fechará este ano com um déficit de R\$ 107,6 bilhões - o equivalente a 1% do PIB.

A projeção - das duas pastas - aponta para uma queda significativa no rombo das contas do governo, em relação aos valores previstos no Orçamento deste ano, que autoriza um déficit de até R\$ 231 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB. Os números consideram o resultado primário, isto é, a diferença entre as despesas e a receita do governo federal, sem contar os gastos com juros.

A ministra destacou que o governo persegue o objetivo de reduzir o déficit primário e que a divulgação do relatório dos gastos, no relatório bimestral, mostra esse compromisso:

— É uma projeção, mas está caminhando, no sentido que queremos que o déficit fiscal no Brasil não se encerrará em R\$ 230 bilhões, mas em algo de R\$ 107 bilhões nessa projeção. Podemos ter uma pequena alteração quando vier o reajuste do salário mínimo, para algo em torno de R\$ 120 bilhões.

Tebet ainda frisou que esses são gastos impositivos (despesas obrigatórias) e que foram aprovados quando o Congresso votou a “PEC da Transição”. Sobre a apresentação da nova âncora fiscal, a ministra pontuou que a proposta pode ser “esticada”, após as discussões previstas.

— O arcabouço está saindo do Ministério da Fazenda. Em sua moldura, tem todo o aval do Ministério do Planejamento e Orçamento. Posso dizer que a moldura desse arcabouço está muito boa. Agora é hora de analisar parâmetros, de acordo com uma decisão política do presidente. De esticar um pouco mais. Tenho certeza que vamos chegar em bons termos — destaca.

Questionada sobre o espaço para cortar juros com tantos estímulos fiscais do Executivo, Tebet defendeu que há margem “sem dúvida nenhuma” e que não é hora de falar sobre corte de gastos, mas sim em “qualidade” no direcionamento de verbas.

Ela ainda argumentou que a Selic já estava no patamar de 13,75% quando a “PEC da Transição” foi aprovada e que a ampliação dos gastos públicos foi feita em áreas prioritárias, como o Minha Casa, Minha Vida, e para corrigir defasagens, como a falta de reajuste nos repasses da merenda escolar e do aumento dos servidores do Executivo.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/03/2023*

### **ALIADOS DE LULA AVALIAM QUE TENTAR TIRAR CAMPOS NETO PODE TER EFEITO REVERSO E FORTALECÊ-LO NO CARGO**

Por conta da autonomia da autoridade monetária, aprovada pelo Congresso em 2021, o atual chefe do BC tem mandato até 2024 e só pode sair por votação do Senado

*Por Manoel Ventura e Jeniffer Gularte — Brasília*



***O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, durante discurso no Senado – Foto : Cristiano Mariz/Agência O Globo***

Apesar da fritura pública contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que não há aderência no Senado para um eventual pedido de demissão do chefe da autoridade monetária. Senadores do próprio PT afirmam, reservadamente, que manobras nesse sentido seriam arriscadas e poderiam inclusive fortalecer Campos Neto.

O presidente do BC está sendo bombardeado por Lula e por integrantes do governo por conta do atual patamar de juros, de 13,75% ao ano. Nesta quarta-feira, por decisão unânime, o Comitê de Política Monetária do BC decidiu manter a Selic nesse patamar e indicar inclusive a possibilidade de alta na próxima reunião, em maio.

A pressão pública de Lula e de integrantes do governo tem suscitado a possibilidade de o Executivo pedir formalmente a saída de Campos Neto. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), já pediu publicamente a demissão de Campos Neto.

Por conta da autonomia da autoridade monetária, aprovada pelo Congresso em 2021, o atual chefe do BC tem mandato até 2024.

### **SÃO NECESSÁRIOS 41 DE 81 VOTOS NO SENADO**

Até lá, ele pode ser demitido apenas em caso de enfermidade, por condenação por improbidade e “quando apresentarem comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos” do BC.

Para isso, é necessário que o Conselho Monetário Nacional (CMN) proponha a Lula a exoneração. Em seguida, o Senado, em votação secreta, decide se mantém ou não o presidente. Para destituí-lo, é necessário o apoio de pelo menos 41 dos 81 senadores.

Parlamentares do PT dizem reservadamente que não há votos para isso nem na base. Mesmo que concordem que os juros estão altos e que precisam cair, não seria a destituição de Campos Neto o caminho para isso.

Um senador da base do governo afirmou em conversas internas que o próprio Congresso poderia tomar medidas que levem os juros a cair, como a aprovação célere de um arcabouço fiscal crível. Além disso, líderes do Senado dizem que o governo ainda não testou a própria base.

Uma eventual votação contra Campos Neto, em que ele saia vitorioso, tem o condão de fortalecê-lo ainda mais no cargo, segundo a visão de aliados de Lula.

### **Bombardeio não deve cessar**

Integrantes do governo reconhecem, porém, que o bombardeio público contra o chefe do BC não vai cessar. Além da convicção por parte do Executivo de que os juros estão mais altos do que deveriam para conter a inflação, o temor é que essa taxa atual inviabilize investimentos e comprometa o futuro do governo — mesmo se a Selic entrar numa trajetória de queda a partir de meados do ano.

Além disso, técnicos da equipe econômica esperam o recrudescimento das discussões sobre mudanças nas metas de inflação do próximo ano e de 2025, hoje em 3%. O BC precisa perseguir essa meta, também definida pelo CMN.

Para integrantes do governo de fora da Fazenda, uma eventual mudança daria argumentos para reduzir os juros, embora estudos conduzidos pela pasta econômica tenham mostrado que a meta não é um problema.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## **APÓS VENDER GASODUTOS, PETROBRAS VAI VOLTAR A INVESTIR EM INFRAESTRUTURA DE GÁS**

Segundo presidente da Petrobras, plano é que Brasil em 2027 não dependa mais de importação de gás

*Por Bruno Rosa — Rio*

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que a companhia avalia voltar a investir em nova infraestrutura de gás no Brasil, como gasodutos. O movimento vai ocorrer após a estatal ter vendido ativos como a TAG e NTS, as duas maiores malhas do Brasil, e ter colocado à venda o gasoduto Brasil-Bolívia.

— Com certeza vamos participar do desenvolvimento de infraestrutura. Antes de assumir a presidência da Petrobras, ainda na transição, visitei NTS e TAG e conversamos sobre essa questão de investimento novo. O governo vai reger essa orquestra e os violinos e os violoncelos estão todos afinados para tocar - disse Prates.

O presidente da Petrobras destacou ainda que em 2027 os planos envolvem produzir gás suficiente para o país não depender mais de importação de gás, feito através de GNL (em estado líquido, que segue por preços internacionais).

Segundo sua previsão, haverá mais 54 milhões de metros cúbicos por dia em 2027 com base em projetos na Bacia de Campos, Sergipe-Alagoas, a Rota 3 (gasoduto) e produção de biometano.

Ao citar os investimentos e os projetos, Prates criticou novamente a política de preços atrelada ao cenário internacional como petróleo e dólar.

-Será gás suficiente para não depender de importação. Daqui a pouco vamos ter PPI de gás. Era para onde estávamos caminhando. Daqui a pouco vão impor PPI de gás. O preço que vamos fazer será o

melhor preço que vamos fazer. Vamos disputar a tapa esse cliente. Estou praticando o melhor preço que posso.

Mais cedo, em evento na Fundação Getúlio Vargas, Prates criticou a atual política de paridade de preços dos combustíveis com o mercado internacional e comparou a situação da estatal com a da rede de fast food McDonald's. Disse que, se o presidente do McDonald's tivesse que fazer ações para permitir o crescimento do Burger King, ele provavelmente seria demitido.

Prates disse ainda que, com os novos projetos, a estatal deve reduzir o volume de injeção de gás nos campos, que hoje é de 52%.

-Temos um gap até 2027 que nos faz ficar nessa situação. Mas é super temporária pois em 2027 começa a entrar gás — afirmou Prates.

Prates afirmou ainda que ser sócio da Petrobras é bônus e não ônus.

— Ao contrário de ser ônus é bônus ser sócio do governo brasileiro. Ser sócio da Petrobras é ser sócio do estado brasileiro. E isso não pode ser coisa feia, uma desvantagem. Passamos por traumas e vamos continuar.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## EM MEIO A QUEDA DE BRAÇO COM PACHECO, LIRA DECIDE VOTAR NA SEMANA QUE VEM MPS ENVIADAS DURANTE GOVERNO BOLSONARO

Com o encaminhamento das 13 MPs de Bolsonaro, espera-se que Lira ganhe mais prazo para negociar um novo rito de tramitação com o Senado

*Por Gabriel Sabóia — Brasília*



*O presidente da Câmara, Arthur Lira 01/02/2023 – Foto : Pablo Valadares/Câmara dos Deputados*

A Câmara dos Deputados votará, na próxima semana, as 13 medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) no fim do ano passado. A decisão ocorre em meio ao impasse entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o Senado (PSD-MG), Rodrigo Pacheco, pelo rito das MPs. Atualmente, todas as 29 MPs editadas pelo governo Lula estão paralisadas, o que preocupa a base governista. Com o encaminhamento das 13 MPs de Bolsonaro, espera-se

que Lira ganhe mais prazo para negociar um novo rito de tramitação das medidas com o Senado.

Armas, chamadas de vídeo e codinomes: veja as principais provas contra os criminosos que planejaram sequestro de Moro

Lira é favorável a um novo arranjo, que não preveja a volta da existências das chamadas Comissões Mistas, em que senadores e deputados analisam as MPs de maneira conjunta. No atual modelo, adotado pela pandemia da Covid-19, a Câmara se debruça antes sobre os temas. Pacheco quer a volta do modelo original, o que não pratica tira o poder da Câmara de pautar assuntos e ditar o ritmo de tramitação das MPs.

"A Presidência da Câmara entende como positiva a atitude do Senado Federal em encaminhar para análise desta Casa as 13 Medidas Provisórias oriundas do Governo anterior. Assim, haverá esforço concentrado na semana de 27 a 31 de março para análise de todo esse material. O Brasil precisa andar para a frente, com agilidade, entendimento, respeito à autonomia dos poderes e mais representatividade democrática", diz um comunicado divulgado por Lira.



### Acusações e falta de acordo

Sem um acordo sobre o rito das MPs, Pacheco determinou nesta quinta-feira a retomada das comissões mistas. No mesmo momento em que anunciava a decisão, no Salão Azul do Senado, o deputado Arthur Lira (PP-AL), chamou a medida de "truculenta" em entrevista no Salão Verde, a alguns passos dali.

— Já se passaram mais de 50 dias, o prazo das medidas provisórias está sendo contado desde então. É muito importante que haja uma solução — afirmou Pacheco após se reunir com líderes de partidos da base do governo e da oposição no Senado.

O chefe da Casa Legislativa analisou uma questão de ordem do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que diz que a Constituição determina o funcionamento das comissões.

— Com um governo, nova legislatura, fim da pandemia, é preciso que se retome a ordem constitucional, foi esse o entendimento da Mesa do Senado — disse Pacheco.

Mesmo se Lira não concordar com a comissão mista, líderes do Senado dizem que, como presidente do Congresso, Pacheco pode negociar com os líderes da Câmara a indicação dos membros que cabem à Casa. O senador afirmou que espera uma boa vontade dos deputados.

— Eu confio muito no bom senso, na razoabilidade, vamos decidir a questão de ordem. Vamos buscar estabelecer a ordem constitucional. Eu tenho muita tranquilidade da consciência dos parlamentares de seu dever, sempre foi assim, de apreciarmos as medidas provisórias — completou o presidente do Senado.

O presidente do Senado leu a questão de ordem na sessão desta quinta-feira no Senado. De acordo com ele, as MPs que sobraram do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro continuarão a serem votadas pela Câmara primeiro. Já as MPs editadas no governo Lula passarão por comissões mistas.

### Lira chama medida de 'truculenta'

No salão ao lado, Lira ameaçou não cumprir a determinação de Pacheco. Ele defende a manutenção do rito atual, em que as MPs são votadas primeiro na Câmara e depois no Senado, pulando a etapa das comissões mistas. A análise dos colegiados foi suspensa durante a pandemia, para otimizar as votações.

— Este gesto que não vai levar a lugar nenhum. Não defendemos ir contra a Constituição, mas queremos um rito mais atual, que atenda a demanda das duas casas. Não queremos guerra, mas não fui eu quem mudei texto e mudei com a minha palavra. A comissão mista truculenta não vai andar com medidas provisórias. As lideranças do governo querem que o rito atual seja obedecido. Esta é uma decisão unilateral que não ajudará o Brasil.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### LULA DIZ QUE CAMPOS NETO PRECISA 'CUMPRIR A LEI'; MERCADO REAGE E BOLSA DESPENCA

Segundo o presidente, decisão de manter a Selic em 13,75% ao ano 'não tem explicação nenhuma'; Bolsa caiu 2,29% e dólar subiu para R\$ 5,29

*Por Rayanderson Guerra*

RIO - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira, 23, que a história julgará a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a Selic a 13,75% ao ano. O petista disse que a medida “não tem explicação nenhuma no mundo” e que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, “tem que cumprir a lei”.

Nesta quinta-feira, a Bolsa perdeu o patamar dos 100 mil pontos. No fechamento, o Ibovespa, principal índice da B3, caiu 2,29%, a 97.926,34 pontos. Já o dólar ampliou a alta e fechou em R\$ 5,29, com alta de 1,01%. O recuo destoa da valorização superior a 1% na maioria dos índices de ações de Nova York.

“Não tem explicação nenhuma no mundo a taxa de juros estar a 13,75% ao ano. Quem tem que cuidar do Campos Neto é o Senado que o indicou. Ele (Roberto Campos Neto) não foi eleito pelo povo. Não foi indicado pelo presidente. Foi indicado pelo Senado”, disse Lula.



Segundo o presidente, Campos Neto “só tem que cumprir a lei, que estabeleceu a autonomia do Banco Central”.

**Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central Foto: Gabriela Biló/Estadão**

“Quando eu tinha o [ex-presidente do BC Henrique] Meirelles, que foi um indicado meu, eu conversava com o Meirelles. Se esse cidadão [Campos Neto] quiser, ele nem precisa conversar comigo. Ele só tem que cumprir a lei, que estabeleceu a autonomia do Banco Central. Ele precisa cuidar da política monetária, mas ele precisa cuidar também do emprego, cuidar da inflação e cuidar da renda do povo. Todo mundo sabe que ele não está fazendo isso. Se ele estivesse fazendo, eu não estava reclamando”, disse Lula durante visita ao Complexo Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 23/03/2023**

## LULA CONVOCA REUNIÃO COM ALA POLÍTICA PARA TRAÇAR ESTRATÉGIA SOBRE CRISE DE MPS NO CONGRESSO

Medidas Provisórias editadas pelo governo petistas podem caducar se Câmara e Senado não se entenderem sobre rito de votação

**Por Wesley Galzo**

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convocou uma reunião de emergência com a coordenação política do governo nesta sexta-feira, 24, para definir a estratégia de atuação do Palácio do Planalto na crise entre as lideranças da Câmara e do Senado sobre o rito de aprovação das Medidas Provisórias (MPs).



Estarão presentes no encontro os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Geraldo Alckmin (Vice-Presidência) e Paulo Pimenta (Secom). Também participarão dos líderes do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

**O presidente Lula convocou reunião com ministros para tratar da crise do Congresso que barra votação de MPs do governo Foto: Wilton Junior / Estadão**

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senador, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), protagonizam um embato público sobre como deve funcionar o trâmite de votação das MPs enviadas pelo Palácio do Planalto após o fim da pandemia de coronavírus. Durante a crise sanitária provocada pela doença, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que o rito de votação das medidas pulasse a fase de discussão nas comissões mistas formadas por senadores e deputados para acelerar as aprovação de medidas urgentes do governo.

Um ano após o Ministério da Saúde decretar o fim da pandemia, as duas Casas do Congresso travam uma batalha sobre como a tramitação das MPs deve funcionar agora. Pacheco defende que o rito volte a ser como era antes da crise de covid-19. Já Lira deseja alterar o regime de votação para preservar os poderes conquistados pelos deputados no período. Os dois presidentes tiveram uma reunião na última quarta-feira, 22, mas não conseguiram chegar a um acordo.

Sem um acordo firmado, Pacheco ignorou as ameaças de Lira e assinou uma questão de ordem apresentada pelo senador Rena Calheiros (MDB-AL) para que as MPs voltem a ser analisadas da maneira como era feito antes da pandemia. Irritado com a decisão do colega parlamentar, Lira disse que Pacheco age com "truculência" e ameaçou deixar caducar as medidas apresentadas pelo governo Lula.

É diante deste quadro que o Planalto decidiu agir. Caso as MPs não sejam votadas no prazo máximo de 120 dias, elas deixam de valer. Dentre as medidas que dependem de apreciação do Congresso está a que criou 14 novos ministérios, assim como o texto que define as novas regras do programa Bolsa Família. Sem o aval do Congresso, ministros podem ter suas pastas extintas da noite para o dia e os beneficiários do Bolsa Família podem perder o acesso ao benefício.

Na última quinta, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), defendeu que a crise entre os presidentes do Senado e da Câmara seja resolvida para que as MPs de Lula não percam a validade. O parlamentar procurou não tomar partido na disputa e disse que acreditar que as lideranças das duas Casas chegassem a um entendimento.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 23/03/2023*

## **PAC, ESTALEIROS, TREM-BALA: MEGAPROJETOS DO PT VOLTAM AO RADAR, MAS SÃO CERCADOS DE DESCONFIANÇA**

Para especialistas, antes de retomar projetos, governo deveria avaliar os erros cometidos no passado e criar uma regra de boa governança para os empreendimentos  
*Por Luciana Dyniewicz*

Grandes projetos de infraestrutura – que marcaram os governos PT e foram alvo de denúncias de mau uso de dinheiro público – voltaram à agenda econômica nesses primeiros meses do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), indústria naval e trem-bala (ainda que esse deva ser uma iniciativa do setor privado) estão na mesa novamente, mas são vistos com desconfiança por economistas e especialistas em infraestrutura.

Entre os motivos do ceticismo estão o fato de muitos empreendimentos anunciados no passado terem projetos mal estruturados e de parte das obras não ter sido finalizada, além do envolvimento em grandes escândalos de corrupção.

No caso da primeira edição do PAC, por exemplo, relatórios do governo apontavam que os empreendimentos concluídos entre 2007 e 2010 chegavam a R\$ 444 bilhões, o que correspondia a 82% do previsto para o período. Para o PAC 2, os documentos indicavam R\$ 796,4 bilhões, ou 99,7% do previsto.

Estudo da consultoria Inter.B de 2016, porém, mostra que esses números foram superestimados, dado que houve uma superposição de cerca de 61% das ações do PAC 1 e do PAC 2. Indica ainda que, na verdade, apenas 50,9% das ações do PAC 1 haviam sido concluídas e 52,9% das do PAC 2.

A consultoria também analisou uma amostra dos principais projetos do PAC e concluiu que, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014, o aumento médio do custo e do prazo de entrega das obras no setor de transportes foi de 46% e 89%, respectivamente. Em energia, foi de 51% e de 78%.

“O que aconteceu no PAC – e em muitos projetos fora do PAC também – é que os gastos foram acima do planejado, a execução foi falha e, por isso, houve grandes atrasos. O grande desafio desses novos projetos é a governança”, diz Claudio Frischtak, fundador da Inter.B.

Ele afirma que o País precisa, sim, de maiores investimentos em infraestrutura. Hoje, eles correspondem a 1,8% do PIB, mas, para prover uma cobertura minimamente razoável, seria preciso elevar esse número para 4%. Se o governo pretende aumentar esses aportes, acrescenta, é preciso melhorar a governança para ter certeza de que as obras serão concluídas em tempo hábil e terão qualidade.



**Levantamento da Inter.B mostra que apenas 50,9% das ações do PAC 1 haviam sido concluídas e 52,9% das do PAC 2 Foto: TASSO MARCELO/ESTADÃO**

O economista Marcos Lisboa, ex-presidente do Insper e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo Lula, destaca, no entanto, que no Brasil não há o costume de se fazer projetos de política pública detalhados. “Tem de analisar a correlação entre o programa e a geração de emprego, mas também precisa analisar o custo de oportunidade.” Lisboa afirma que políticas que já não deram certo estão

sendo retomadas sem que sejam estudados os motivos dos fracassos dessas experiências anteriores.

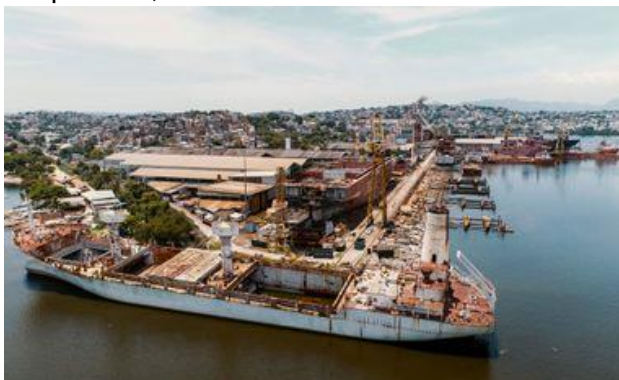
Na análise de Frischtak, mesmo que o governo queira alavancar os aportes em infraestrutura, ele sempre precisará do apoio de empresas privadas, dado o tamanho da demanda que existe no Brasil. Por isso, é importante que marcos regulatórios sejam preservados, garantindo que as companhias tenham segurança para investir.

Para o professor de administração pública da Fundação Getulio Vargas (FGV) Ciro Biderman, o Estado pode ter um papel relevante na retomada do setor de infraestrutura, mas ele alerta que, “se os investimentos não forem bem direcionados, o governo vai queimar recursos e não chegar a lugar nenhum”. “Tem de ter diretriz estratégica”, acrescenta.

### Escolha de projetos

Biderman lembra dos investimentos feitos para desenvolver a indústria naval nos governos anteriores do PT. Entre 2005 e 2012, o Fundo de Marinha Mercante, liberou R\$ 33,6 bilhões (em valores atualizados) para reformas e construção de estaleiros, que, principalmente, atenderiam a Petrobras. No período, o número de trabalhadores no setor naval também passou de 2 mil para 70 mil. Com os

escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e as grandes empreiteiras que investiam no setor, porém, o segmento encolheu e o total de empregados caiu para os 20 mil atuais.



**Na foto, Estaleiro Ilha S.A (Eisa), que fechou as portas no fim de 2015, na Ilha do Governador, zona norte do Rio Foto: Alex Ribeiro/Estadão**

“Por que o governo vai dar novamente subsídio para a indústria naval? Se o setor se provasse competitivo, até entenderia. Mas não me parece



fazer sentido subsidiar uma produção privada”, diz Biderman. O professor acrescenta que hoje o portfólio de um programa de incentivo à indústria tem de fazer sentido social e ambiental.

Coordenador do Núcleo de Infraestrutura da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende acrescenta que, para o governo não cometer os mesmos erros do passado, além de governança e transparência, precisa trabalhar em um programa de investimentos com poucos e bons projetos. “Os dois PACs eram grandes demais. Isso provoca dispersão de atenção e perda de previsibilidade. O governo deveria focar em poucos projetos, mas estruturantes e capazes de mudar a infraestrutura brasileira.”

Para Resende, o transporte de carga ferroviário seria a melhor opção de investimento. Hoje, 63% do transporte de carga no País é feito por rodovias, apesar de trens serem apropriados para levar mercadorias como commodities dos centros de produção aos portos.

Em relação à retomada da ideia de construção de um trem-bala entre São Paulo e Rio de Janeiro, Resende afirma que só faz sentido se for um empreendimento totalmente realizado pela iniciativa privada – como se tem falado atualmente. Isso porque o risco de um projeto como esse é alto e, nesse caso, o setor privado seria responsável por assumi-lo.

No caso da antiga proposta do PT para construir o trem-bala, apenas o projeto executivo (que acabou não sendo feito) tinha um custo de R\$ 900 milhões. Em 2007, no entanto, o governo gastou R\$ 69 milhões (em valores atualizados) para realizar estudos que balizariam o edital do leilão.

Biderman, da FGV, diz ser improvável que um projeto da magnitude do trem-bala seja completamente feito pela iniciativa privada. “No mundo inteiro, quem banca empreendimentos assim, até pelo porte, são os governos.”

### **Efeito no PIB**

Ao alavancar os investimentos em infraestrutura, o governo pretende também impulsionar a economia, dado que a construção é um dos setores que mais geram empregos. Na visão do economista Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), entretanto, um programa de infraestrutura não é suficiente para fazer o Produto Interno Bruto (PIB) avançar de forma significativa.

“Obviamente é bom fazer investimentos, sobretudo em um país que investe pouco em infraestrutura. Mas, quando você olha como proporção do PIB, não é isso que vai fazer a economia andar mais rápido, principalmente se a obra parar no meio”, diz Castelar. O economista pondera que, por outro lado, recursos são necessários para fazer investimentos e, se ocorre um aumento de tributação para gerar esses recursos, o resultado final na economia pode ser negativo.

Estudo da Inter.B aponta que a contribuição direta e indireta do PAC para o PIB no período entre 2007 e 2014 variou de 0,89% a 1,45% do PIB, ficando em média em 1,23%. Frischtak destaca que o cálculo é aproximado, mas que, com base nele, é possível concluir que o investimento não foi suficiente para alterar a trajetória do PIB.

Procurada, a Casa Civil não quis comentar os problemas que ocorreram nos projetos anteriores do PT.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 23/03/2023*

## **PETROBRAS: COMO FICA VENDA DE ATIVOS COM A QUEDA DE BRAÇO ENTRE GOVERNO E EMPRESA**

Lula tem pedido a suspensão imediata das vendas, mas há pelo menos 23 negócios já em estágio adiantado; ruído tem provocado impacto nas ações da estatal e das empresas compradoras

*Por Denise Luna e Gabriel Vasconcelos*

RIO - A Petrobras tem assistido a uma queda de braço interna sobre a venda de ativos à iniciativa privada. De um lado estão a diretoria e o Conselho de Administração da estatal que, formados no governo anterior, pregam ao menos a conclusão das vendas que já tiveram contratos assinados e aguardam o chamado fechamento (closing) dos negócios, com a transferência das operações. Do outro lado, o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem cobrado, até publicamente, a suspensão imediata dos 23 processos em andamento que constam do portfólio de desinvestimento da estatal. O governo, no entanto, não deixa claro quais ativos deseja que fiquem com a empresa, uma dúvida que deve durar até a próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para 27 de abril.

Desde a transição de governo, o hoje presidente da estatal, o ex-senador pelo PT Jean Paul Prates, fala em paralisação das vendas para reavaliação, sem que isso signifique cancelamento sumário. Prates e outros membros da transição descartaram as vendas de refinarias, mas sempre deixaram em aberto o futuro dos campos maduros, manifestando atenção a multas ligadas ao cancelamento de contratos, que gerariam custos indesejados à estatal.

Na terça-feira, 23, porém, em entrevista ao site Brasil 247, Lula disse ter determinado a Prates o fim dessas vendas e a busca de uma “saída política, não judicial” para a questão. Alas do PT e sindicatos, como a Federação Única dos Petroleiros (FUP), são contra as vendas e pregam, inclusive, a reversão de negócios fechados no passado.

Analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast reconhecem que esse ruído, somados ao imposto sobre exportação de petróleo, têm deteriorado o ambiente de negócios do setor no País, mas dizem se tratar somente de discurso político de Lula. Eles apostam em condução pragmática de Prates, o que passa pela conclusão dos negócios que já têm contratos assinados.

Ao todo, 12 vendas, entre campos maduros e refinarias, foram fechadas em 2022 e uma 13ª veio em janeiro deste ano, envolvendo o campo de Albacora Leste, comprado pela petroleira independente Prio. Hoje, 12 ativos estão na fase vinculante da negociação, ou seja, já recebem propostas. Outros seis ainda não chegaram lá, e seguem na fase anterior das negociações, chamada de “não vinculante”.

A situação mais crítica envolve cinco ativos com negociações avançadas, ou seja, que têm contratos assinados, mas ainda aguardam o fechamento e a transferência dos ativos, o que vem com o aval de órgãos reguladores. São quatro conjuntos de campos de produção no Espírito Santo e no Rio Grande do Norte, e a refinaria de lubrificantes Lubnor, do Ceará. No caso dos campos, as compradoras são as petroleiras 3R Petroleum, Seacrest e BW Energy. Em função das aquisições, elas se alavancaram, caso da 3R Petroleum, ou abriram capital, caso da Seacrest, que fez o processo de forma inédita na Bolsa de Oslo, na Noruega.

A maior atenção do mercado recai sobre o Polo Potiguar, negociado com a 3R Petroleum. Na última sexta, 17, porém, a Petrobras notificou a empresa reiterando a disposição em concluir o negócio, o que fez as ações ganharem algum fôlego. Caso que também chama atenção é o do Polo Bahia Terra, de extração de petróleo na bacia do Recôncavo, na Bahia. Em fase vinculante de negociação com o consórcio de empresas Petrorecôncavo e Eneva, o processo caminha lentamente, tendo sido interrompido por judicializações e interdições da ANP. Segundo a Petrobras, ainda não foi tomada qualquer decisão a respeito dos ativos.

### **Impacto nas ações**

Essas incertezas têm provocado um vaivém nas ações das empresas envolvidas, inclusive da Petrobras, que em um mês perdeu quase 10% do valor de mercado. A perda da Prio é de cerca de 16%; da 3R, de 23%; a PetroRecôncavo recuou 29% no período, e a Eneva, 6%.

Secretário-executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural (ABPIP), Anabal Santos Jr. disse enxergar na fala de Lula, sobre “saída política e não jurídica”, um aceno ao diálogo com o setor. “Apesar dos ruídos, o presidente sinaliza que vai buscar uma saída consensual. De nossa parte, não queremos trazer agravantes para a questão da segurança jurídica do País, que já está abalada. Queremos apenas que o que já foi negociado seja honrado”, disse.



Na leitura de Santos, há forte pressão política de sindicatos contra eventual transferência de empregados da Petrobras para outras regiões após a venda dos ativos. “Mas isso, que envolve cerca de 2 mil pessoas, não pode travar os benefícios à economia dessas regiões, com 300 mil, até 400 mil pessoas”, afirmou. Segundo a ABPIP, a venda de ativos traz investimentos para regiões onde a Petrobras já não tem interesse em atuar, como o polo de Golfinho (ES), que já estava em descomissionamento (processo de desativação), quando foi adquirido pela BW Energy.

“Os campos em terra têm média de produção de 33 barris diários por poço. Em águas rasas, cada poço rende 2 mil barris por dia, o que no pré-sal chega ao exuberante número de 25 mil barris. A Petrobras não tem mais interesse nos campos menores, e faz sentido que sejam vendidos, em continuidade a um processo que começou lá no governo Dilma Rousseff, também do PT”, afirmou.

### **Lubnor**

Na sexta-feira, 17, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) revogou a resolução que permitia a venda de ativos de refino da estatal, o que sinalizou suspensão da operação da Lubnor (CE), único dos ativos desse tipo à venda que chegou à fase de assinatura, um passo antes do fechamento do contrato.

As outras unidades, Rnest (PE), Repar (PR) e Refap (RS), apesar de estarem sob o guarda-chuva do Termo de Cessação de Conduta (TCC) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), estão na fase não vinculante e não devem mais ser vendidas, em linha com o que Prates e membros do governo têm dito desde dezembro.

De acordo com o sociólogo Mahatma dos Santos, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), os prazos de venda da empresa acordados com o Cade já caducaram em dezembro de 2021, mas a Petrobras pediu prorrogação no caso da Lubnor, o que ainda não foi decidido.

Segundo o especialista, as decisões do CNPE se sobrepõem às do Cade, e tanto diretoria e o Conselho atuais, quanto os que serão eleitos para a nova gestão terão de levar em consideração a decisão do órgão. “Há múltiplos atores querendo interferir nessas decisões (sobre os ativos da Petrobras) e tem o aspecto jurídico da discussão com o Cade”, afirmou.

Ele disse que o prazo de 90 dias solicitado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para avaliação dos desinvestimentos da empresa, publicado em 1º de março, dará tempo para a realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para 27 de abril, quando entram executivos e executivas mais alinhados com o atual governo, e que devem encerrar de vez o processo.

### **Analistas apostam em pragmatismo**

Para o analista de óleo e gás da Wood Mackenzie, Marcelo de Assis, a resistência de momento a vendas avançadas é cálculo político para mobilizar a base eleitoral e não encontra eco na realidade. “A tendência é que prevaleça o pragmatismo: o que já tem contrato deverá ser concluído e o que ainda está precoce, deve ser cancelado”, disse Assis.

Ele afirmou se tratar de negócios pequenos no “universo Petrobras” e que qualquer insistência em manter, tanto os campos maduros, quanto a Lubnor, não “para em pé” do ponto de vista econômico-financeiro e pode arranhar a imagem da companhia, que ficaria em posição jurídica “frágil”.

Na visão do analista Pedro Galdi, da Mirae Asset, além de não renderem nada relevante para a Petrobras, os ativos à venda, principalmente de exploração e produção, têm sido fundamentais para o desenvolvimento de outras petroleiras de menor porte no País.

“Afeta sim (as ações da Petrobras), pois fica obrigada a ficar com ativos que não remuneram adequadamente a empresa. Além disso, a venda desses ativos tem sentido para que as pequenas (3R, PRIO e PetroRecôncavo) possam ampliar sua capacidade de produção. Pesa também a taxaço sobre exportação de óleo cru”, disse Galdi ao Estadão/Broadcast.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, observou que Lula sempre se mostrou contra a venda de ativos da empresa, e o movimento já era esperado pelo mercado. Mas alertou que a empresa teria um ônus muito grande em romper contratos que já estão assinados. “Isso traz maior indefinição e deflagra uma situação para os ativos que não estão assinados, como o Polo Bahia Terra, que estava sendo negociado com a PetroRecôncavo e Eneva”, avaliou.

Já o Polo Potiguar, que está sendo negociado com a 3R, não tem cláusula de desistência, e por esse motivo, Arbetman prevê que será efetivado. “Os que não estão assinados não vão para frente, e nos assinados, na falta de possibilidade de serem cancelados, poderá haver judicialização”, afirmou.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/03/2023**

### **NOVA LEI DAS LICITAÇÕES COMEÇA EM 1º DE ABRIL, MAS MUNICÍPIOS QUEREM MAIS PRAZO; VEJA O QUE MUDA**

Prefeitos vão pleitear mais tempo para adequar contratações; expectativa é de que o novo modelo contribua para diminuir corrupção

**Por Adriana Fernandes**

BRASÍLIA – A partir do dia 1º de abril, a nova lei de licitações para União, Estados e municípios entra em vigor em definitivo, mas muitos administradores públicos não se prepararam para a mudança e vão enfrentar sérios problemas para fazer as novas contratações. O problema é maior nas prefeituras, que querem prorrogar o prazo. Para isso, será preciso aprovar uma lei ou negociar com o governo Lula a edição de uma Medida Provisória (MP).

Sancionada em 2021, a lei de licitações estabeleceu um prazo de transição de dois anos. Nesse período, os órgãos públicos de todo o País tiveram a opção de escolher usar três leis antigas nas contratações, entre elas a mais importante e famosa, a Lei 8.666, em vigor desde 1993.

Faltando poucos dias para o prazo final da transição, ainda há dúvidas sobre a sua aplicação, sobretudo nos municípios menores, que não se capacitaram para a aplicação das novas regras.

“Uma parte grande da administração pública simplesmente ignorou a existência dessa lei porque era facultada essa alternativa. A administração da maior parte dos lugares do Brasil, especialmente os municípios, não se preocupou”, diz Marçal Justen Filho, sócio do escritório de advogados Justen, Pereira Oliveira e Talamini. “Os municípios precisam se adaptar. Se não cumprirem a lei, terão problemas com os tribunais de contas, ações de improbidade e até mesmo há o risco de nulidade de contratos”, diz.



Justen, um dos juristas que acompanhou as negociações da lei, diz que pode ocorrer um “choque” para esses gestores a partir de agora, porque a nova lei contempla exigências e controles muito mais minuciosos. Segundo ele, a nova lei é muito mais completa e moderna, mas vai exigir uma espécie de revolução da administração pública.

Na sua avaliação, a reforma administrativa, na prática, vai começar com a aplicação da nova lei de licitações, porque estabelece mecanismo de governança pública destinado a reduzir o risco de decisões defeituosas, seja em razão de corrupção ou de problemas de planejamento.

**Marçal Justen Filho, sócio do escritório de advogados Justen, Pereira Oliveira e Talamini Foto: Vini Goulart**

A lei prevê, por exemplo, a exigência de um plano de contratações anual. União, Estados e municípios terão de fazer antes do início do



ano um planejamento com todas as contratações que vão acontecer no ano seguinte. Esse planejamento deve ter informações muito detalhadas sobre as suas necessidades, o que já contratou e o que se pretende contratar.

A autoridade mais alta na hierarquia no processo de contratação tem o dever, sob pena de ser responsabilizada, de estabelecer mecanismos para reduzir o risco de falhas, defeitos e corrupção. Quem faz o planejamento das contratações não pode ser quem faz a licitação. Quem faz a licitação não pode ser quem contrata e quem contrata não pode ser o fiscalizador. A designação dos agentes que trabalham na área deve ser motivada e eles têm que ter treinamento.

Entre os pontos positivos da nova lei, está o acesso digital, que deve agilizar o processo das contratações e reduzir o uso de papel. Todas as contratações passam a ser feitas basicamente por via digital pela internet. “A lei 8666 é a lei do papel e essa nova lei é da internet, digital”, diz o jurista.

O controle da execução, especialmente de obras públicas, deve ser feito acompanhado por programas que permitam fiscalização à distância. Ou seja, em tempo real para que qualquer pessoa possa saber o que está acontecendo na execução de uma obra em qualquer lugar do Brasil.

Justen destaca também que uma regra da nova lei estabelece que a anulação do contrato só poderá ser determinada após avaliação dos efeitos que a medida pode acarretar para a sociedade, como por exemplo, o atraso da conclusão de obras importantes para evitar a paralisação, mesmo que haja com a punição dos responsáveis. “Essa é uma inovação para acabar com obras paradas”, afirma.

### **Corrupção**

A nova legislação dá mais flexibilidade para modelar a licitação sem tanto engessamento como as leis anteriores, que exigiam uma espécie de um modelo único.

A expectativa é de que o novo modelo contribua para diminuir a corrupção nas licitações porque haverá uma multiplicidade de controles e porque não poderá haver sigilo. O portal nacional de contratações públicas, um banco de dados com informações sobre todas as contratações, já está funcionando.

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, na quarta-feira, por unanimidade, o entendimento de que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houver a “opção por licitar ou contratar” pelo regimes antigos até o próximo dia 31 de março poderão ter seus procedimentos continuados desde que a publicação do edital seja feita até 31 de dezembro deste ano.

No âmbito do governo federal, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos publicou, em março, uma portaria regulamentando um regime de transição para a administração pública federal direta, autarquias e fundações. A portaria possibilita que licitações publicadas até 31 de março deste ano possam ser regidas pelas leis anteriores, desde que instruídas até essa data e publicada até 01º de abril de 2024. Ou seja, a transição vale para as licitações que já estão prontas para serem lançadas.

### **Prefeitos vão pleitear prorrogação do prazo**

A XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontece em Brasília de 27 a 30 de março e deverá reunir mais de 10 mil participantes, vai buscar a prorrogação até o final do ano o prazo para a nova lei de licitações entrar em vigor.

“A grande verdade é que não só os municípios, mas todos, inclusive as empresas, não conhecem bem a lei”, diz o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CMN), Paulo Ziulkoski. Segundo ele, alguns Estados também não estão ainda suficientemente estruturados para poder aplicar a lei corretamente. “Têm alguns Estados que não estão preparados também, assim como o terceiro setor”, disse.



**Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil**

Segundo Ziulkoski, nos dois anos de transição, no qual o setor público teve a opção de usar as leis antigas, ocorreu “muita palestra” para mostrar o que muda, mas não houve questões concretas de aplicação de transição.

O poder para prorrogar a lei é do Congresso. O presidente do CNM disse que está negociando a inclusão da prorrogação no projeto 139, que tramita no Congresso e busca evitar mudanças bruscas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da contagem populacional por meio do Censo do IBGE. O projeto é de autoria do deputado federal Efraim Filho (União-PB).

Segundo o presidente da CNM, esse projeto já tramita com urgência. Outra opção é negociar durante a marcha a edição de Medida Provisória pelo governo prorrogando a lei de licitações, com efeito imediato.

### **Inovações da lei**

- Exigência de governança pública: obrigatoriedade de implantação de procedimentos e mecanismos de controle interno

- Disciplina detalhada quanto ao planejamento das licitações e das contratações

Continua após a publicidade

- Exigência de qualificação dos agentes públicos que atuem em licitações e contratações

- Vedação à acumulação de atribuições dos agentes públicos: especialização das funções

- Responsabilização da autoridade superior por falhas e defeitos

- Generalização da utilização dos recursos eletrônicos

- Ampliação do limite para contratações diretas: Até R\$114.416,55 (obras e serviços de engenharia e manutenção de veículos); até R\$ 57.208,33 (para outros serviços e compras)

- Autonomia para modelagem da licitação

- Processo eletrônico: procedimentos presenciais e em papel são absoluta exceção

- Criação de uma modalidade de licitação nova: diálogo competitivo (discussão entre a Administração e os particulares para projetos de grande complexidade)

- Exigência da previsão antecipada dos riscos que cada parte assumirá

- Difusão de modos de disputa combinada entre propostas fechadas e lances abertos

- Preferência pela contratação de menor preço

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/03/2023**

### PETROBRAS DÁ AUMENTO DE 43,88% PARA DIRETORIA E SALÁRIO DE PRATES PODE SUBIR PARA MAIS DE R\$ 165 MIL

Proposta será submetida à Assembleia Geral de Acionistas, prevista para 27 de abril  
*Por Marlla Sabino, Gabriel Vasconcelos e Denise Luna*

BRASÍLIA e RIO - A remuneração do presidente, diretores e conselheiros da Petrobras pode ser reajustada em 43,88%, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O aumento defendido pelo presidente da estatal, Jean Paul Prates, foi aprovado ontem, 22, em reunião do Conselho de Administração da estatal, no mesmo dia em que os nomes dos sete indicados por ele foram aprovados para um mandato de dois anos. A proposta será submetida à Assembleia Geral de Acionistas, que está prevista para 27 de abril.

Segundo o Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais (RAEEF) de 2022, que traz informações sobre o exercício de 2021, a remuneração anual da diretoria e do presidente da empresa ficou pouco acima de R\$ 3 milhões por ano, equivalente a quase R\$ 250 mil reais por mês se considerado o salário fixo, gratificações, participação de lucros e resultados.

Se aprovado, o aumento será sobre a remuneração fixa. Hoje, o salário do presidente da Petrobras é por volta de R\$ 116 mil. Com o reajuste, passará para quase R\$ 167 mil por mês. No comunicado ao mercado sobre a aprovação dos diretores, no fim da noite de ontem, a aprovação do aumento salarial foi omitida.



**Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, durante coletiva de imprensa em Houston, Texas Foto: Callaghan O'Hare/Reuters**

Procurada pela reportagem, a Petrobras confirmou a aprovação do reajuste salarial e afirmou que a remuneração fixa dos administradores da empresa “estava congelada desde 2016”.

Segundo a estatal, a decisão “considerou os resultados positivos obtidos pela companhia e a defasagem da remuneração dos administradores em relação ao mercado”.

A empresa menciona “pesquisas” apontando que a atual remuneração do presidente da Petrobras equivale a 19% da mediana da remuneração total anual de seus pares no mercado. No caso dos diretores, a remuneração atual equivaleria a 55% do que é percebido pelos pares de outras empresas.” Cabe esclarecer que os conselheiros eventualmente beneficiados pelo reajuste se abstiveram de votar.

Assim como, votaram favoravelmente aqueles em vias de deixar o Conselho de Administração, com base em percepção de oportunidade de melhoria dos valores de remuneração atualmente praticados, à luz de referências de empresas com as mesmas características”, afirmou a Petrobras em nota.

A empresa ainda informou que a defasagem salarial de administradores ante o mercado foi ampliada nos últimos anos em função do congelamento da remuneração da diretoria, o que não ocorreu com o restante da força de trabalho, que teve sua remuneração atualizada ao longo deste período. Entre 2017 e 2021, o corpo de funcionários da Petrobras teve os salários reajustados em 19,72%, segundo dados divulgados pelo governo.

Conforme apurou a reportagem, o congelamento da remuneração da alta administração da empresa por oito anos foi o argumento usado para justificar a decisão. Um interlocutor de Prates disse à reportagem, sob a condição de anonimato, que os vencimentos do conselho de administração e fiscal ficaram congelados por cerca de oito anos sem ajuste sequer da inflação e o cálculo que resultou na proposta de aumento foi para encerrar essa defasagem.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/03/2023**

### RISCO DE 'APAGÃO' EM COMPRAS DO GOVERNO COM NOVA LEI SE DARIA POR 'INÉRCIA' DE GESTORES, DIZ TCU

Sancionada em 2021, nova lei de licitação entrará em vigor em 1º de abril; União, Estados e municípios tiveram dois anos para se preparar para o atendimento das exigências

*Por Adriana Fernandes*

BRASÍLIA - O presidente do Tribunal de Contas (TCU), ministro Bruno Dantas, disse ao Estadão que, se houver risco de apagão nas compras governamentais com a entrada em vigor da nova lei de licitação, será fruto de impressionante "inércia" dos gestores públicos que não conduziram adequadamente seus procedimentos para a mudança na legislação.

A lei, sancionada em 2021, entra em vigor em 1º de abril, após um período de dois anos para que União, Estados e municípios se preparassem para o atendimento das exigências. "O que significa dizer que houve tempo razoável para a transição, ou seja, o prazo para adequação não se inicia agora em abril", disse Dantas.

Para ele, a nova lei contribuirá no combate à corrupção e na atuação tempestiva dos órgãos executores e controladores para garantir o bom andamento dos contratos. "As fragilidades estarão mais expostas e acessíveis. Isso vale para obras, fornecimentos ou qualquer tipo de serviço", afirmou.

Dantas disse que a regra de transição não teve por objetivo regular novos procedimentos a partir de abril, mas tão somente assegurar o término das contratações cujas fases preparatórias estão em andamento, aproveitando o esforço já empregado. Ele ponderou que quase todos os Estados e órgãos federais possuem regulamentos editados que podem servir de base e ponto de partida para as regras municipais, guardadas as devidas especificidades e necessidades.

Para os processos em andamento com base na legislação anterior, haverá nove meses para finalizar o procedimento licitatório, tempo considerado pelo TCU "bastante razoável". Qualquer procedimento licitatório iniciado a partir de abril, necessariamente, deve seguir a nova lei de licitações em detrimento da lei revogada.



***Para os processos em andamento com base na legislação anterior, haverá nove meses para finalizar o procedimento licitatório, tempo considerado pelo TCU "bastante razoável"***  
***Foto: Wilton Junior/Estadão***

"As contratações não estarão desamparadas porque há uma lei que as rege. Ainda que as regulamentações necessárias não tenham sido editadas, o que pode ser objeto de apontamento pelos órgãos de controle, os gestores terão que realizar suas licitações e prover os serviços e fornecimentos necessários ao adequado funcionamento das atividades estatais", disse.

A nova lei incorporou diversos mecanismos de governança há muito defendidos pelos órgãos de controle, como a gestão de riscos, controles internos, planejamento, valorização, qualificação dos agentes públicos envolvidos com as contratações, segregação de funções. Todos sob a responsabilidade da alta administração dos órgãos e entidades.

Para o TCU, a lei traz novidades que ampliam a transparência e as possibilidades para o exercício do controle social. É o caso do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), plataforma que oferecerá, de forma centralizada, os principais documentos administrativos relacionados às contratações de todo o setor público. A lei traz ainda a obrigatoriedade de criação de um sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo, cujo acesso também deverá se dar pelo PNCP.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/03/2023**



## MAIS 600 KM DE RODOVIAS DO PAÍS VÃO GANHAR INTERNET EM TODA EXTENSÃO; VEJA QUAIS TRECHOS

Iniciativa se deve à parceria entre TIM e Grupo Way Brasil para levar 4G a estradas que atravessam oito municípios; projeto contará com 50 torres

*Por Circe Bonatelli*

A TIM e o Grupo Way Brasil fecharam parceria para levar o 4G para 600 quilômetros de rodovias do Mato Grosso do Sul. A cobertura abrangerá toda a extensão da MS-112, e parte das BR-158, BR-436 e MS-306. Essas estradas fazem a ligação entre o norte e o sul do Estado e têm um tráfego diário de aproximadamente 30 mil veículos, sendo uma importante rota de escoamento da safra local. A cobertura de internet móvel atenderá também 276 mil moradores em oito municípios do interior, como Paranaíba, Aparecida do Taboado, Três Lagoas e Chapadão do Sul, entre outras do interior.

O projeto exigirá a implementação de 50 torres de internet móvel e será dividido em três fases. A cobertura de 100% do trecho estará disponível no próximo ano. Atualmente, a internet está disponível em cerca de 20% dessas estradas.

“Os nossos projetos de internet para as rodovias têm como premissa oferecer a cobertura de 100% da área contratada. Isso é para que os usuários possam ficar conectado o tempo todo, sem interrupções”, afirma o diretor de Soluções Corporativas da TIM, Paulo Humberto Gouvêa, em entrevista.

Este é o segundo contrato obtido pela operadora no setor. Um mês atrás, a TIM e a Ecorodovias acertaram a cobertura de 850 quilômetros de estradas entre Goiás e Tocantins. Com isso, a tele passa a atender 1.450 quilômetros de rodovias sob concessão, o que tem potencial para se transformar em uma nova fonte relevante de receitas.



**Rodovias do Mato Grosso do Sul receberão sinais 4G**  
**Foto: TABA BENEDICTO / ESTADAO**

### **Traçado das rodovias que serão atendidas pela parceria**

Outros projetos já estão em negociação, diz Gouvêa. “Estamos amadurecendo vários projetos. Outras parcerias vão surgir por aqui”, projeta. Esse tipo de negócio tem grande potencial de crescimento, uma vez que os editais de concessão de rodovias já estipulam a obrigação de cobertura com internet para garantir a comunicação entre os usuários das rodovias e o serviço de atendimento.

A Way Brasil, por exemplo, venceu a licitação para operar a MS-112 e trechos das BR-158 e BR-436 em novembro do ano passado. A cerimônia de posse aconteceu hoje, em Campo Grande. A companhia já detinha a operação da MS-306. Daí a iniciativa para cobertura de todas as pistas. A Way Brasil é uma subsidiária do Grupo ASTM e administra dez concessões de rodovias que somam mais de 4 mil quilômetros de extensão no País.

“Proporcionar conectividade é uma das prioridades da concessionária, seja para ampliar nosso trabalho e a comunicação com colaboradores, mas principalmente, para oferecer as melhores condições de dirigibilidade aos usuários que trafegam todos os dias pela região”, afirma, em nota, o presidente do Grupo Way Brasil, Paulo Nunes Lopes.

Com o 4G, os motoristas poderão usar aplicativos para consultar informações sobre o trânsito na rodovia em tempo real, relatar ocorrências e solicitar atendimento médico ou mecânico, enquanto a concessionária poderá adotar meios de pagamento digital nas praças de pedágio, conectar viaturas, câmeras e demais equipamentos.

Para a TIM, a cobertura das rodovias ajudará a destravar negócios adjacentes, como são os casos de logística e agropecuária - focos da atuação da tele no segmento corporativo. “Hoje, o grande desafio de cobertura não está mais nas cidades. Elas já estão bem cobertas. O desafio está nas regiões do interior por onde passam as rodovias, onde estão o agronegócio e as operações de logística”, relata Gouvêa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/03/2023

## PRAIA DA BARRA DA TIJUCA, UMA ESTUPIDEZ A MENOS - 22 DE MARÇO DE 2023

Por João Lara Mesquita 22 de março de 2023 1122

<https://marsemfim.com.br/praias-da-barra-da-tijuca-uma-estupidez-a-menos/>

### Praia da Barra da Tijuca, uma estupidez a menos

Ainda em fevereiro de 2023 publicamos o post Concreto em praia da Tijuca merece o Oscar da Burrice. Nele comentamos a intervenção calhorda decretada por Eduardo Paes (PSD), prefeito do Rio, Jessick Isabelle Trairi, secretária de Infraestrutura, e respectivos auxiliares, na praia da Barra da Tijuca. Eles decidiram instalar faixas de concreto armado sob os areais para ‘reduzir os danos provocados pelas ressacas na orla!’ Em outras palavras, uma mistura de arrogância, burrice, e generosas doses de safadeza. No mesmo post falamos sobre a ação nefasta dos gestores políticos de municípios do litoral. A grande maioria não está preparada para a difícil tarefa. Assim, muitas vezes contribuem para piorar uma situação já crítica no litoral do País: a erosão.



*Um retrato da arrogância, burrice e safadeza de Eduardo Paes (PSD). Imagem, MPF.*

### O que são praias, afinal, e qual sua importância?

Atualmente é tão fácil aprender que não nos conformamos com a arrogância de despreparados pagos com o dinheiro suado de nossos impostos. Ao mesmo tempo, já explicamos que somos espectadores engajados da saga do litoral brasileiro. Isto explica a qualificação escolhida com “Ostinato Rigore, ou seja, obstinado rigor, em nossos textos.

Uma criança em idade escolar pode descobrir como responder à pergunta deste subtítulo apenas pesquisando rapidamente na internet. Basta, para tanto, colocar a pergunta certa para que o Oráculo Google responda em segundos.

Em seguida, é só ter bom senso para escolher as fontes mais confiáveis. Era tudo que Eduardo Paes (PSD), prefeito da ex-capital da República, tinha que fazer. Mais importante ainda, se considerarmos que as praias são talvez o maior atrativo da cidade que ele deveria gerir. Em outras palavras, algumas das mais lindas e famosas praias do País e do mundo.

Por exemplo, o site de biologia marinha, bióicos.org.br, responde desta forma: 'A morfodinâmica das praias apresenta um sistema de transição bastante variável e sensível, ajustado à flutuação dos níveis de energia do local e sob a ação de processos hidráulicos (da água), eólicos (do vento) ou biológicos (dos organismos). Percebe-se que não é estática e, às vezes, encontra-se muito larga, outras vezes estreita, com inclinação maior ou, então, muito plana. É um ambiente muito dinâmico (grifos originais).'

Mais adiante, informa a mesma fonte, 'as praias arenosas sustentam uma comunidade típica, composta por invertebrados (equinodermos, moluscos, crustáceos e outros artrópodes) e vertebrados (aves marinhas, tartarugas marinhas durante a desova ou arribada e peixes litorâneos). Também, por sua produtividade, hoje já não é mais considerada como um depósito de areia estéril.'

### **'Intrincada conexão entre o ecossistema marinho e o terrestre'**

Finalmente, encerra: 'Apesar de parecerem desertas de vida, as praias arenosas na verdade são uma intrincada conexão entre o ecossistema marinho e o terrestre. Assim, merecem ser estudadas e conservadas. Como medidas de conservação destes ambientes, é importante: evitar construções próximas, despejo de esgoto, iluminação noturna e também o tráfego de veículos.'



***Veja a brutalidade da 'obra' de Eduardo Paes (PSD), "em caráter emergencial sem concorrência pública." Imagem, MPF.***

E esta é apenas uma entre dezenas de fontes confiáveis que explicam a qualquer estudante minimamente interessado, que não se deve alterar as praias com a mão humana sob pena de colocar em risco o ambiente muito dinâmico, bastante variável e sensível, que merece ser estudado e conservado.

Caramba, é tão fácil!

### ***Prefeito Eduardo Paes (PSD), arrogância, burrice e safadeza***

Só este site tem dezenas de matérias mostrando os perigos da erosão costeira que, apesar de ser natural na zona costeira, já alcança perigosos 60% do litoral. Este crescimento recente tem alguns motivos, entre eles a alteração humana no local, e o aquecimento global e suas consequências como o aumento da frequência e violência dos eventos extremos, e a subida do nível do mar.

Não se fala em outra coisa na imprensa. Ninguém, muito menos um prefeito de município costeiro pode alegar ignorância. Por isso, um dos adjetivos escolhidos foi 'arrogância'.

Outro, a 'burrice atribuída ao prefeito e auxiliares', foi eleito pela recusa em buscar a informação. Ninguém é obrigado a saber que praias vivem o equilíbrio dinâmico e por isso não devem ser alteradas. Mas um gestor tem a obrigação de se informar ao propor a brutal alteração de que foi vítima a praia da Barra da Tijuca.

Finalmente, 'safadeza' porque a obra custaria nada menos que R\$ 10,6 milhões de reais, e foi iniciada sem licitação. Quanto deste valor ficaria na conta de Eduardo Paes (PSD), não se sabe. Mas, apostamos que no mínimo ele receberia um belo aporte da construtora Dratec Engenharia LTDA nas próximas eleições.

Postas estas considerações, vamos rapidamente à 'estupidez a menos'.

### **A obra de Eduardo Paes (PSD) e suas cavalgadas**

Como foi dito, trata-se de uma violência inominável contra um ambiente tão sensível. Instalar faixas de concreto armado sob as areias para 'reduzir os danos provocados pelas ressacas na orla!' Uma brutalidade que se vê pela dimensão da obra nas imagens.

Ao verem as máquinas pesadas remexendo as areias, 26 especialistas da UFRJ, Uerj, UFF e PUC-Rio organizaram um abaixo-assinado apontando o risco de que a movimentação possa, na verdade, ampliar danos futuros.

Um destes especialistas foi além. Marcelo Sperle Dias, professor de oceanografia da UERJ, desabafou para O Dia: "Tenho um grupo de pesquisa que trabalha nessas praias desde 1998, ninguém foi consultado. A Praia da Barra tem quantidade de areia absurda, uma das maiores do Brasil. Não existe problema de erosão costeira. O que existe são quiosques e calçadão que invadiram a areia. É óbvio que quando vier a ressaca, as ondas podem se chocar contra essas estruturas.

Note o 'ninguém foi consultado'. Graças a estes profissionais, o Ministério Público Federal mandou parar a toupeirice em 1º de fevereiro.

Sobre a safadeza de Eduardo Paes (PSD), saiba que a obra começou em caráter emergencial sem concorrência pública, apesar de, segundo o Ministério Público Federal, não haver justificativa para emergência uma vez que os casos de danos por ressacas do mar não representam risco à vida e são notoriamente conhecidos.

### **"Prefeitura do Rio desiste de obra que colocava concreto sob areia de praia"**

O subtítulo acima está entre aspas porque foi o título da matéria da Folha de S. Paulo, em 21 de março, de autoria de Ítalo Nogueira. Lead: 'Gestão Eduardo Paes determina que empresa retire material já instalado na Barra da Tijuca e recoloca a areia removida.'

Texto de abertura: 'A Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu acatar a recomendação do MPF (Ministério Público Federal) e desistiu de concluir a instalação de material de concreto no fundo da areia da praia da Barra da Tijuca, na zona oeste.'

'O município também determinou que a empresa responsável pela intervenção retire o material já instalado e coloque de volta o volume de areia escavado.'

E, finalmente, 'A decisão foi comunicada ao MPF no último dia 13, após a gestão Eduardo Paes (PSD) ser informada pela Procuradoria sobre a existência de indícios de crime ambiental na obra. Entre as irregularidades apontadas está a emissão de uma licença ambiental um mês após o início das intervenções. De acordo com o MPF, a autorização dada pela prefeitura era, também, insuficiente.'

### Não percamos mais tempo com jumentos

Em outras palavras, uma estupidez a menos. Além disso, não percamos mais tempo com jumentos que não têm capacidade de sequer serem xerifes de quarteirão, quanto mais prefeito de uma das mais importantes cidades do País. Mas, antes de mais nada, um recado ao alcaide: deixe as praias em paz, Eduardo Paes (PSD)!

Quanto aos comentários, desde já estamos certos que não faltarão quem nos acuse. No primeiro post sobre a safadeza do prefeito, muitos cariocas sugeriram que criticamos por 'bairrice', ou 'dor de cotovelo' da Cidade Maravilhosa.

Contudo, ao nosso ver, devemos estes comentários aos malefícios da internet. Mesmo sendo lesados por sem-vergonhas pagos com o suor de seu trabalho, há quem consiga defender estes quadrúpedes delinquentes.

A internet nos trouxe aspectos maravilhosos como facilitar o conhecimento, entretanto, ao mesmo tempo como brilhantemente sintetizou Umberco Eco, deu voz a uma legião, e que legião!, de imbecis. Fazer o que?

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 22/03/2023



### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### FT: "MESTRE DO TEMPO": SERÁ QUE MACRON CONSEGUIRÁ SOBREVIVER A UMA CRISE CRIADA POR ELE PRÓPRIO?

Na primeira declaração pública desde que impôs a impopular reforma previdenciária por decreto, Macron defendeu tanto a iniciativa quanto o método usado, e tentou abrandar a fúria popular que vem provocando protestos

Por *Leila Abboud, Financial Times — Paris*



**Protesto na França — Foto: Lewis Joly/AP**

Diante de uma crise política criada em grande parte por ele mesmo, o presidente da França, Emmanuel Macron, tem recorrido a uma tática que é uma marca registrada do governo para salvar seu segundo mandato: tentar ganhar tempo.

Na primeira declaração pública desde que impôs a impopular reforma previdenciária por decreto, Macron defendeu tanto a iniciativa quanto o método usado, e tentou abrandar a fúria popular que vem provocando protestos

espontâneos pelo país, de Paris a Rennes.

"Precisamos seguir em frente", disse o presidente em entrevista televisionada na quarta-feira. "Temos que restaurar a calma e reconstruir uma agenda parlamentar e de reformas, voltando a nos engajar com sindicatos e quaisquer partidos políticos que estejam dispostos a fazê-lo".

Porém, ele também fez comentários considerados incendiários ao comparar manifestantes que ameaçaram parlamentares e depredaram gabinetes aos que invadiram o Congresso dos EUA em 2021. "Quando os EUA passaram pelo que aconteceu no Capitólio, quando o Brasil passou pelo que



passou, quando você teve a extrema violência na Alemanha, na Holanda ou, às vezes, aqui, devemos dizer: nós respeitamos, nós ouvimos [...], mas não podemos aceitar rebeldes e facções”.

O líder sindical Laurent Berger disse que a entrevista de Macron foi uma provocação e convocou “os trabalhadores a comparecerem em massa” a um protesto nesta quinta-feira para mostrar descontentamento.

O presidente decidiu, por enquanto, não fazer grandes mudanças políticas: não substituirá a primeira-ministra ou convocará eleições antecipadas, nem cederá às exigências dos adversários de submeter a reforma da previdência a um referendo público.

Em vez disso, Macron – que, às vezes, se diz o “mestre do tempo”, pela forma como consegue definir o cronograma da agenda política da França – e seus aliados levarão algumas semanas para calcular os próximos passos. Um parlamentar aliado ao partido Renascimento, de Macron, disse que o país enfrenta “um momento bastante grave” e que o presidente tem apenas “opções difíceis” a escolher.

Assombrado pelo, algumas vezes, violento movimento dos “gilets jaunes”, os coletes amarelos, de 2018, que o forçou a reverter a decisão de aplicar um novo imposto sobre o combustível, Macron e seus aliados também querem ver como os protestos evoluem.

Nos últimos dias, manifestantes queimaram imagens de Macron, cortaram a eletricidade de bancos, depredaram gabinetes de políticos e jogaram coquetéis molotov em sedes de prefeituras. Por sua vez, alguns sindicatos também vêm aumentando a pressão, como o dos trabalhadores portuários, que bloquearam o porto de Marselha na quarta-feira.

Até agora, as manifestações organizadas pelos sindicatos são na maioria pacíficas, mas Macron e aliados estão atentos a qualquer sinal de violência. Eles também precisam esperar que a lei seja analisada pelo tribunal constitucional antes da promulgação.

As dificuldades no setor de previdência comprometeram seriamente a capacidade de Macron de cumprir a agenda de reformas, prometidas quando foi reeleito há 11 meses, com objetivos como alcançar o pleno emprego e combater as mudanças climáticas, segundo alguns de seus aliados.

O presidente se viu enfraquecido quando seu partido perdeu a maioria na Assembleia Nacional em junho e sua aliança centrista ficou com cerca de 40 votos aquém da maioria e enfrentando uma extrema-direita fortalecida e uma extrema-esquerda linha-dura.

Até agora, a estratégia do governo tem sido formar, para cada projeto de lei, uma coalizão específica com parlamentares da oposição, mas a abordagem não funcionou com a reforma do sistema de aposentadoria. A primeira-ministra do país, Élisabeth Borne, passou meses tentando chegar a um acordo com os conservadores do partido Os Republicanos (LR), mas eles se mostraram muito divididos para fechar consenso.

Macron, então, decidiu acionar a cláusula 49.3 da Constituição francesa, que permite ao governo aprovar leis sem necessidade de votação no Parlamento, a menos que os partidos da oposição derrubem a primeira-ministra com uma moção de desconfiança. Na segunda-feira, o governo de Borne sobreviveu por pouco à moção.

No entanto, o uso da cláusula 49.3 aprofundou a crise. A oposição acusou o governo de passar por cima do Parlamento. A decisão também reacendeu as críticas recorrentes feitas contra Macron por seus detratores – que ele é uma pessoa distante da realidade, arrogante e que governa pensando de cima para baixo.

O sentimento é refletido nas pesquisas de opinião. Cerca de 70% da população é contra o aumento da idade de aposentadoria e mais de 75% é contra o uso da cláusula 49.3 para o projeto de lei das aposentadorias.



Não era para ter sido dessa forma. A reforma do caro e complexo sistema previdenciário da França era assunto inacabado desde o primeiro mandato de Macron, quando ele tentou uma reforma muito mais ambiciosa, mas acabou desistindo em razão da pandemia de covid-19.

Durante a campanha para reeleição em 2022, Macron disse que, se reeleito, aumentaria a idade de aposentadoria para 64 ou 65 anos, em vez de tentar construir um novo sistema que trate os trabalhadores de forma mais justa, como havia tentado antes.

A redução das ambições simbolizou o quanto Macron mudou desde que assumiu o cargo pela primeira vez em 2017, com a promessa de modernizar a França e fazer política de maneira diferente.

“A velha reforma das aposentadorias era o Macron 1.0: uma solução com um programa inovador e arrojado para um problema perene da França”, disse um aliado histórico, hoje no governo. “Este é o Macron 2.0: apenas faça algum movimento, mesmo que não seja o ideal”.

À espreita, como pano de fundo, estão a pesada dívida pública francesa e a pressão da União Europeia (UE) para que o país reduza os déficits aos níveis determinados pelo bloco europeu. Macron reconhece que passou a defender uma reforma previdenciária mais simples e rápida motivado, em parte, por essas considerações: “Tivemos a covid-19, a guerra na Ucrânia e a inflação, e gastamos muito para proteger as pessoas, então nossas finanças públicas estão desgastadas”, disse o presidente.

Outra fonte próxima a Macron disse que, uma vez concluída a reforma previdenciária, a agenda de Macron poderá realmente decolar, com a melhora da situação das escolas públicas e o enfrentamento à crise de saúde. Na entrevista feita na quarta-feira, Macron também descreveu a reforma previdenciária como uma necessidade dolorosa, necessária para o governo voltar à “batalha para alcançar o pleno emprego e reindustrializar a França”.

Ainda não está claro se tais mudanças serão possíveis, dadas as complicações parlamentares e o clima volátil no país. Os índices de aprovação de Macron caíram 4 pontos percentuais nos últimos 30 dias, para 28%, de acordo com uma pesquisa do IFOP, os menores desde a crise dos coletes amarelos.

Alguns membros do governo de Macron defendem um pacto com o partido LR, que incluía a nomeação de um novo primeiro-ministro da direita, como o ministro do Interior, Gérald Darmanin, ou o ministro das Finanças, Bruno Le Maire. Outros, entretanto, argumentam que a aposta é insensata, dadas divisões no LR. Líderes do partido também descartaram a ideia.

“Macron não conseguirá sair desta confusão [apenas] mudando o primeiro-ministro e continuando igual a antes”, disse um ex-assessor. “Ele agora precisa negociar de verdade, e isso não vai apenas contra o funcionamento das instituições francesas, mas também contra a própria natureza dele. Não está nada óbvio para mim que ele seja capaz de mudar”.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/03/2023*

## **TERREMOTO NA TURQUIA DERRUBOU PRODUÇÃO DE AÇO DO PAÍS EM QUASE 30% EM FEVEREIRO, DIZ WORLDSTEEL**

Produção de aço turca fechou o mês em 2,1 milhões de toneladas, com o país caindo para o 10º lugar no ranking de produtores

*Por Ivo Ribeiro, Valor — São Paulo*

A siderurgia turca registrou queda de 28,9% na produção de aço bruto em fevereiro na comparação com mesmo mês de 2022, afetada pelo forte terremoto que atingiu o país. O impacto dos abalos sísmicos atingiu 11 províncias do país, envolvendo áreas de produção de aço e comprometendo vias de infraestrutura viária e portuária.

A produção de aço turca fechou o mês em 2,1 milhões de toneladas, com o país caindo para o 10º lugar no ranking de produtores.



***Desastre, que ocorreu em 6 de fevereiro e atingiu também a vizinha Síria, deixou um rastro de mais de 50 mil pessoas mortas Hussein Malla/AP***

O desastre, que ocorreu em 6 de fevereiro e atingiu também a vizinha Síria, deixou um rastro de mais de 50 mil pessoas mortas. Além disso, provocou distúrbios no mercado mundial de sucata de ferro e aço — a Turquia é o maior importador dessa matéria-prima para abastecer suas usinas.

### **Sucata ferrosa**

Com isso, os preços da sucata ferrosa no mercado global — que tem os EUA como maior exportador — caíram. O Brasil, importante exportador para a Ásia, sentiu baixa de até 10% nos preços, conforme entidade dos produtos.

A produção mundial de aço bruto, por sua vez, mostrou desaceleração do desempenho negativo mensal do último ano, graças à China. Em fevereiro, foi registrado recuo de 1% no volume do mês, ante um ano atrás, para 142,4 milhões de toneladas, reportou nesta quinta-feira (23) a World Steel Association (WSA).

A entidade, baseada em Bruxelas, na Bélgica, informa que os números representam a produção siderúrgica de 63 países que passam seus dados à WSA. No acumulado do ano, registrou volume de 297,8 milhões de toneladas, com retração de 0,8%.

### **Na China**

A produção da China, maior produtor e consumidor de aço no mundo — mais de 50% do total global —, foi estimada pela WSA em 80,1 milhões de toneladas no mês passado, o que representou aumento de 5,6% ante fevereiro de 2022.

No ano, o volume acumulado de aço bruto das siderúrgicas chinesas também cresce, na mesma base de comparação — alta também de 5,6%.

### **Demais países e Brasil**

Entre os demais países do ranking dos dez maiores produtores globais, somente Coreia do Sul e Irã apresentaram crescimento de volume em fevereiro. Índia, Japão, Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Brasil e Turquia tiveram desempenhos negativos.

No Brasil, conforme a WSA, a produção ficou em 2,5 milhões de toneladas, o que representou recuo de 6,7% no mês ao se comparar com fevereiro do ano passado. O volume acumulado de 2023 somou 5,3 milhões de toneladas, baixa de 5,8% em relação ao mesmo período de 2022.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 23/03/2023**

## **NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM É SOLUÇÃO PARA TRANSPORTE SEGURO E SUSTENTÁVEL**

Em seminário, ministro diz que setor aquaviário é prioridade do governo e promete rever pontos da lei como o que facilita utilização de embarcações estrangeiras

**Por ABAC**

Com uma costa de 8.500km, o Brasil tem no mar um recurso precioso para fazer o país crescer, mas ainda não explora esse patrimônio natural como deveria e até agora deu prioridade às rodovias. A



cabotagem — navegação entre portos do mesmo país — ocupa apenas 13% da matriz de transporte brasileira, enquanto o modal rodoviário chega a 63%.



**Ministro Márcio França na abertura do seminário ‘O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira – perspectivas e desafios’ — Foto: Eduardo Uzal**

Os índices estão melhorando: em 2015, a cabotagem respondia por 10% do transporte de carga nacional. Menos poluente, mais seguro, mais barato e com capacidade para levar maior volume de carga, esse tipo de navegação tem despertado interesse das empresas. No entanto, ainda existem muitos nós a serem desatados, com uma legislação adequada à realidade

atual e políticas públicas que de fato valorizem a cabotagem como solução estratégica para os problemas de logística que o país enfrenta.

O cenário atual e o que esperar no futuro foram os temas centrais do debate que marcou os 50 anos da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac). O seminário “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira — perspectivas e desafios”, realizado pela Editora Globo, com patrocínio da Abac, teve mediação do jornalista Pedro Doria, colunista do GLOBO e da CBN.

Na abertura do encontro, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse que a cabotagem e o transporte aquaviário são prioridade no governo e citou a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de recriar o ministério.

— O presidente volta a dar importância a setores que estavam embotados na Infraestrutura. O assunto aquaviário, cabotagem, porto, aeroporto eram bem secundários. Na medida que o presidente separa (em um ministério), mostra que quer dar mais atenção para esse assunto — afirmou.

O ministro destacou as vantagens da cabotagem em comparação ao transporte por caminhões:

— Um único navio pode transportar o mesmo que 42 mil caminhões e emitir um quarto ou um quinto do total de CO2. Temos a cabotagem como solução de transporte sustentável em segurança, saúde, eficiência, emprego, geração de renda, qualidade do meio ambiente. Facilita a vida das pessoas em função de se utilizar um bem que está disponível, não precisamos construir. O oceano, o mar, os rios estão aí.



Márcio França disse que o governo vai reavaliar algumas iniciativas do governo anterior, como a legislação, chamada BR do Mar, que trouxe novas regras para a cabotagem, mas incluiu pontos controversos como a permissão de navios de bandeira estrangeira no transporte de carga do país.

**Hugo Leal destaca as oportunidades que estão sendo abertas na cabotagem — Foto: Eduardo Uzal**

— Quero contar muito com todos vocês para aperfeiçoar nosso entendimento em relação à BR do Mar, que a gente reconhece

ter avanços importantes, mas também imperfeições que podem ser corrigidas, e estamos lá para isso — afirmou o ministro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/03/2023

### PREJUÍZO DA TRIUNFO CRESCE DE R\$ 2,4 MILHÕES PARA R\$ 13,1 MILHÕES NO 4º TRI

Em 2022, o grupo que atua em concessões na área de infraestrutura apresentou lucro líquido de R\$ 8,4 milhões, queda de 47% ante 2021

*Por Ana Beatriz Bartolo, Valor — São Paulo*

A Triunfo Participações e Investimentos (TPI) registrou prejuízo líquido de R\$ 13,1 milhões no quarto trimestre de 2022, prejuízo líquido pro forma de R\$ 2,4 milhões registrado no mesmo período de 2021.

Em 2022, o grupo que atua em concessões na área de infraestrutura apresentou lucro líquido de R\$ 8,4 milhões, queda de 47% ante 2021.

Nos comentários que acompanham o balanço, a empresa explica que ajustou os dados de comparação do quarto trimestre de 2021 e do ano consolidado de 2021, uma vez que, a partir de 27 de novembro de 2021, encerrou-se o período de concessão da Triunfo Econorte para a operação do Lote 01 do Anel de Integração do Paraná.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado subiu 22,1% no quarto trimestre em relação ao informado um ano antes, chegando a R\$ 86,9 milhões. No acumulado do ano, o Ebitda da TPI avançou 39%, somando R\$ 361,8 milhões. O resultado ajustado exclui a margem de construção, receitas e despesas não recorrentes e provisão para manutenção.

A receita líquida, por sua vez, avançou 21,9% no quarto trimestre, para R\$ 233 milhões. Em 2022, a receita da TPI cresceu 50%, para R\$ 1,09 bilhão.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/03/2023*

### EMBRAER NEGOCIA VENDA DE 20 JATOS PARA CHINESES E VIAGEM DE LULA A PEQUIM PODE AJUDAR, DIZ JORNAL

Fontes do governo e do setor privado informaram que as negociações estão em curso e a expectativa é que sejam concluídas na semana que vem

*Por Agência O Globo — Brasília*



— Foto: Roslan Rahman/Agência O Globo

Sem vender aeronaves para a China há mais de cinco anos, a Embraer pode virar o jogo durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país. Segundo quatro interlocutores envolvidos com a visita ouvidos pelo O Globo, os chineses poderão adquirir 20 jatos comerciais da empresa brasileira.

Procurada, a Embraer se manteve em silêncio. Mas a informação obtida com fontes do governo e do setor privado é que as negociações estão em curso e a

expectativa é que sejam concluídas na semana que vem.

Outra negociação em andamento diz respeito à aquisição das instalações da Ford, na Bahia, pela fabricante de carros elétricos BYD. Conforme informou O Globo, na primeira semana de março, Lula pretende levar à China uma proposta final para que a empresa chinesa assuma a fábrica, que fechou suas portas há cerca de um ano.

Com pouco dinheiro em caixa e em busca de investimentos para obras de infraestrutura, os governos da China e do Brasil discutem a retomada de um fundo para projetos sustentáveis, com destaque para ferrovias.



Segundo uma fonte, as sinalizações têm sido positivas e os recursos podem superar US\$ 20 bilhões. No entanto, há dúvidas se sairia um acordo ainda durante a visita de Lula.

São também esperados acordos para a produção de energias renováveis, como eólica, solar e hidrogênio verde. Há articulações para tratados envolvendo governos estaduais, como os do Nordeste.

Sustentabilidade e aquecimento global, aliás, tem sido a tônica dos preparativos da viagem de Lula. O presidente abrirá, na segunda-feira (27), o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, com a presença de autoridades chinesas e brasileiras.

Nesta quinta-feira (23), empresários do agronegócio e de outros setores ficaram eufóricos com a notícia sobre a liberação das exportações de carne bovina para China.

Antes de constatar que um caso de "vaca louca" no Pará era atípico, o governo brasileiro suspendeu os embarques para o país asiático e aguardava o sinal verde das autoridades sanitárias chinesas para retomar os embarques.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 23/03/2023*

### **PETROBRAS PODE REDUZIR PREÇO DA GASOLINA 'EM BREVE', DIZ PRATES**

Na quarta-feira, a companhia reduziu em cerca de 4,5% os preços do óleo diesel nas refinarias  
*Por Fábio Couto, Valor — Rio*

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse nesta quinta-feira (23) que a empresa pode promover "em breve" uma redução no preço da gasolina. Na quarta-feira, a companhia reduziu em cerca de 4,5% os preços do óleo diesel nas refinarias.

Segundo ele, que participou de evento da FGV Energia, a Petrobras está analisando o comportamento dos preços no mercado externo, ressaltando que ele aceita o Preço de Paridade de Importação (PPI) como uma referência, não como um "dogma".

Prates não quis dizer, porém, quando seria anunciada a redução do preço da gasolina, afirmando que tem "uma equipe que acompanha os preços".

"Talvez (vamos reduzir o preço da gasolina), a gente está flutuando de acordo com a referência internacional", disse Prates, em entrevista após lançamento do "Caderno FGV Energia de Gás Natural".

Ele salientou que a empresa vai praticar preços do mercado brasileiro, acompanhando as cotações no mercado externo. "Sempre que a gente puder vender mais barato para nosso cliente, nosso consumidor brasileiro, a gente vai fazer isso", disse.

#### **Mercado de gás**

Prates afirmou ainda que a produção prevista de gás natural no futuro será suficiente para o Brasil não depender de importação.

O executivo disse que a companhia vai "disputar a tapa" até o último cliente, o "último metro cúbico de gás que tivermos que vender, vamos baixar o preço se for necessário".

Ele criticou a política de preços adotada para os combustíveis, atrelada ao preço de paridade de importação (PPI): "daqui a pouco vão querer impor PPI de gás para companhia".

O executivo voltou a dizer que é vantagem ser sócio da Petrobras, porque significa ser sócio do Estado brasileiro e que a discussão sobre a participação da empresa em novos projetos tem que ser discutida caso a caso.

Prates afirmou, porém, que a Petrobras participará do desenvolvimento de nova infraestrutura de gás natural, “com certeza”. “Não temos que ter vergonha de dizer que vamos investir em gás natural, o governo é quem vai decidir, ele é o maestro”, disse.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/03/2023*



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### PRESIDENTE DA PETROBRAS DIZ QUE PODE REDUZIR PREÇO DA GASOLINA

Para Prates, Preço de Paridade de Importação é referência, não dogma

*Por Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*

Um dia após a Petrobras anunciar a redução do preço do diesel, o presidente da companhia, Jean Paul Prates, disse, nesta quinta-feira (23), no Rio de Janeiro, que a estatal pode diminuir o preço da gasolina. “Sempre que a gente puder vender mais barato para o consumidor brasileiro, a gente vai fazê-lo”, afirmou ao ser perguntado se a empresa deve baixar o preço da gasolina este mês.

Após participar do lançamento do “Caderno FGV [Fundação Getúlio Vargas] Energia de Gás Natural”, Prates destacou que a empresa adota o Preço de Paridade de Importação (PPI) como uma referência e não como um “dogma”.

“Não aceito o dogma do PPI. Aceito a referência internacional. Trabalhamos com a referência internacional com o preço de mercado de acordo com o nosso cliente. [A] cliente bom você dá desconto. É a política de empresa”, explicou.

#### Referência internacional

Acrescentou que o melhor preço para a empresa é o preço próximo da referência internacional. “Não quer dizer que eu tenho que andar exatamente em cima da linha do preço do importador. É bem diferente. Não quer dizer que eu vá me afastar, me isolar e virar uma bolha no mundo. Temos que seguir a referência internacional. Se lá fora o preço do petróleo diminuiu e reduziu em insumos para refinarias, eu tenho que corresponder para o consumidor final. Mas eu não preciso estar necessariamente amarrado ao preço do importador, que é meu principal concorrente. Paridade de importação não é o preço que a Petrobras deve praticar”.

Durante o evento, o presidente da Petrobras ressaltou que a companhia vai investir na infraestrutura para transporte, escoamento e distribuição do gás natural, que ele apontou como entraves para o mercado do gás.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 23/03/2023*

### HADDAD CONSIDERA "MUITO PREOCUPANTE" COMUNICADO DO COPOM

Ministro da Fazenda comentou manutenção dos juros em 13,75% ao ano

*Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília*

O comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) é “muito preocupante”, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na noite desta quarta-feira (22). Ele comentou a decisão do BC de manter a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano e o tom do comunicado. Ao anunciar a manutenção da taxa, o Copom apontou a possibilidade de novas altas dos juros, se necessário.



“No momento em que economia está retraindo, o Copom chega a sinalizar uma subida da taxa de juros. Lemos com muita atenção, mas achamos que realmente o comunicado preocupa bastante”, declarou Haddad ao deixar o Ministério da Fazenda.

O ministro se disse surpreendido com o comunicado do BC, justamente em um dia em que o governo divulgou novas estimativas que apontam aumento nas receitas e redução do déficit primário em relação ao valor sancionado no Orçamento.

Para Haddad, a divulgação do relatório demonstra o compromisso do governo em reequilibrar as contas públicas. Segundo ele, essa seria uma razão para o BC começar a flexibilizar a política monetária, em vez de endurecer o tom no comunicado.

“Eu considerei o comunicado preocupante, muito preocupante, porque hoje divulgamos relatório bimestral mostrando que nossas projeções de janeiro estão se confirmando sobre as contas públicas”, comentou Haddad.

### Harmonia

O ministro disse que repassará as constatações sobre o tom do comunicado do Copom nas próximas reuniões institucionais com o presidente do BC, Roberto Campos Neto. Apesar das divergências com a autoridade monetária, Haddad disse que a relação entre o Ministério da Fazenda e o BC deve ser de harmonia e que continuará a ser pautada pela institucionalidade.

“Falei em harmonia desde a primeira entrevista e vou continuar perseverando com esse objetivo. Nunca faltei com respeito com diretor ou com presidente do Banco Central”, afirmou Haddad. “Nós temos relação institucional [com o Banco Central]. Somos órgãos de Estado. Temos satisfação a dar para a população. O BC tem mandato. A lei é clara a respeito dos objetivos do BC”, completou.

Na avaliação de Haddad, os juros altos travam o crédito. O ministro reiterou que a pasta enviará, em abril, medidas para estimular a concessão de empréstimos. “Devemos mandar ainda em abril para a Casa Civil um conjunto de medidas para melhorar o ambiente de crédito”, declarou.

### Incertezas

Em comunicado, o Copom informou que o ambiente internacional se deteriorou desde a última reunião do órgão, com bancos em problemas nos Estados Unidos e na Europa e com a inflação na maioria dos países não cedendo. Na economia doméstica, a desaceleração continua, com a inflação acima do teto da meta. O texto menciona incertezas em relação ao futuro arcabouço fiscal em elaboração pelo governo, mas elogia a recente reoneração parcial da gasolina e do etanol.

“Por um lado, a recente reoneração dos combustíveis reduziu a incerteza dos resultados fiscais de curto prazo. Por outro lado, a conjuntura, marcada por alta volatilidade nos mercados financeiros e expectativas de inflação desancoradas em relação às metas em horizontes mais longos, demanda maior atenção na condução da política monetária”, destacou o comunicado.

“O comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado”, encerrou o texto.

Segundo Haddad, o Brasil está numa situação diferente das principais economias internacionais, o que não justifica um aumento da taxa Selic neste momento, mesmo com o Federal Reserve (FED, Banco Central norte-americano) tendo elevado os juros básicos em 0,25 ponto percentual nesta quarta-feira (23).

**Fonte: Agência Brasil - DF**

**Data: 23/03/2023**

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### TCU ADIA JULGAMENTO POR 60 DIAS PARA OUVIR GOVERNO SOBRE DESESTATIZAÇÃO EM SANTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/03/2023 - 20:45

Ministro Bruno Dantas sinalizou que, caso ministério confirme que não pretende desestatizar administração do porto, solicitará manifestação da pasta a respeito de uma determinação sobre práticas de integração vertical e de uma recomendação sobre vedação de empresas a eventual licitação do STS-10

O Tribunal de Contas da União (TCU) retirou de pauta e suspendeu por 60 dias o julgamento do processo de acompanhamento da desestatização da administração do porto organizado de Santos. Na sessão plenária da última quarta-feira (22), o ministro Bruno Dantas ratificou o voto apresentado em dezembro passado, quando estava à frente da relatoria, e propôs o adiamento da apreciação dessa matéria para que o Ministério de Portos e Aeroportos se manifeste, em até 30 dias, se há interesse do governo em dar prosseguimento a esse processo de desestatização, iniciado durante o governo Bolsonaro (PL).

O 2º revisor do processo, ministro Benjamin Zymler, havia proposto inicialmente que o tribunal ouvisse o ministério no prazo de 15 dias para que a pasta se manifeste se há interesse na desestatização da autoridade portuária santista, já que foram dadas declarações na mídia de que o projeto seria abandonado pelo atual governo. "Tal proposta deve-se ao fato de que, após a troca de governo, algumas autoridades terem reportado em entrevistas a perda de interesse do governo federal no projeto", afirmou. Zymler lembrou que, nos últimos anos, a Santos Port Authority (SPA) vem apresentando aumento de receitas, colocando em discussão a necessidade de privatização, concessão ou desestatização da autoridade portuária.

O ministro Vital do Rêgo, 3º revisor da matéria, considerou a consulta prudente para verificar junto ao ministério se é desejo do governo continuar no processo de desestatização. Ele também destacou que a receita da autoridade portuária de Santos vem crescendo entre 30% e 40% anualmente, chegando a R\$ 550 milhões/ano de lucratividade, demonstrando eficiência da administração do porto. Rêgo também apresentou dúvidas a respeito da inserção da ligação entre Santos-Guarujá numa eventual licitação. "Ainda não consegui entender como o túnel está no meio da história. Essa obra se transformou numa moeda mais valorada do que o maior porto da América Latina. Talvez isso possa ser mais aprofundado", indagou.

"O TCU não pode obrigar o governo a privatizar algo que não deseja do ponto de vista da dinâmica dos trabalhos", concluiu Dantas na sessão plenária desta semana. Ele ressaltou que, caso o ministério confirme que não pretende desestatizar a administração do porto, solicitará manifestação expressa da pasta a respeito de uma determinação sobre práticas de integração vertical e de uma recomendação sobre a vedação de empresas em licitações portuárias já apresentadas por ele na proposta de acórdão da matéria de desestatização.

Na hipótese de não desestatização, o ministro-presidente do TCU pretende reativar um processo, sob a relatoria do ministro da Corte de Contas, Antonio Anastasia, sobre o arrendamento de uma área para implantação de um novo mega terminal de contêineres no Porto de Santos (STS-10).

Dantas também sinalizou ao plenário que vai se referir à determinação do acórdão, proposto em dezembro passado, para que o Ministério da Infraestrutura (atual Portos e Aeroportos) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promovam uma regulação robusta para evitar que a prática de integração vertical resulte em 'concentração de mercado e em práticas abusivas que prejudiquem a livre concorrência e interesses nacionais'.

Na ocasião daquele acórdão, Dantas também propôs uma recomendação ao Minfra e à Antaq no sentido de que a regulação objeto da determinação avaliasse a possibilidade de vedação de empresas sob controle societário que constam na nota técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), evitando que elas venham a participar do certame ou explorar a área do STS-10.

### Leia também:

França diz haver algum consenso com Tarcísio em temas como dragagem e túnel

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/franca-diz-haver-algum-consenso-com-freitas-em-temas-como-dragagem-e-tune>

Julgamento sobre desestatização de Santos é adiado mais uma vez no TCU

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/julgamento-sobre-desestatizacao-de-santos-e-adiado-mais-uma-vez-no-tcu>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/03/2023

## PORTOSRIO BUSCA INTERESSADOS EM DESENVOLVER PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA E COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE ITAGUAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/03/2023 - 18:55



A PortosRio publicou, na última terça-feira (21), no Diário Oficial da União e no site da companhia, o Edital de Chamamento Público nº 01/2023, com o objetivo de identificar empresas que tenham interesse em apresentar projetos de transição energética, geração de energia e combustíveis sustentáveis, no Porto de Itaguaí.

As empresas que desejam participar devem possuir tecnologia para desenvolver projetos ligados ao tema, tais como: hidrogênio verde, combustíveis, baterias, operação com GNL,

dentre outros. Além disso, o chamamento visa identificar empresas interessadas em consumir os insumos produzidos pelos projetos a serem implantados ou, ainda, em investir neles.

Segundo o diretor-presidente interino da PortosRio, Jean Paulo Castro e Silva, a intenção é implantar, no Porto de Itaguaí, plantas-piloto, centros de pesquisa e unidades de produção para o desenvolvimento de tecnologias ligadas a geração de energia e combustíveis sustentáveis: "O Porto de Itaguaí possui grande área disponível para implantação de empreendimentos, excelente conectividade terrestre e aquaviária, e está próximo de indústrias intensivas em consumo de energia. Além disso, há grandes perspectivas para o porto vir a se tornar um hub do novo mercado do gás, a partir da implantação da rota 4B, gasoduto que ligará o porto às bacias produtoras do pré-sal".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/03/2023

## PARANAGUÁ RECEBE MAIOR NAVIO RO-RO EM CAPACIDADE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/03/2023 - 18:51



Pela primeira vez no Brasil, "Grande Abidjan" é a maior embarcação do armador Grimaldi a atracar no país

O navio italiano "Grande Abidjan", do armador Grimaldi, atracou no Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) nesta quinta-feira (23). Ele é o maior em capacidade do tipo ro-ro (roll-on/roll-off) já atracado no Porto de Paranaguá, suportando 71 mil toneladas de carga. O anterior, o italiano "Grande Buenos Aires", também da Grimaldi, possui capacidade para 56 mil toneladas.

De acordo com a gerente de armadores, Carolina Brown, “um dos grandes desafios da logística, hoje, é o transporte das cargas projeto, pois são operações complexas e que exigem uma movimentação segura e uma grande expertise. A TCP conta com um portfólio diversificado de serviços, equipes especializadas, recursos operacionais e equipamentos dedicados que nos permitem a movimentação deste tipo de carga”.

Segundo Brown, os investimentos em equipe, estrutura e tecnologia permitiram grandes avanços no transporte destas cargas. “Ampliamos as equipes, que já em 2022 nos permitiram quebrar vários recordes”, destaca. Um deles foi o de produtividade: em outubro, a TCP realizou 202 movimentos por hora em um mesmo navio.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## ÓLEO DE GIRASSOL ENTRA PARA O PORTFÓLIO DE CARGAS DO PORTO DE IMBITUBA

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/03/2023 - 18:48*



O Porto de Imbituba ampliou seu portfólio de cargas esta semana, com o recebimento de sua primeira importação de óleo de girassol. A expectativa é movimentar 50 mil toneladas do produto por ano, com nova operação prevista para ocorrer nos próximos 45 dias, pela Fertisanta, arrendatária do Terminal de Granéis Líquidos (TGL). A operação inaugural consistiu no desembarque de aproximadamente 4,5 mil toneladas, trazidas da Argentina pelo navio "SG Friendship", agenciado pela agência marítima Friendship.

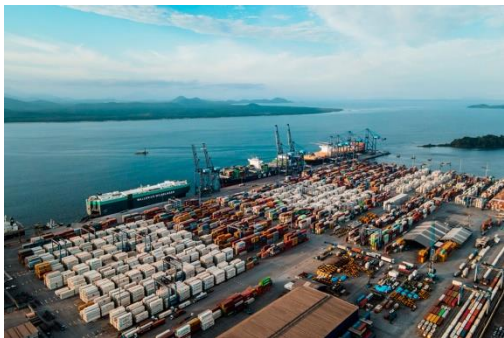
A carga está sendo armazenada no próprio terminal, que desde o ano passado passa por obras de ampliação de sua capacidade de armazenagem. As melhorias incluem a recuperação dos tanques 2 e 3 que estavam inoperantes, bem como a troca de toda a tubulação de acesso ao Terminal, com expectativa de término até outubro de 2023. O arrendamento da área foi assinado em 2022 e prevê a injeção de cerca de R\$ 25 milhões em investimentos pela arrendatária Fertisanta até o fim do contrato, que é de 10 anos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## TCP BATE RECORDE MENSAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES REFRIGERADOS

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/03/2023 - 18:26*



*Em 28 dias, mais de 20 mil TEUs de carne congelada foram movimentadas no litoral do Paraná*

Em fevereiro, a TCP (Terminal de Contêineres de Paranaguá) bateu o recorde mensal de movimentação de contêineres refrigerados (reefer). Ao todo, foram movimentados 20.810 TEUs em 28 dias. O recorde anterior foi registrado em agosto de 2021 (20.709 TEUs).

Estes números representam a movimentação de mais de 268 mil toneladas de carne. Do total, dois tipos de proteína lideraram a demanda: frango (76%) e boi (17%). Em comparação aos meses de janeiro e fevereiro de 2022, a carne bovina foi a que apresentou o maior crescimento: 280%. Em janeiro, os destinos foram China (20%) e Emirados Árabes (5%), principalmente.



O estado brasileiro que mais se destacou na produção de carne de boi para exportação pelo Porto de Paranaguá foi o Mato Grosso. Segundo o gerente comercial e de atendimento ao cliente da TCP, Giovanni Guidolim, “a flexibilidade de entrada antecipada das cargas feita pela TCP em 2022 aumentou em 5 vezes a movimentação de carne bovina do Mato Grosso em comparação a 2021. Esta flexibilidade permanece em 2023, favorecendo a demanda. O MT é líder na produção para exportação de proteína de boi pelo Paraná, representando 25% do total”.

Já o estado que mais produziu carne de frango para exportação, passando pela TCP, foi o Paraná. De acordo com dados do IBGE, em 2021 o Paraná foi o estado que mais abateu as aves no país. Guidolim aponta um fator externo que influenciou na conquista do recorde de exportação: “a gripe aviária registrada em diversos países, menos no Brasil, é um fator que aumentou a demanda mundial por frango do Brasil. No entanto, este aumento de escoamento de carga só foi possível graças aos investimentos em infraestrutura no terminal”.

Entre os investimentos realizados está a ampliação em 43% do pátio reefer. “Até o final de 2023, a TCP passará de 3.572 tomadas para 5.126, o maior número entre terminais brasileiros, e a construção de uma subestação de energia própria para sustentar a expansão. Tudo para suprir a demanda do agronegócio e ampliar o portfólio mundial”, explica Guidolim. Outros investimentos são a ampliação do gate (portões de entrada e saída de veículos) e a aquisição de 11 novos guindastes do tipo RTG (Rubber Tyred Gantry), com entrega até o final de 2023.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## INSEGURANÇA JURÍDICA PODE AFASTAR INVESTIDORES DE EÓLICAS OFFSHORE NO BRASIL, AVALIA ÖBERG

*Por Bianca Guilherme OFFSHORE 23/03/2023 - 18:58*



*Foto: Bianca Guilherme*

Em palestra no Clube Naval, almirante de esquadra e doutor em Ciências Navais apontou dificuldade para atração de investimentos para esta atividade sem um marco regulatório bem estabelecido e segurança no longo prazo

A implantação de eólicas offshore no Brasil vem ganhando destaque nos últimos anos, com alto potencial de geração identificado. Empresas de energia vêm apostando em acordos de cooperação para alavancar

projetos nessa área, que ainda passa pelo processo de regulamentação. A Petrobras, por exemplo, anunciou em março que estuda projetos de geração em alto mar com a norueguesa Equinor. Entretanto, de acordo com o almirante da esquadra Elis Treidler Öberg, a implantação está impactada especialmente pela segurança jurídica que o Brasil ainda não alcançou.

"Esse investimento fica na faixa de 15 a 20 bilhões de dólares, hoje não há uma segurança jurídica, somente um decreto e uma portaria que podem ser movimentados de acordo com o desejo do governo. É muito difícil pessoas que queiram fazer investimentos desse porte sem ter leis, sem ter toda uma convicção e uma segurança a longo prazo", destacou Öberg, na última quarta-feira (22), durante a palestra "Eólicas Offshore e a transformação do transporte marítimo", que ocorreu na sede do Clube Naval, no Rio de Janeiro.

Por enquanto, a regulação brasileira está disposta em três instrumentos. O decreto 10.946 de 25 de janeiro de 2022, dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para a geração de energia elétrica a partir de empreendimentos offshore. Já a portaria 52 do Ministério de Minas e Energia, de 19 de outubro de 2022 regula a cessão onerosa

prevista no decreto 10.946. E a portaria interministerial 3, de 19 de outubro de 2022, que unifica no mesmo portal e digitaliza a documentação necessária para a autorização do campo.

"Vale ficarmos atentos à mudança de governo. O governo anterior (Jair Bolsonaro-PL) montou o decreto e a portaria pensando no investimento privado para fazer as eólicas offshore. É fundamental que essa filosofia seja mantida nas demais partes de regulação", comentou Öberg.

Para o almirante, a implantação de eólicas no Brasil será impactada pela cadeia de fornecimentos, pela disponibilidade de embarcações e pelo Capex. Atualmente, há uma estimativa de Capex offshore na ordem de 3,6 milhões de dólares por watt, enquanto onshore o capex gira em torno de 1,06 milhão de dólares por watt. "O que compensa seria a perenidade e a intensidade do vento do mar, se isso será suficiente, vai depender do projeto e do custo final, que pode ser eletricidade ou não", disse.

O Brasil gera cerca de 200 gigawatts (GW) com todos as fontes que possui em sua matriz: hidrelétricas, termelétricas, por exemplo. Desse total, 22 GW correspondem a parques eólicos onshore, principalmente no Nordeste. Segundo Öberg, há a estimativa de uma produção de 700 GW, que correspondem a 3,5 vezes da atual geração do país, caso o país utilize todo o potencial da plataforma continental brasileira. "Há um interesse muito grande de empreendedores nesse projeto. Hoje, existem 70 projetos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para instalação de campos offshore no Brasil, com total de 176 GW", comentou.

No evento, Öberg destacou mais dois desafios que o Brasil pode enfrentar: o primeiro relacionado à transição para novos combustíveis marítimos, que depende do avanço tecnológico e do custo dos novos insumos que forem escolhidos. Além da disponibilidade de pontos de abastecimentos conforme as rotas marítimas e os fluxos comerciais, o que implica que os portos brasileiros se adaptem o mais rápido possível.

Doutorado em Ciências Navais, Öberg já ocupou diversos cargos nas Forças Armadas, entre eles o de diretor-geral do Pessoal da Marinha, comandante de Operações Navais, diretor-geral de Navegação e conselheiro militar da representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra na Suíça. Ele também foi presidente da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), entre 2019 e 2021.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**  
**Data: 23/03/2023**

## COMPLEXO NAVAL DE ITAGUAÍ É DE DAR INVEJA A 99% DOS PAÍSES, DECLARA LULA

Por Bianca Guilherme INDÚSTRIA NAVAL 23/03/2023 - 15:36



**Foto: Bianca Guilherme**

*Em visita à base da Marinha do Brasil localizada no Rio de Janeiro, presidente falou em fortalecimento da indústria de defesa e conheceu submarino 'Humaitá', segunda unidade do Prosub e que está em fase de conclusão dos testes de imersão*

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), visitou, nesta quinta-feira (23), o Complexo Naval de Itaguaí, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. O presidente esteve reunido com o comandante da Marinha, almirante Olsen e com o diretor de desenvolvimento nuclear e tecnológico da força naval, almirante Petronio, para atualização do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado em 2008, por meio da parceria estabelecida entre o Brasil e a França, no segundo mandato do petista.

De acordo com Lula, é importante preparar uma forte indústria de defesa para que o governo contribua com a articulação das forças armadas. "Quanto mais preparada estiverem, elas [três forças] cuidarão

das nossas defesas, cuidarão das nossas fronteiras e das nossas riquezas minerais. Esse é um complexo de dar inveja a 99% dos países do mundo. Poucos países do mundo têm a estrutura que temos nessa base naval e daqui sairá o nosso sonhado submarino", destacou.

O Prosub tem como principal objetivo a obtenção, por construção no país, do primeiro submarino de propulsão nuclear (SCPN) e a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação dos submarinos, que engloba estaleiros, a base naval e a unidade de fabricação de estruturas metálicas (UFEM). De acordo com a Marinha, o programa tem impacto significativo na economia, com geração de mais de 60 mil empregos diretos e indiretos e envolvimento de 700 empresas com a aquisição de componentes fabricados no país.

O presidente também conheceu o submarino (S-41) "Humaitá", que está em fase de conclusão de testes de imersão. Ele é o segundo de quatro embarcações convencionais, com propulsão diesel-elétrica, previsto para entrar em operação no segundo semestre de 2023. O primeiro construído do programa foi o S-40, denominado de "Riachuelo", entregue em setembro de 2022. Para 2024, a Marinha planeja lançar o "Tonelero" (S-42) e, em 2025, o "Angostura" (S-43). O programa tem o orçamento da ordem de R\$ 40 bilhões.

Lula recebeu uma placa do Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil, em comemoração à visita institucional. O presidente estava acompanhado da primeira-dama Janja da Silva; da ministra do Turismo, Daniela Carneiro; do senador Renan Calheiros; da embaixadora da França no Brasil, Brigitte Collet; da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Barbosa de Oliveira Santos; e do ministro-chefe do GSI, general de divisão Gonçalves Dias. O ministro da Defesa José Múcio, que havia confirmado presença, esteve ausente devido a uma indisposição no dia do evento.

No início de fevereiro, Lula afirmou que seu governo retomará os investimentos na indústria naval e de petróleo e gás no Rio de Janeiro.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## BATIMENTO DE QUILHA DA FRAGATA TAMANDARÉ OCORRE NESTA SEXTA-FEIRA (24)

*Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 23/03/2023 - 11:12*



**Desenho da projeção da primeira fragata classe Tamandaré – 2022 (Divulgação MB)**

*Lançamento da primeira unidade da classe deve ocorrer em meados de 2024, com entrega para a Marinha do Brasil no final de 2025. Corte da chapa do casco da segunda fragata está previsto para acontecer ainda em 2023*

A Marinha do Brasil e a sociedade de propósito específico (SPE) Águas Azuis realizam, nesta sexta-feira (24), o batimento de quilha da fragata classe Tamandaré. Esta etapa de construção foi caracterizada pelo posicionamento, no seu local de edificação, de um bloco estrutural que pesa aproximadamente 52 toneladas e corresponde a uma das praças de máquinas do navio, onde serão instalados dois motores, engrenagem redutora e diversos equipamentos auxiliares. A cerimônia ocorrerá no thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul, em Itajaí (SC), onde as embarcações militares estão em construção.

O batimento ocorre tradicionalmente quando a quilha, a "espinha dorsal" da embarcação, é concluída, possibilitando a estruturação das demais partes. A força naval, porém, destacou que a evolução da engenharia e os modernos processos de produção adotados no Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) permitem que os navios sejam edificados em blocos.



A Marinha avalia que o atual modelo construtivo, que prevê a produção em blocos para serem edificados posteriormente, oferece vantagens em relação ao modelo antigo. Uma delas é a possibilidade de instalar acessórios e fundações de forma antecipada, além de facilitar a colocação de equipamentos a bordo e possibilitar trabalhos em diversos estágios de maneira segregada em cada unidade. O processo, de acordo com a Marinha, também aumenta a segurança dos colaboradores, por manter espaços abertos por mais tempo durante a construção.

A força naval acrescentou que as inovações envolvidas no PFCT se estendem por toda a cadeia produtiva. O estaleiro implementou uma metodologia para projetos de engenharia batizada de "Paperless", que consiste em eliminar o uso de desenhos em papel na linha de produção das fragatas, transformando-os em arquivos digitais. Projetos desse porte, historicamente, eram desenvolvidos a partir de uma grande quantidade de documentos impressos, como desenhos, procedimentos e manuais, que demandam muitas cópias e atualizações recorrentes. Para a Marinha, a medida amplia a segurança das informações contidas nos documentos, devido à confidencialidade exigida em um projeto militar e ao meio ambiente.

A Marinha considera que o cronograma do PFCT avança dentro do planejamento, apresentando atualmente uma evolução em 34% de sua totalidade. Para as próximas etapas, está prevista a edificação do bloco que forma a outra praça de máquinas da fragata, com o posicionamento dos equipamentos e motores no local. Na sequência, os blocos edificados completarão as estruturas centrais do navio.

Das mais de 50 unidades estruturais que compõem a sequência construtiva da primeira fragata da classe Tamandaré, cerca de um quarto está em processo de montagem estrutural na thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul, e outras já estão cortadas e conformadas, com painéis e submontagens finalizadas. Em relação à qualificação do pessoal que será responsável pela manutenção dos sistemas do navio, foram concluídas, até o momento, cerca de 50% das atividades sobre engenharia de sistemas e apoio logístico integrado.

O lançamento da Fragata Tamandaré está estimado para meados de 2024 e a sua entrega para a Marinha do Brasil no final de 2025. O corte da chapa do casco da segunda fragata classe Tamandaré está previsto para acontecer ainda em 2023. O PFCT, conduzido pela Marinha do Brasil desde 2017, é gerenciado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e executado pela SPE Águas Azuis, composta pelas empresas thyssenkrupp Marine Systems, Embraer Defesa & Segurança e Atech.

O projeto naval prevê a construção, em território nacional, de quatro navios de guerra de alta complexidade tecnológica. As embarcações devem atingir capacidade operacional para proteger as águas jurisdicionais brasileiras (AJB), gerando transferência de tecnologia e licença perpétua, e promover a indústria local e a construção naval no país. A Marinha do Brasil prevê que o programa, como um todo, possa gerar cerca de 2.000 empregos diretos e 6.000 indiretos.

A expectativa de taxas de conteúdo local é superar os 30% para o primeiro navio e os 40% para os demais. O escopo prevê que thyssenkrupp fornecerá a tecnologia naval de sua comprovada plataforma de construção de navios de defesa da Classe Meko, que já opera em 15 países. A Embraer integrará sensores e armamentos ao sistema de combate. A Atech, empresa do grupo Embraer especializada em engenharia de sistemas para aplicações de defesa, será a fornecedora do CMS (Combat Management System) e do IPMS (Integrated Platform Management System, da L3 MAPPS) e receptora de transferência de tecnologia em cooperação com a Atlas Elektronik, subsidiária da thyssenkrupp Marine Systems que produz o CMS e sistemas de sonar.

A classe Meko®, da thyssenkrupp Marine Systems, já é utilizada em mais de 80 embarcações em operação em marinhas de 15 países, entre os quais: Portugal, Grécia, Austrália, Argentina e Argélia. O conceito Meko de design modular facilita a integração local e a transferência de tecnologia, ajudando a reduzir os custos de manutenção e modernização. Segundo a thyssenkrupp, a classe Meko® é um navio-escolta para águas azuis com qualidades excepcionais de autonomia e robustez.

Em junho de 2022, foi concluído um protótipo da seção do compartimento da praça de máquinas, empregado para a qualificação de diversos processos referentes à fabricação das embarcações. Em setembro do mesmo ano foi realizado o corte da chapa do casco da primeira fragata classe Tamandaré, considerado o marco principal do início da fase de construção.

O CEO da thyssenkrupp Marine Systems, Oliver Burkhard, disse, em nota, que serão fornecidas à Marinha do Brasil fragatas de última geração, que reúnem o que há de mais avançado em tecnologia naval, inovação e capacidade robusta de combate. Também em nota, o diretor-geral do material da Marinha, almirante de esquadra Bettega, ressaltou que o PFCT é estratégico para a força naval e para a soberania do país, agregando modernidade tecnológica, otimização da produção e aumento da segurança dos colaboradores e das informações.

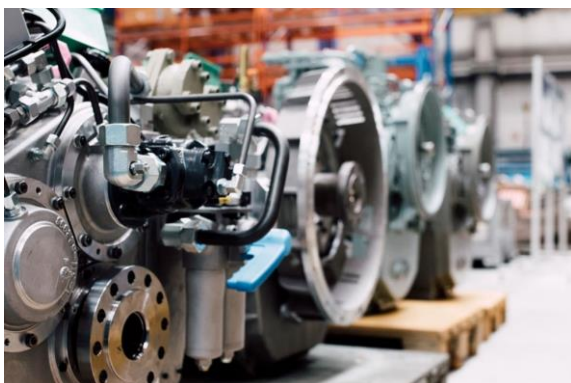
Para a cerimônia de batimento de quilha estão previstas as presenças do ministro da Defesa, José Mucio; do comandante da Marinha, almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen; além de autoridades civis e militares do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil e da indústria naval.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## NAVALSHORE AM TRAZ VISIBILIDADE E CONTRIBUI COM DESENVOLVIMENTO DO MERCADO LOCAL, DESTACA REINTJES

*Por Bianca Guilherme ESPECIAL NAVALSHORE 22/03/2023 - 21:41*



Fabricante alemã acredita que região norte é atrativa e com potencial estratégico de desenvolvimento

Em um estande de 27m<sup>2</sup> com exposição de dois reversores modelo WAF364 e o novo WF370, a Reintjes, fabricante alemã de reversores e redutores marítimos, está bem otimista com sua participação na maior feira de indústria naval da América Latina, Navalshore, que terá em 2023 a sua primeira edição em Manaus, de 24 a 26 de maio no Centro de Convenções da Amazônia Vasco Vasques, na capital manauara. De acordo com Lucas Sass, coordenador da filial de

Manaus da companhia, a feira traz uma visibilidade importante e ajuda no desenvolvimento do mercado local, capacitando e aproximando mais ainda os fornecedores, clientes e parceiros.

"Será uma oportunidade de desenvolver networking, negócios e demonstrar as soluções e tecnologias que a Reintjes dispõe em seu portfólio. Esperamos que a feira seja uma oportunidade para fortalecermos nossa marca e ampliarmos nossos negócios na região Norte, mostrando ao público também a estrutura que a Reintjes do Brasil dispõe na filial Manaus, com estoque próprio de peças sobressalentes e reversores, técnicos próprios e especializados, além da equipe comercial altamente capacitada para agregar aos projetos de forma personalizada", destacou.

Para Sass, a região norte é muito rica em recursos naturais e possui uma grande quantidade de rios e hidrovias navegáveis, tornando-se uma região atrativa e com potencial estratégico de desenvolvimento em todas as áreas, principalmente, na naval. "Entendemos que a região está em desenvolvimento e por isso precisa ter bons prestadores de serviço que correspondam à altura a necessidade local, prestando um atendimento técnico e personalizado aos clientes, assim como a Reintjes já costuma fazer", comentou.

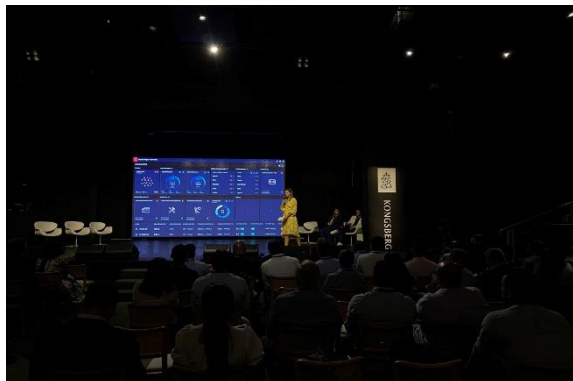
Com mais de 140 anos de história, a fabricante alemã chegou no Brasil em 2011 e em Manaus em 2015. A companhia fabrica caixas de engrenagens marítimas, hoje também sistemas de acionamento completos, soluções híbridas e caixas de engrenagens industriais, especialmente para barcos de trabalho, navios rápidos e balsas rápidas na faixa de potência de 250 a 30.000 kW.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## KONGSBERG APOSTA EM SOLUÇÕES DIGITAIS PARA MELHORAR PERFORMANCE E EFICIÊNCIA DOS NAVIOS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 22/03/2023 - 19:50



### Divulgação Kongsberg

Empresa apresentou no Brasil aplicações que auxiliam armadores e proprietários de navios a monitorar e otimizar desempenho e consumo do combustível a bordo de suas embarcações. Diversidade é vista como fator importante para acelerar inovação

A Kongsberg Digital apresentou, no Rio de Janeiro (RJ), um conjunto de ferramentas digitais para melhorar a performance e a eficiência de embarcações. A empresa observa uma evolução do desenvolvimento da

digitalização na indústria marítima a nível global motivada por novas regulamentações internacionais e pela necessidade das empresas de reduzir custos operacionais e aumentar o nível de segurança e eficiência de suas atividades. Os desafios passam pela necessidade de aportes das empresas em novos modelos de negócios e da melhor gestão do uso de dados.

O evento 'From Sea to Cloud', promovido pela Kongsberg Digital na última quinta-feira (16), no Rio de Janeiro, debateu as demandas e os benefícios da digitalização na indústria marítima comercial. A organizadora também destacou que metade da delegação da Kongsberg Digital no evento no Brasil foi composta por mulheres. A empresa acredita que a diversidade será fundamental para o futuro da indústria, inclusive para a redução de emissões. A diversidade já foi apontada por organizações como a McKinsey e revistas como a Harvard Business Review como um fator de melhoria dos retornos financeiros e da inovação nas empresas.

A responsável pela área de aplicação de produtos da Kongsberg Digital, Sigrid Siksjø Johansen, observa um papel crescente das mulheres na indústria naval, mas que ainda tem um longo caminho a ser percorrido para que a participação seja mais expressiva. Sigrid citou que a tripulação feminina representa somente 1,2% da força de trabalho a bordo da frota mundial, segundo dados da Organização Marítima Internacional (IMO). No trabalho em terra, também existe uma baixa representação de mulheres em cargos técnicos, diretorias e posições de nível superior.

Sigrid destacou que as mulheres representam um quarto da força de trabalho da companhia norueguesa. "Sendo uma empresa que trabalha predominantemente nas indústrias de software, marítima e de energia, tradicionalmente dominadas por homens, vemos a diversidade como encorajadora", afirmou em entrevista à Portos e Navios. Durante o evento sobre inovação, ela apresentou as ferramentas digitais da empresa para o setor.

Confira abaixo a entrevista com Sigrid Siksjø Johansen, da Kongsberg Digital, para a **Portos e Navios**:



**Portos e Navios: Na visão da Kongsberg, como está o desenvolvimento da digitalização na indústria marítima comercial a nível mundial? Quais os desafios ainda existentes?**

Sigrid Siksjø Johansen: O desenvolvimento da digitalização na indústria marítima comercial está melhorando e ganhando impulso em todo o mundo. Há uma série de forças motrizes que exigem digitalização, como aumento de custos, foco em segurança e proteção e aumento do nível de regulamentação. No entanto, alguns desafios estão retardando a transição, como os níveis de risco percebidos dos custos de investimentos necessários, modelos de negócios tradicionais e a gestão de dados dos softwares. Hoje, há um número crescente de soluções para esses



desafios, com histórias de sucesso de suporte à decisão, um novo olhar para outros modelos de negócios.

### **PN: Quais são as ferramentas digitais que a Kongsberg está trabalhando e que apresentou no Brasil?**

Sigrid: O 'Vessel Insight' é uma plataforma digital e uma infraestrutura de dados 'vessel-to-cloud' (da embarcação para a nuvem, em tradução livre) desenvolvida pela Kongsberg Digital que ajuda operadores de navios a melhorar a performance e a eficiência dos navios. A solução coleta e analisa dados de sistemas e de diferentes sensores a bordo, oferecendo informações de alta frequência sobre o consumo de combustível, integridade do maquinário e outros importantes indicadores de performance. Por meio dela, operadores de navios podem otimizar suas operações, reduzir custos e melhorar a segurança a bordo.

O 'Vessel Performance' é um aplicativo que ajuda armadores e proprietários de navios a monitorar e otimizar o desempenho e a eficiência do combustível a bordo de suas embarcações. A solução usa recursos precisos de análise de dados, relatórios e benchmarking que permitem aos usuários identificar áreas de melhoria e tomar medidas para reduzir emissões e consumo de combustíveis.

A 'Industrial Work Surface' (Superfície de Trabalho Industrial) é uma interface unificada para operadores da indústria desenvolvido pela Kongsberg Digital. Ela é um ambiente individual onde usuários de diferentes áreas da organização podem acessar informações e concluir fluxos de trabalho de ponta a ponta, em vez de 'pular' entre sistemas. A aplicação permite aos usuários visualizar, monitorar e controlar processos e equipamentos industriais, tornando as operações mais eficientes e eficazes.

Já o 'ABS Wavesight' é um importante parceiro da Kongsberg Digital. A plataforma digital apresentada pela ABS utiliza análise de dados em tempo real para prover informações e apoio à decisão para operadores offshore a fim de alcançar segurança e eficiência operacional. O portfólio de produtos inclui o 'Minha frota digital' — uma plataforma de desempenho digital orientada por inteligência artificial e sistemas náuticos — sistema de gerenciamento da frota que oferece ferramentas abrangentes para melhorar o desempenho e a confiabilidade.

### **PN: No último dia 8 de março, foi celebrado o Dia Internacional da Mulher e existe um aumento visível da participação de mulheres na indústria marítima. Quais os impactos dessas mudanças já podem ser observados neste setor?**

Sigrid: Existem sinais de progresso e nós vemos mais mulheres trabalhando na indústria marítima. Entretanto, ainda existe espaço para melhorias. A tripulação feminina representa somente 1,2% da força de trabalho a bordo da frota mundial (segundo dados da Organização Marítima Internacional IMO). No trabalho em terra, ainda existe uma baixa representação de mulheres em cargos técnicos, diretorias e posições de nível superior. Na Kongsberg Digital, mulheres representam um quarto da força de trabalho. Sendo uma empresa que trabalha predominantemente nas indústrias de software, marítima e de energia, tradicionalmente dominadas por homens, vemos a diversidade como encorajadora.

A participação de mulheres na Kongsberg Digital está crescendo. Isso vai continuar a ocorrer à medida que cada vez mais mulheres talentosas virem o ambiente e cultura inclusivas da empresa cultura e à medida em que a Kongsberg Digital continuar com as iniciativas ativas para aumentar a diversidade continuamente. Tem sido inclusivo e acolhedor ser uma jovem que trabalha na indústria marítima. Especificamente, eu tenho sentido isto trabalhando nos últimos dois anos na Kongsberg Digital, onde as oportunidades de crescimento são dadas baseadas no mérito e nas habilidades, e não no gênero, etnia ou cultura que você possua.

### **PN: Como a diversidade será essencial para modificar velhos pensamentos e alcançar as metas de redução de carbono?**

Sigrid: Diversidade é fundamental para mudar as antigas formas de pensar e para alcançar redução de emissões de carbono. Isso acontece enquanto temos uma série de perspectivas, desde a idealização até a execução e operação. Estudos mostram que equipes diversas são mais eficientes, o

que resulta numa tomada de decisão melhor, crescimento da produtividade e lucratividade maior. Ao considerar todos esses fatores, as equipes diversas têm uma probabilidade alta de encontrar soluções mais robustas e acelerar as reduções de emissões de carbono.

### **PN: Como a Kongsberg vem participando de discussões sobre o desenvolvimento de produtos e soluções para descarbonização no mundo?**

Sigrid: A Kongsberg Digital está trabalhando para uma redução de longo prazo de gases de efeito estufa (GEE) e, especificamente, por meio do desenvolvimento de produtos e softwares que podem ajudar nossos clientes a reduzir o consumo de energia e combustível. São necessários dados de alta frequência e de alta qualidade para dar o apoio necessário à decisão — é por isso que a digitalização e a transição verde andam de mãos dadas.

Os produtos de desempenho e redução de combustível do portfólio da Kongsberg incluem, por exemplo, aplicativo de performance (Vessel Performance); calculadora inteligente de eficiência energética a bordo e energia de viagem (Eco Advisor); otimização de velocidade em circuito fechado (Fuel Speed Pilot); e otimização de viagem (Coach). A Kongsberg também está envolvida em muitas discussões e iniciativas com outras partes interessadas (stakeholders). A Kongsberg Digital é, por exemplo, uma parceira da indústria no programa de pesquisa sobre o SMI grant e a Universidade Nacional de Singapura (NUS) para usar inteligência artificial (IA) para estimar e prever emissões e o consumo de combustível de navios.

### **PN: Quais são as oportunidades 'verdes' vistas em economias emergentes, como o Brasil, especialmente na área de indústria naval?**

Sigrid: A indústria marítima brasileira vem aumentando o foco em energias renováveis e sustentabilidade, movida pela estratégia, visões das empresas e regulamentações. A necessidade de fazer uma embarcação mais eficiente em termos de combustível está se tornando iminente, possibilitada pela conexão de embarcações do mar à nuvem. Existe também um aumento do olhar para combustíveis alternativos. No entanto, hoje conversões e retrofits verdes para embarcações existentes são o foco principal. Além disso, para fontes renováveis, a energia eólica está ganhando cada vez mais os holofotes na agenda marítima brasileira.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## **SANTOS BRASIL REPORTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 430 MILHÕES EM 2022**

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/03/2023 - 19:16*



*Resultado é 67,5% maior que o do ano anterior; movimentação consolidada de contêineres foi de 1.298.597 no período*

A Santos Brasil encerrou o ano de 2022 com um lucro líquido de R\$ 430 milhões, o que representa um aumento de 67,5% se comparado a 2021. A margem líquida ficou em 22,2%.

O faturamento bruto da companhia superou o patamar de R\$ 2 bilhões no ano, atingindo R\$ 2,2 bilhões (+25,4% ano a ano). A receita líquida somou R\$ 1,9

bilhão em 2022, um crescimento de 25,9% em relação a 2021.

A geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA, alcançou R\$ 810 milhões, 42,4% maior que o ano anterior, com margem EBITDA de 41,9%, ganho de 5,2 p.p. em relação a 2021.

A distribuição de proventos aos acionistas da companhia referentes ao exercício social de 2022 ficou em R\$ 535 milhões. Trata-se do maior pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio dos últimos dez anos. A Santos Brasil encerrou o ano com R\$ 614,6 milhões em posição de caixa e aplicações financeiras.



Já no 4T22, a receita líquida da companhia cresceu 5,7% ano a ano, atingindo R\$ 468,8 milhões, com destaque para o aumento do ticket médio em todas as unidades de negócio, reflexo de renegociações contratuais. Na Santos Brasil Logística o crescimento foi de 25,2% ano a ano na receita líquida, reflexo do aumento do ticket médio e melhor mix de carga armazenada; e no TEV o aumento foi de 17,0% YoY na receita líquida devido ao maior volume de veículos armazenados e aumento do ticket médio.

Na Santos Brasil Logística, observou-se queda de 14,6% ano a ano no número de contêineres armazenados no 4T22, impactado pelo arrefecimento das importações no Porto de Santos. A redução também é explicada pela forte base de comparação do 4T21, quando o Porto de Santos teve um fluxo extraordinário de importação de contêineres devido ao deslocamento da sazonalidade para o último trimestre do ano. Os centros de distribuição, entretanto, cresceram a movimentação de pallets em 11,0% ano a ano no período, reflexo do aumento das operações de logística integrada 3PL.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## RUMO PUBLICA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, COM BONS RESULTADOS EM 2022

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/03/2023 - 19:10*



A Rumo acaba de publicar seu Relatório Anual de Sustentabilidade. A sétima edição do documento traz, entre os destaques de 2022, o melhor resultado da história da companhia, passos importantes no processo de expansão e a entrega de dois terminais na Malha Central.

A companhia recebeu as primeiras licenças ambientais para o início das obras dos primeiros quilômetros do projeto da ferrovia estadual de Mato Grosso.

Em 2022, foram mais de 74,9 bilhões de TKUs (toneladas por quilômetro útil). Em julho foi registrado o recorde de 7 bilhões de TKUs, mais de 1,8 milhão de toneladas em carregamentos no terminal de Rondonópolis (MT) e, no âmbito da Brado, foi alcançada a marca de mais de 100 mil contêineres movimentados no ano.

“É muito recompensador ver a evolução da nossa trajetória ao longo de 2022. Estamos mostrando cada vez mais ao mercado que temos consistência em nossa estratégia comercial”, afirma o presidente da Rumo, João Alberto Abreu. “Nosso compromisso é seguir atuando com base em processos pautados em três importantes pilares: confiança, transparência e proximidade com nossos clientes. Tudo isso tem nos levado a essa excelência nos resultados e ajudado no sucesso de nossa contribuição para o desenvolvimento da logística no Brasil”.

O Conselho de Administração da empresa aprovou em 2022 o início das obras da Ferrovia de Integração Estadual de Mato Grosso com a construção de um viaduto ferroviário, no local onde está projetado o km 8 da nova ferrovia. A primeira fase das obras, programada em módulos, prevê 211 quilômetros até Campo Verde, onde haverá um primeiro terminal. Os custos estimados para este trecho estão entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 5 bilhões, em valores nominais. A capacidade instalada nesse trecho entre Rondonópolis e Campo Verde ficará entre 32 milhões e 35 milhões de toneladas por ano e o início das operações está previsto para 2026.

A execução das obras até Campo Verde é o primeiro passo para que a ferrovia chegue, posteriormente, a outras cidades previstas no projeto, dentre elas, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. O projeto prevê mais de 700 quilômetros de extensão ferroviária, passando por 16 municípios e gerando, apenas na fase de construção, 236 mil empregos no Estado, entre diretos, indiretos e induzidos.

Dois terminais foram inaugurados na Malha Central (Ferrovia Norte-Sul). Em junho, uma parceria com a Usina Coruipe resultou na inauguração do terminal rodoferroviário Comendador Rubem Montenegro Wanderley, em Iturama (MG). Com capacidade para movimentar 2,5 milhões de toneladas de açúcar de exportação (VHP) por ano, a unidade de transbordo rodoferroviário representa um marco estratégico para a logística da região do Triângulo Mineiro, gerando cerca de 350 empregos diretos na região.

Em agosto, foi a vez de um terminal ferroviário de transbordo e uma misturadora de fertilizantes começaram a funcionar em Rio Verde (GO), projeto em parceria com a joint venture Andali S/A. A infraestrutura tornou possível a movimentação de fertilizantes a partir do Porto de Santos até Goiás. A capacidade total de recebimento é de até 1,5 milhões de toneladas por ano, o que garante uma operação eficiente diante de um potencial crescimento do mercado na região. O terminal é responsável pela geração de 1 mil empregos diretos e indiretos.

Em 2022, a Rumo descarregou em Santos, em média, mais de 1,2 mil vagões por dia. Isso representa, hoje, 60% da capacidade total do porto. A meta da empresa é chegar a 1,7 mil vagões por dia até 2025. Nos últimos 12 anos, a média de investimento em Santos foi de quase R\$ 40 milhões por ano.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*

## PORTO DE SÃO FRANCISCO RECEBE CARGA DE 55 CAMINHÕES ELÉTRICOS CHINESES

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/03/2023 - 19:04*



O Porto de São Francisco do Sul recebeu mais de uma centena de veículos pesados movidos a bateria. São caminhões, escavadeiras e empilhadeiras elétricas, cujo custo total chega a US\$ 20 milhões, equivalente a R\$ 100 milhões. Os 143 veículos são da marca chinesa XCMG, referência mundial entre os fabricantes de maquinário de grande porte.

A moderna tecnologia permite que os equipamentos, que possuem baterias de lítio, possam operar o dia inteiro, sem necessidade de parar para recarregar. Essas baterias medem 2 metros de altura e 2,4 metros

de largura e ficam atrás da cabine do veículo.

Os veículos da classe zero emissões e que vão atuar nas minas de minério de ferro, níquel e cobre, custam em média US\$ 135 mil, ou R\$ 675 mil, e foram trazidos em um único navio chinês.

“Os portos são estratégicos na nossa economia e por isso criamos a Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias. Santa Catarina é o único estado do Brasil com cinco portos competitivos, que podem exportar para qualquer lugar do mundo e importar produtos para as regiões Sul, Sudeste de forma muito mais ágil que nossos concorrentes”, explicou o governador Jorginho Mello.

“Por ser multimodal, o Porto de São Francisco do Sul tem capacidade para movimentar equipamentos de alta tecnologia, oferecendo segurança e agilidade no transporte destas cargas mais frágeis”, afirma o presidente do Porto, Cleverton Vieira.

“Seguindo orientação do governador Jorginho Mello, estamos transformando o Porto, junto com os operadores portuários, oferecendo condições de ser uma alternativa viável para todo tipo de carga, além das que já são tradicionalmente movimentadas em São Francisco, como aço, grãos e madeiras”, acrescenta Vieira.



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 052/2023  
Página 75 de 75  
Data: 23/03/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

Nota da Redação: O texto original desta matéria informava que o destino dos veículos era a mineradora Vale do Rio Doce. Em nota, o Porto de São Francisco do Sul informou que, em contato após a publicação, a fabricante dos equipamentos, XCMG, negou essa transação, esclarecendo que os veículos ainda estão sendo comercializados. Matéria atualizada às 21h00 de 23/03/2023.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/03/2023*



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 23/03/2023*